

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

VERÔNICA DOS SANTOS SANTIAGO AUGUSTO

**MEMÓRIAS DE SOORETAMA:
HISTÓRIA, ENSINO E ESCOLA**

SÃO MATEUS

2017

VERÔNICA DOS SANTOS SANTIAGO AUGUSTO

**MEMÓRIAS DE SOORETAMA:
HISTÓRIA, ENSINO E ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Linha de pesquisa: Ensino, Sociedade e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Ailton Pereira Morila

SÃO MATEUS

2017

VERÔNICA DOS SANTOS SANTIAGO AUGUSTO

**MEMÓRIAS DE SOORETAMA:
HISTÓRIA, ENSINO E ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.
Linha de pesquisa: Ensino, Sociedade e Cultura.

Aprovada em

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ailton Pereira Morila
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Eliane Gonçalves da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira
Cano
Universidade Federal de Lavras

Dedico este trabalho à minha cidade e aos professores que, assim como eu, veem no exercício da docência um instrumento político capaz de promover libertação e transformação social.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem eu tributo toda honra e toda glória.

A meu esposo e meus filhos, que muitas vezes foram privados de minha presença e atenção, mas que sempre me apoiaram e me incentivaram; a meus pais Maria Rosa dos Santos Santiago e Lourivaldo Nunes Santiago, pelas orações, pelo apoio e pelo incentivo; aos meus irmãos que sempre me motivaram na busca de meus sonhos.

A minha amiga Marta Fabem, minha companheira durante boa parte das viagens para São Mateus, pelo incentivo ao longo do Mestrado e pela sua palavra de ordem “você vai conseguir”.

Meu especial agradecimento ao Professor Dr. Ailton Pereira Morila, por todos os ensinamentos, pela excelente orientação e por ter sido tão compreensivo e amigo, sem abrir mão de seu profissionalismo.

Ao Professor Dr. Franklin Noel dos Santos, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, pela eficiente condução do Mestrado Acadêmico.

Aos professores do curso, pela formação acadêmica que me propiciaram; aos funcionários da secretaria do PPGEB, pela disponibilidade e pela eficiência sempre presentes no atendimento; aos colegas, em especial Jaysa e Keyla, por todas as trocas de experiências e pela amizade.

Aos meus diretores e amigos Edson Helmer, da EEEM Armando Barbosa Quitiba, e Anilde Lúcia Bitti Salazar, da EMEF Efigênia Sizenando, pelo incondicional apoio e incentivo.

A todos que, ao longo desta pesquisa, me concederam entrevistas, tornando viável a realização deste trabalho. Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho.

Nossas vidas são a acumulação de nossos passados pessoais, contínuos e indivisíveis. Seria meramente fantasioso sugerir que a história de vida típica pudesse ser em grande medida inventada.

Paul Thompson

RESUMO

Para um levantamento histórico do Município de Sooretama/ES, recorreu-se às memórias de antigos moradores da localidade, na perspectiva de favorecer o conhecimento e a valorização da História Local como um elemento de construção de identidade e como um componente essencial para o ensino de História da região. Considerando que a história do Município facilita a compreensão de conceitos e processos históricos, na medida em que o aluno se compreende como parte integrante e ativa da dinâmica histórica; considerando que a legislação sobre a Educação Básica no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes e Bases Nacionais da Educação, assim como a Proposta Curricular do Município de Sooretama, também prioriza o ensino de História Local, justifica-se a relevância deste trabalho. Para concretizar o caráter qualitativo desta pesquisa, buscaram-se principalmente as memórias de antigos moradores dos povoados de Córrego Alegre e Córrego D'Água — lugares que deram origem ao Município de Sooretama —, uma vez que, ao contarem suas histórias de vida por meio de entrevistas, fizeram importantes relatos sobre a localidade. Essas histórias integram o contexto estadual e nacional, principalmente porque, se o estudo da História Local é significativo, precisa sempre estar em sintonia com a dinâmica histórica em diferentes níveis, enfatizando-se continuamente as relações entre a História Local, Regional e Geral. Como resultado desta investigação, observa-se o crescente uso da história oral e das memórias na construção do conhecimento histórico, mormente em pesquisas sobre a História Local; constata-se o importante papel desse tipo de estudo histórico como estratégia metodológica para o ensino de História e verifica-se a expressiva influência da política educacional, implantada pelos militares nas práticas educacionais desenvolvidas nas décadas de 60 e 70, nos povoados de Córrego Alegre e Córrego D'Água, bem como nas memórias das professoras entrevistadas.

Palavras chave: Ensino de História. História Local. História oral. Memórias.

ABSTRACT

In order to do a historical survey on the city of Sooterama, in the state of Espírito Santo, Brazil, memories of the city's old inhabitants were consulted as an attempt to favor and value the knowledge of local history as a vital tool in the teaching of local history and constructing of cultural identity. Considering that local history facilitates understanding concepts and historical processes as the student acknowledges themselves as active part of historical dynamics and that the legislations ruling basic education in Brazil such as the National Curricular Guidelines, the National Basis of Education and the Curricular Proposal of the city of Sooretama also prioritize the teaching of local history justifies, therefore, the relevance of this work. In order to achieve this qualitative survey, mainly the memories of old inhabitants of the towns of Córrego Alegre and Córrego D'água were appealed to, since such towns gave rise to the city of Sooretama. As they told the stories of their lives in interviews, they reported important facts about the place. Said stories were then put in context in national and state scenarios, for however significant the study of local history might be, it always has to be connected to historic dynamics, always emphasizing the relations between local, regional and general history. As a result of this historic investigation, an increasing use of oral history for construction of historical knowledge was observed, especially in surveys related to local history. Another confirmed results were the important role that local history teaching plays as a methodological strategy for history teaching and the significant influence of the educational policy implemented by the military at the educational practices developed in the 60s and 70s in the towns of Córrego Alegre and Córrego D'água, as well as in the memories of interviewed teachers.

Key words: History teaching. Local History. Oral history. Memories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES: FOTOGRAFIAS E MAPA

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Miguel Alves, filho do primeiro morador de Córrego Alegre	55
Fotografia 2 – O senhor Ari Medina (primeiro da esquerda para a direita) e os funcionários de sua serraria (1975).....	61
Fotografia 3 – Avenida Vista Alegre no início da década de 70	66
Fotografia 4 – Antiga Igreja Católica de Córrego D'Água, demolida na década de 1990, para construção da atual paróquia Cristo Rei	67
Fotografia 5 – Desfile cívico realizado em 1976 por funcionários e alunos da Escola de Córrego Alegre	97
Fotografia 6 – Escola Reunida de Córrego D'Água construída na década de 70 ...	101

MAPA

Mapa 1 – Sooretama/ES	79
-----------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado do plebiscito de 18 de março de 1990.....	72
Quadro 2 – Resultado do plebiscito de 15 de abril de 1990.....	73
Quadro 3 – Resultado do plebiscito de 13 de março de 1994.....	76

LISTA DE SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de Professores Universitários de História
BCC	Base Nacional Comum Curricular
CEFA	Centro de Estudo de Formação Autárquica
CIB	Construtora industrial Brasileira
CPC	Centros Populares de Cultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
DEL	Docentes de Emergência Leigos
IBGE	Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OHA	<i>Oral History Association</i>
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PEI	Programa de Educação Integrada
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRADIME	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação
PSD	Partido Social Democrata.
RGT	Repartição Geral de Telégrafos
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	<i>Agency For International Development</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIAS E HISTÓRIA ORAL	15
2.1 HISTÓRIA LOCAL.....	15
2.2 HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA.....	19
2.3 ENSINO DE HISTÓRIA DE SOORETAMA/ES	22
2.4 MEMÓRIAS.....	25
2.5 HISTÓRIA ORAL.....	29
3 CIDADE E MEMÓRIAS	36
3.1 PANORAMA HISTÓRICO DO TELÉGRAFO NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO.....	36
3.2 O NORTE CAPIXABA NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: OCUPAÇÃO E DESMATAMENTO.....	40
3.3 ATRAVESSANDO O RIO DOCE: A CONSTRUÇÃO DA PONTE GETÚLIO VARGAS E DA BR-101.....	48
3.4 OS PRIMEIROS MORADORES DE CÓRREGO ALEGRE.....	53
3.5 O SURGIMENTO DO POVOADO DE CÓRREGO D'ÁGUA.....	60
3.6 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.....	68
4 MEMÓRIAS DE ESCOLA	81
4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 1889 E 1960.....	81
4.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 60 E 70	83
4.3 MEMÓRIAS DE MARIA JULIANA FAVALESSA, PRIMEIRA PROFESSORA DE CÓRREGO ALEGRE	88
4.4 MEMÓRIAS DE MARIA BALDI DE OLIVEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CÓRREGO D'ÁGUA	98
4.5 MEMÓRIAS DE VALDETE MARQUES DE OLIVEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CÓRREGO D'ÁGUA.....	102
5 CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	109
ANEXO A	117
ANEXO B	119

1 INTRODUÇÃO

Tomando como pressuposto que o ensino de História Local é uma possibilidade metodológica capaz de facilitar o processo de ensino-aprendizagem, propôs-se fazer um levantamento histórico do Município de Sooretama/ES, usando como principal fonte de pesquisa memórias de antigos moradores da localidade, na perspectiva de produzir uma fonte bibliográfica sobre a História da região que possa favorecer o conhecimento, a valorização da História e fomentar a construção da identidade regional. Este material bibliográfico poderá ser um importante subsídio para professores, alunos e demais interessados na história do Município.

O presente trabalho consiste em um recorte histórico sobre os povoados de Córrego Alegre e Córrego D'Água, que deram origem ao Município de Sooretama, com ênfase na história da educação desses povoados nas décadas de 60 e 70. Este levantamento foi contextualizado na dinâmica histórica regional e nacional. Para cumprir tal propósito utilizaram-se principalmente as memórias de antigos moradores.

Esta pesquisa se faz pertinente porque a atual legislação que norteia a Educação Básica no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e a Proposta Curricular de história do Município de Sooretama/ES (2009), orienta que o ensino de História deve priorizar o estudo do meio em que o aluno está inserido, na perspectiva de influenciar na formação de uma consciência histórica. Essa percepção deve ser fundamentada em uma orientação temporal que sustente a interpretação do cotidiano do educando e o leve a compreender-se para atuar como sujeito ativo dentro do processo histórico, estimulando-o a relacionar fatos e conceitos históricos de sua localidade à história nacional e geral.

Trata-se de uma abordagem de caráter qualitativo, que utilizou principalmente as memórias de antigos moradores da localidade de Sooretama/ES. A utilização do método da história oral como principal fonte de pesquisa está associada ao fato de que essa metodologia tem se propagado muito nas últimas décadas, tanto quanto conquistado significativo espaço no meio acadêmico, constituindo-se uma reconhecida fonte histórica. Outra razão relevante para a escolha desse

procedimento é a inexistência de fontes bibliográficas sobre a história do Município de Sooretama/ES. Assim, recorrer às memórias de antigos moradores se torna uma alternativa viável e até mesmo necessária, pois, como afirma Eclea Bosi (1994, p.18), os velhos “[...] são importantes na realização de pesquisa porque são fontes de onde jorra a essência da cultura, são conservadores do passado.” O método permite ainda que a História seja apresentada por óticas não oficiais e favorece uma construção histórica menos excludente na medida em que traz, para dentro da História, pessoas comuns.

Este trabalho organiza-se em cinco Seções, com apresentação de aspectos que norteiam o desenrolar da pesquisa. Sua estrutura engloba a Introdução, as três Seções do Desenvolvimento e a Conclusão. No capítulo que constitui a Seção 2, são feitas algumas importantes considerações sobre História Local, ensino de História Local, ensino de História em Sooretama, memórias e história oral, com apresentação de conceitos e algumas das discussões teóricas sobre esses temas. Também se verificam quais aspectos a atual legislação acerca da Educação Básica no Brasil faz sobre o ensino de História Local. Explana-se ainda a respeito da relevância que a Proposta Curricular de História do Município de Sooretama atribui ao ensino de História Local.

Na Seção seguinte, realiza-se a contextualização da História Local dentro do cenário histórico regional e nacional para apresentar o surgimento dos povoados de Córrego Alegre e Córrego D’Água. Nesse ponto, as memórias dos antigos moradores são amplamente exploradas e vale destacar mais uma vez que essas reminiscências são apenas recortes da História Local, como aliás é toda historiografia. Nessa mesma Seção, ainda se tecem importantes considerações sobre o processo de emancipação política do distrito de Córrego D’Água, que culminou no nascimento do Município de Sooretama/ES.

Em seguida, a Seção 4 continua a apresentação da História Local, mas com ênfase na história da educação e com base nas memórias de três professoras aposentadas: Maria Juliana Favalessa Frinhane, Maria Baldi Leite de Oliveira e Valdete Marques de Oliveira, que atuaram na educação local nos anos 60 e 70. Explanam-se suas memórias e experiências vivenciadas na educação dos povoados de Córrego Alegre e Córrego D’Água, como também o surgimento das primeiras escolas nos

respectivos povoados, tudo isso contextualizado no cenário educacional brasileiro que, nesse período, estava sob a égide dos militares que se encarregaram de adequar o sistema educacional aos interesses ditatoriais por meio de projetos e reformas na legislação.

2 HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIAS E HISTÓRIA ORAL

2.1 HISTÓRIA LOCAL

A obra *República em Migalhas: História Regional e Local*, organizada por Marcos A. da Silva, foi um dos marcos inaugurais da discussão sobre História Local e tornou-se referência no assunto. O livro é uma coletânea de textos resultante do XIII Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), que aconteceu em Curitiba, em 1985, e propõe que a temática da História Local e regional seja colocada para a discussão dentro do contexto historiográfico brasileiro. Por essa razão, trata-se de uma referência fundamental para esta investigação.

Nos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas e estudos de historiografia regional. Tal crescimento é justificado pelas seguintes razões: a mudança no conceito de região; o esgotamento das macroabordagens que, embora necessárias e capazes de apontar parâmetros, são insuficientes nos estudos mais particularizados; a instalação e o desenvolvimento de cursos de pós-graduação em todo o território nacional, o que tem contribuído para a formação de pesquisadores dotados de conhecimento científico e comprometidos com temas locais, e principalmente as transformações recentes que têm ocorrido na História brasileira e modificaram a organização espacial, a partir das quais se passou a dispensar especial importância para regiões que antes não recebiam a devida relevância no cenário brasileiro, como afirma Silva (1990). A aproximação dos historiadores com os temas regionais acontece não por acaso, no mesmo momento em que o conceito de região passou por profundas modificações, propostas pelos geógrafos.

[...] Muitos geógrafos têm abandonado a antiga e difundida utilização determinista do conceito como sinônimo de “região natural”, isto é, de um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais, como clima, relevo, vegetação, hidrografia etc. [...] (SILVA, 1990, p. 8).

Atualmente os geógrafos têm mostrado que os elementos que compõem uma região são muito subjetivos e consideram que o conceito físico de região, que se limita a características naturais, é incapaz de captar a historicidade e os paradoxos sociais que impregnam um determinado espaço. Esse autor ainda ressalta que, a partir da chamada “Geografia crítica”, alguns geógrafos têm apresentado um novo conceito de região, capaz de dar conta de todas as diferenças e as contradições geradas

pelas atividades humanas ao longo da História, contrariando aquela visão que limitava a ideia de região simplesmente a um conjunto de aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia e vegetação. A nova visão amplia o conceito de região, ao incluir elementos de caráter social. Os geógrafos definem região como

[...] categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula (SILVA, 1990, p. 8).

Para Horn (2010, p.118) a História Local “[...] é entendida aqui como aquela que desenvolve análises de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensa [...]”. Segundo ele, a pesquisa de História Local não é uma novidade, pois já continuamente já se realizam alguns trabalhos com ênfase no surgimento de Municípios e os processos político-administrativos. Mas a nova proposta é produzir uma História Local voltada para uma aproximação com o elemento social, como sugere Goubert (apud HORN, 2010, p.118).

A volta à História Local origina-se de um novo interesse pela História social – ou seja, a História da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam — pela História de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes e estado.

Na perspectiva de fazer uma breve contextualização sobre a História Local, será feita menção inicialmente ao cenário europeu, apresentando o espaço que a História Local vem ocupando gradativamente na historiografia portuguesa. Para subsidiar esta discussão, será utilizado o texto da escritora e professora lusitana Graça Maria Soares Nunes, que tem dado significativa colaboração para a realização de pesquisas de história locais em Portugal. Segundo Nunes (1996), o interesse por esse campo de pesquisa em Portugal ocorreu em diferentes contextos ao longo do tempo. Um marco relevante foi a criação da Biblioteca Real de História, em 1720, que fomentou as primeiras tentativas de valorização da História Local, inicialmente voltada para a História eclesiástica, coordenada pelo então acadêmico Manuel Caetano de Souza. Outro ícone na defesa da História Local em Portugal foi Alexandre Herculano — defensor ferrenho do municipalismo —, que considerava “[...] as monografias locais preciosos contributos para o muito que ainda há de se fazer no labor histórico do país” (NUNES, 1996, p.72).

Na atualidade, em Portugal, as disciplinas de licenciatura em História têm abordado temáticas locais e sugerido temas ligados à História Local na realização de pesquisas nos cursos de pós-graduação. Em Coimbra, o Centro de Estudos de Formação Autárquica (CEFA) oferece um curso, no seu plano de estudos, no âmbito da História Local. Em Lisboa, o departamento de História criou, entre 1991 e 1992, um curso de Pós-graduação em História Regional e Local, na tentativa de reunir pesquisadores nessa área. Na Inglaterra, na Universidade de Leicester existe um departamento dedicado ao estudo da História Local inglesa e, nas universidades de Leeds e Lancaster, há cursos de Pós-graduação em História Regional e Local. Em países como França, Espanha e em outras partes do continente europeu, a História Local tem sido reequacionadas, como afirma Nunes (1996).

Ao referir-se aos estudos históricos realizados no Brasil, Correa (2002, p.11) pondera que a História Local “[...] tem uma posição marginal na historiografia brasileira [...]”. Segundo ele, isso se deve principalmente a sua escrita amadora e subjetiva que concorre para o seu descrédito nos meios acadêmicos. Para Correa (2002), há profundas diferenças entre a História Local no Brasil e aquela produzida em países europeus, que possuem uma larga tradição nesse campo. A História Local europeia, em sua maioria, é escrita por profissionais, enquanto na América Latina predomina o amadorismo. Observa-se que a parceria firmada entre amadores e profissionais na Europa tem gerado bons resultados. Os amadores recebem apoio teórico-metodológico de historiadores, que acabam tendo acesso a fontes e informações novas. Apesar disso, convém lembrar que a produção historiográfica regional e local no Brasil tem ganhado bastante espaço acadêmico.

O movimento de renovação da História, que aconteceu na primeira metade do século XX, pretendia opor-se ao modelo positivista, que valoriza o conhecimento científico por considerá-lo verdadeiro, em detrimento da abordagem cultural, muito mais subjetiva e desprovida de intenção de alcançar “verdades”. No entanto, é possível observar que, muitas vezes, a escrita da História Local assume características muito semelhantes à perspectiva positivista, devido ao tratamento dispensado pelo escritor que, ao selecionar os fatos, tende a ordená-los numa lógica linear e harmoniosa ao desenvolvimento local, como afirma Correa (2002). Outro ponto notável que deve ser observado pelo escritor de História Local é o cuidado para evitar a superficialidade que Correa (2002, p.13) chama de “tábua rasa”. Silva

(1998, p. 391) também defende que o historiador deve ter como princípio a preocupação de “[...] problematizar e não apenas descrever. Em grande parte dos temas é evidentemente útil e inevitável a descrição. Mas é sempre possível e desejável que se levante questões [...]”.

O historiador local deve evitar as simplificações demasiada dos fatos, pois há na História Local matérias muito complexas e que não podem ser reduzidas a um olhar simplista. É muito importante considerar que a perfeição é inatingível. Ninguém consegue vencer um assunto, por mais que se aprofunde em suas pesquisas. É possível que novas gerações apresentem novidades. O isolamento deve sempre ser evitado e o pesquisador deve buscar confrontações de pontos de vista. Por isso, é importante publicar artigos, apresentar intervenções públicas e trocar experiências com pessoas de outros campos do saber. A escrita deve ser simples, clara, sem excesso de erudição e, o mais relevante, com probidade, já que o historiador deve ser o mais leal possível aos fatos e à honestidade, como sugere Silva (1998).

Discutindo sobre a História Local na atualidade, Silva (1998, p.383) apresenta uma importante definição sobre esse domínio do saber.

É um campo da História marcado por um paradoxo curioso: desvalorizado por alguns setores, mas simultaneamente bem visto e em grande pujança por outros. Alguns menosprezam a História Local por entenderem que, na maior parte dos casos, é escrita por curiosos, sem escola, sem formação universitária ou com formação não específica. [...] muitas páginas da História Local são escritas por não profissionais, que fazem da investigação histórica um passatempo delicioso [...] São padres, professores, funcionários de bibliotecas ou de arquivos, médicos, reformados de diversas profissões etc. [...].

No entanto, Silva (1998) considera que é preciso fazer distinção entre esses trabalhos e evitar as generalizações, pois há autores confiáveis, que possuem ou não formação universitária e que os apreciadores da História Local sabem o quanto devem a alguns desses beneméritos, dedicados e às vezes “anônimos cavouqueiros”. Nos últimos anos, a História Local vem se renovando, inovando e conquistando espaço nas universidades, tanto em cursos de graduações quanto nas especializações, ao abrir novos caminhos e novas possibilidades de pesquisas que têm contribuído para o êxito do conhecimento histórico.

De acordo com Leuilliot (apud SILVA,1998, p.389) “[...] a historia local é em parte uma história experimental e laboratorial. Sendo ciência do individual e do particular

pode e deve exercer uma função pedagógica de reestruturação, de revisão e de renovação da ciência histórica”. Silva (1998) ainda aponta alguns princípios metodológicos que considera importantes na realização de pesquisas locais: primeiramente o autor sugere que se devem eliminar temas impossíveis de serem conduzidos com êxito, por falta de tempo ou de fontes necessárias; outro ponto relevante a ser considerado é dar preferência a assuntos inéditos, por isso é muito importante que o historiador local tenha conhecimento sobre tudo o que já foi escrito sobre a localidade que ele propôs a pesquisar para não cair em repetições depreciativas. O historiador precisa escolher um tema de que goste, pois seu trabalho prazeroso aumenta a probabilidade de sucesso. É muito importante evitar temas da moda, uma vez que não se deve conduzir a pesquisa em certa direção simplesmente porque um determinado tema está em alta. A escolha de um tema é uma química singular, mas deve se fazer distinção entre o desejável, o possível e o razoável.

2.2 HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA

As propostas para o ensino de História no Brasil vêm passando por significativas mudanças nas últimas décadas, especialmente a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História (BRASIL, 1998, p. 34), determinando-se que

[...] o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial.

O estudo da História Local se apresenta como uma abordagem metodológica capaz de tornar o ensino de História mais significativa, pois o discente vai tratar de fatos ligados a sua realidade e de um passado não tão distante, facilitando, desse modo, a compreensão de conceitos históricos ligados a temporalidade, permanências, continuidades e rupturas, o que favorecerá a compreensão de fatos mais complexos em uma dimensão nacional e mundial. Como propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), o aluno precisa desenvolver a habilidade de compreender as transformações sociais como produto da ação humana e a si mesmo como um agente social (BRASIL, 2006). Esse deve ser um dos desafios de

educadores que se propõem a trabalhar com o ensino de História. É desejável contribuir para que o aluno se compreenda como agente social e transformador, mas é preciso valorizar a sua história e o seu contexto para que isso aconteça.

De acordo com os PCN (BRASIL, 1998), professores e historiadores têm procurado aproximar o ensino de História de questões, abordagens e temas ligados à pesquisa teórica e científica. O objetivo não é transformar os alunos da Educação Básica em historiadores, mas sim encontrar recursos didáticos que valorizem o discente como sujeito ativo da História, para que, no processo de aprendizagem, o educando seja capaz de historicizar os problemas do cotidiano, de aproximar-se cada vez mais da realidade social e de ser capaz de encarar essa realidade em sua dimensão diversificada, múltipla, conflituosa, complexa e descontínua. A História Local pode e deve ser trabalhada, mesmo quando há carência de fontes bibliográficas. Os PCN (BRASIL, 1998) sugerem que, na ausência de documentos disponíveis sobre o tema a ser trabalhado pelo professor, os alunos devem ser orientados para a coleta e a organização de dados na comunidade, como, fotografias de arquivos familiares, documentos e relatos. Pessoas da localidade podem ser entrevistadas sobre suas vivências, histórias de vidas, eventos do passado e podem explicar, de maneira simples, mudanças e permanências de costumes.

A grande diversidade socioeconômica e cultural da população brasileira contribui para as desigualdades em relação à possibilidade de permanência e progressão escolar, da realização de aprendizagem significativa. As Diretrizes Curriculares Nacionais articulam a relação entre desigualdades e ação pedagógica.

Essa diversidade econômica, social e cultural exige da escola o conhecimento da realidade em que vivem os alunos, pois a compreensão do seu universo cultural é imprescindível para que a ação pedagógica seja pertinente. Inserida em contextos diferentes, a proposta político-pedagógica das escolas deve estar articulada à realidade do seu alunado para que a comunidade escolar venha a conhecer melhor e valorizar a cultura local. Trata-se de uma condição importante para que os alunos possam se reconhecer como parte dessa cultura e construir identidades afirmativas o que, também, pode levá-los a atuar sobre a sua realidade e transformá-la [...] (BRASIL, 2013, p.110)

Fundamentando-se na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais, é possível afirmar que o ensino de História Local se apresenta como uma possibilidade de fornecer significação ao processo de ensino-aprendizagem e de dar contribuições sociais relevantes, pois propõe uma aproximação entre o que se estuda e o universo

do aluno, transportando-o para dentro da História não apenas na condição de espectador, mas como um ator ativo no processo. O documento intitulado Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹, em fase de elaboração, constitui outro importante norteador da educação brasileira e sugere o ensino de História em uma perspectiva contextualizada e significativa, valorizando o ensino de História Local.

Tal abordagem metodológica pode favorecer a dinamização das aulas, pois o estudo de História Local permite o uso de uma grande variedade de fontes históricas. É nesse cenário que a História Local passa a ocupar espaço ao ter a sua disposição uma diversidade de fontes não oficiais, como fotografias, atas, relatos, diários, filmes, revistas, jornais, cartas, recibos de compra e venda, escrituras e uma infinidade de objetos que podem ser explorados pelos professores na expectativa de despertar nos discentes um novo olhar para o conhecimento histórico. Assim,

[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. [...] Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo. [...] O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural” sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. (BURKE, 1992, p. 11).

O estudo de História Local possui suas peculiaridades especialmente ao possibilitar uma aproximação entre o pesquisador e o objeto, a relação passado e presente é estreitada.

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL, 1990, p.220)

A aproximação com o cotidiano pode ser um facilitador no processo de aprendizagem e possibilita fomentar a significação dos fatos históricos que, muitas vezes, são apresentados aos alunos sem nenhuma contextualização que facilite a compreensão dos conteúdos. Para Machado (2002, p.224), a particularidade local “[...] precisa ser analisada nos aspectos em que se articula com a generalidade e a complexidade do social-histórico [...]”.

¹ O documento encontra-se em fase de elaboração para cumprir uma exigência do sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2016), instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Para ensinar História a partir das vivências dos alunos, é indispensável desenvolver uma visão metodológica que priorize as pessoas, as memórias e as histórias de indivíduos de todos os grupos sociais. É preciso dar voz a esses atores que sempre foram excluídos da História ensinada nas escolas, encarregada de falar dos reis, comandantes, senhores, heróis de todos os tempos e negligente com os pobres, negros, operários, mulheres, artesãos, deixando-os durante séculos à margem da História, como Barros (2013) argumenta.

2.3 ENSINO DE HISTÓRIA DE SOORETAMA/ES

Com base nessas reflexões sobre a relevância da História Local no ensino de História e sobre a forte necessidade desse conhecimento, identificada nas escolas de Ensino Fundamental do Município de Sooretama/ES, se propõe o uso dessa abordagem metodológica — ensino de História Local. O Município de Sooretama tornou-se Sistema Municipal de Ensino por meio da Lei nº 463 desde 2006, adquirindo assim maior autonomia no exercício das políticas educacionais municipais, ainda que em colaboração com o Estado e a União, pois essas esferas são interdependentes e a elas se aplicam as regras do federalismo corporativo, como consta no Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME). Na condição de sistema educacional, o Município adquiriu poder para criar, conhecer, autorizar, aprovar, normalizar e supervisionar instituições de ensino do sistema municipal, como consta no projeto de lei aprovado pela Câmara municipal em 16 de novembro de 2006. Ao tornar-se Sistema, o Município assume a responsabilidade legal de promover um ensino de qualidade e que atenda às especificidades de sua clientela.

De acordo com a Proposta Curricular de História do Município de Sooretama (2009) observa-se que em todas as séries do Ensino Fundamental I e II está previsto o estudo da História Local. O objetivo geral da Proposta Curricular de História do Ensino Fundamental do Município de Sooretama já sugere que “[...] o aluno seja capaz de ler e compreender sua realidade e posicionar se criticamente de modo a identificar as relações existentes entre seu grupo de convívio e outros povos, tempos e espaços” (SOORETAMA, 2009, p. 54). Segundo a Proposta Curricular de História (SOORETAMA, 2009), no primeiro ano do Ensino Fundamental I o aluno deve

compreender que o nome de sua rua e de seu Município são elementos de identificação e deve relacionar sua história e a de sua família com a história de seu grupo de convívio; no segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental I, espera-se que se trabalhe a história do Município desde seu surgimento, a organização da cidade e os aspectos sociais, culturais e políticos; no quarto ano, almeja-se que o aluno seja capaz de relacionar a história do Município com aspectos regionais, com ênfase na noção de Estado (relação entre Sooretama e o Espírito Santo); no quinto ano, pretende-se que o aluno seja capaz de relacionar momentos significativos da História Local com a história regional e nacional.

Ainda de acordo com a Proposta Curricular de História do Ensino Fundamental II do (SOORETAMA, 2009), entre as orientações didáticas sugeridas ao professor, para melhor compreensão dos conteúdos é necessário que o docente desenvolva atividades que levem o aluno a estabelecer relações entre o seu grupo de convívio de sua localidade com outras regiões do país, bem como com outros tempos e espaços, de modo que o educando compreenda que as histórias individuais são parte integrante das histórias coletivas. O documento também sugere que o professor pode usar como ponto de partida a realidade do aluno, estimulando-o a relacionar sua própria história com a história do Município, do país e do mundo. Entre os objetivos específicos da Proposta Curricular de História do Ensino Fundamental II está previsto que o aluno deve conhecer a evolução histórica do Município, os pleitos eleitorais que culminaram na sua emancipação política e os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

As ideias contidas na Proposta Curricular do Município de Sooretama/ES vão ao encontro da legislação vigente sobre a Educação Básica no país, conforme exposto anteriormente, porém essa proposta esbarra no seguinte obstáculo: o Município não dispõe de fontes bibliográficas que contemplem a História Local, como também não possui algum espaço que favoreça a realização de pesquisas, quais sejam arquivos públicos, museus ou bibliotecas. É claro que as fontes existem em arquivos pessoais e na memória de antigos moradores da localidade, mas a exploração dessas fontes exige do educador esforço e conhecimento técnico que às vezes sua formação acadêmica não fornece, especialmente do professor das séries iniciais do ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Base da Educação da Educação Nacional (LDB)

estabelece, no art. 62, com redação dada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996)

Reforçando a formação legal exigida para atuação na docência das séries iniciais do Ensino Fundamental I, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia também apresentam sua indicação.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2005, p. 6).

Considerando a necessidade de desenvolver uma prática que contemple a História Local, com abordagem metodológica capaz de fomentar uma aprendizagem significativa e que se relaciona com aspectos regionais, nacionais e gerais, surge a iniciativa de fazer um levantamento histórico de Sooretama a partir de relatos de antigos moradores da localidade com a finalidade de produzir um material bibliográfico capaz de favorecer o estudo e a valorização da história e da identidade local, especialmente no Ensino Fundamental.

Portanto, é possível afirmar que o ensino de História Local é uma estratégia metodológica viável nas aulas de História, pois pode facilitar a compreensão de conceitos históricos e despertar o interesse pela disciplina, como também propiciar uma conexão com a História nacional e geral. À medida que o aluno se percebe como sujeito histórico, ele passa a compreender a História de forma significativa e sua identificação com sua comunidade pode contribuir para construção de um senso crítico quando essa identidade se relaciona com questões políticas, sociais e culturais mais complexas.

2.4 MEMÓRIAS

Quando se propõe estudar a História Local, as memórias podem ser grandes aliadas. Para amparar essa reflexão sobre a relevância das memórias no estudo de História Local, será utilizada a obra *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Eclea Bosi, pesquisadora e professora emérita da Universidade de São Paulo, com vasta experiência em Psicologia social. A história oral de vida pode constituir uma fonte de relevante significação, pois os velhos “[...] são importantes na realização de pesquisa porque são fontes de onde jorra a essência da cultura, são conservadores do passado” (BOSI, 1994, p. 18), conforme já mencionado anteriormente. Bosi (1994) afirma que os velhos são verdadeiros guardiões do passado e que nós devemos lutar por eles, pois foram desarmados pela sociedade capitalista que oprime, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela História oficial comemorativa. Ela destaca que ser velho nessa sociedade capitalista é uma luta constante para continuar sendo homem. Existe uma opressão à velhice, que se manifesta de múltiplas maneiras algumas explicitamente brutais e outras silenciosamente permitidas. Segundo Bergson (apud BOSI, 1984, p.47) “[...] as memórias acompanham o homem como uma sombra junto ao corpo” e esse produto cultural, quando extraído de maneira correta e criteriosa, confrontado com outras fontes, pode dar uma contribuição inigualável para a História, trazendo à tona fatos e personagens que com certeza seriam dissolvidos na História oficial.

O surgimento de historiadores interessados na história dos excluídos fomentou o uso das memórias como fontes históricas.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...]. (NORA, 1993, p. 9)

A memória é o combustível da oralidade e, como afirma Nora (1993), ela é sempre atual, não é precisa, pois vai se adequando às crenças e ao imaginário dos indivíduos. A memória é o objeto principal no trabalho com fontes orais, pois o conhecimento é recuperado por meio das memórias das testemunhas, de acordo

com Le Goff (1996). O autor é feliz em defender essa ideia, pois em alguns casos a única maneira de se obter informações sobre um determinado fato ocorre por meio dos depoimentos de pessoas que o vivenciaram, se não há registros em documentos ou em outra fonte. Até porque durante muito tempo se privilegiou a História oficial e simplesmente se ignoraram outras possíveis versões históricas.

A memória é sempre uma construção feita do presente a partir de vivências ocorridas no passado e, portanto, as memórias individuais se confundem com as coletivas, pois somos influenciados e influenciados os grupos sociais em que estamos inseridos, como assegura Matos (2011). Utilizar a história oral como procedimento metodológico é oportunizar que indivíduos compartilhem suas memórias com a coletividade numa perspectiva muito mais enriquecedora. A memória individual está sempre associada à memória coletiva, uma vez que o indivíduo não faz suas reflexões baseado unicamente em suas referências pessoais, mas em diálogo com outros indivíduos pertencentes ao seu grupo de convívio. A memória é sempre contagiada por fatores como afetividade, desejos, inibição e censura. A fonte oral tem se mostrado eficiente ao possibilitar uma proximidade entre a História e o cotidiano, como defendem Oliveira e outros (2012).

Ao longo da história da humanidade, a memória teria passado por quatro fases: a memória oral, utilizada pelos grupos não letrados, caracterizada pelos mitos de origem; a segunda fase teria ocorrido na Idade Média, com a convivência da memória oral e a memória escrita; já na Idade Moderna, teria ocorrido a terceira fase, com a consolidação da memória escrita por meio da imprensa e da alfabetização; em quarto lugar, seria o período da memória em expansão, com a utilização de vários meios de perpetuar a memória como os monumentos e comemorações (LE GOFF, 1996).

Eclea Bosi se embasa na obra de Henri Bergson — *Matière et Mémoire* — para fazer a introdução de seu clássico *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Nesse trabalho, Bosi se utiliza das lembranças de antigos moradores que contam suas histórias, ao mesmo tempo em que contam as mudanças ocorridas na cidade de São Paulo. São testemunhas vivas e ativas inseridas em um processo dinâmico, porém sob uma ótica não oficial. Vale ressaltar a visão de Bergson (apud BOSI, 1994) sobre o assunto, quando o filósofo sustenta, de modo explicativo, que as

memórias estão organizadas na forma que ele chama de “cone da memória” e que fatos ou dados do presente trazem as lembranças à tona. Bergson afirma ainda que “[...] as lembranças estão na cola das percepções atuais, como a sombra junto ao corpo [...]” (apud BOSI, 1984 p.47), ou seja, inevitavelmente inseparáveis. O autor alega que o presente age como um elemento ativador das memórias, “[...] é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”.

Bergson defende a existência de duas memórias: memória-hábito e lembrança pura. A memória-hábito seria resultante dos mecanismos motores da repetição e da necessidade de repetição, de gestos e palavras que constituem, na verdade, uma convenção social e fazem parte do que Bergson chama de adestramento cultural. Ao contrário, a memória pura compõe-se de momentos individuais, únicos, a matéria-prima para sonhos e poesias, que estariam no mais profundo do psiquismo. Bergson denomina inconsciente essa lembrança. Para Bergson (apud BOSI, 1994, p.51), “[...] as lembranças vivem um estado latente, ou seja, abaixo do consciente o oculto”.

Os antigos gregos fizeram da memória uma deusa, mãe de nove musas inspiradoras, das chamadas artes liberais, entre as quais a história, a dança, a astronomia e a eloquência. Seguindo essa ideia, pode-se argumentar que a história é filha da memória e irmã das musas guardiãs da poesia e dos poetas, que no mundo antigo eram responsáveis por eternizar a idade das origens (LE GOFF, 1996).

O que atualmente conhecemos como história oral é algo muito antigo e que acompanha a humanidade há muito tempo. Entre as comunidades primitivas, o conhecimento e as experiências eram transmitidos de uma geração para outra por meio da oralidade. Intimamente ligada aos contos populares e ao universo da comunicação humana, a oralidade sempre contribuiu para a construção e a propagação do conhecimento. Para falar de história oral é muito pertinente citar Amadou Hampâté Bâ, escritor africano natural de Mali, um dos maiores nomes do continente africano no século XX, defensor e divulgador da tradição oral e responsável por transportar a oralidade africana para o papel. Defendeu a importância da oralidade africana como fonte legítima na construção do conhecimento histórico, segundo Farah (2003). O escritor africano enfatiza e estende o conceito de transmissão oral.

Contrariamente ao que alguns possam pensar, a tradição oral africana, com efeito, não se limita a histórias e lendas, ou mesmo relatos mitológicos ou históricos e os griots² estão longe de ser os únicos guardiões e transmissores qualificados. A tradição oral é a grande escola da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. [...] Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. [...] Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo por menor sempre nos permite remontar à unidade Primordial. [...] a tradição oral conduz o homem à sua totalidade e, em virtude disso, pode-se dizer que contribuiu para criar um tipo de homem particular, para esculpir a alma africana. A tradição oral baseia-se em certa concepção do homem, do seu lugar e do seu papel e no seio do universo. (BÂ, 2003, p.183)

Para Thompson (1992, p.17),

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, e que tem se mostrado um método muito promissor na realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

Afinal, o homem é um ser social e grande parte de suas experiências são vividas coletivamente. As memórias de um indivíduo estão diretamente ligadas à coletividade, pois todo indivíduo está inserido num contexto social. Por essa razão, muitos pesquisadores de cultura popular recorrem a esse método. A história oral apenas pode ser utilizada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito distante, isto é, que a memória humana alcance, para que se possa entrevistar pessoas que participaram de determinados fatos, seja como autores, seja como testemunhas, segundo Alberti (1990). Essa relevante observação se aplica ao contexto em questão, embora seja possível que, em curto tempo, se criem grandes arquivos, compostos apenas com entrevistas sobre os mais variados temas, devidamente catalogados e que servirão de fontes para futuros pesquisadores, superando a limitação da história oral.

Bosi (1994) fundamenta se nas ideias de Halbwachs para dizer que, na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, retomar, com imagens e ideias de hoje, lembranças do passado. Seriam, pois as lembranças uma imagem construída pelos materiais que agora estão a nossa disposição. A lembrança de um fato antigo não é a mesma imagem que experimentamos outrora, pois não somos os

² Griots é aquele responsável pela manutenção da **tradição oral** dos povos, pois ele é um contador de histórias em torno do qual as pessoas se reúnem para aprender sobre si e sobre o mundo (grifo nosso).

mesmos, não temos mais as mesmas ideias, os mesmos valores e juízos. Utilizar a história oral como procedimento metodológico é oportunizar que indivíduos compartilhem suas memórias com a coletividade em uma perspectiva muito mais enriquecedora.

2.5 HISTÓRIA ORAL

O método da história oral assumiu caráter científico em oposição à tradição oral, a partir do século XVII, mas a reintrodução da história oral aconteceu no século XX, quando grupos de historiadores norte-americanos lançaram revistas e realizaram vários seminários. No entanto, o desenvolvimento significativo desse método ocorreu a partir do surgimento do gravador, nos anos 50, nos EUA, e logo se difundiu na Europa, como afirma Joutard (apud MATOS, 2011).

Na Europa, o destaque foi da Itália que, nos anos 60, formou a segunda geração de historiadores orais. Os antropólogos De Martino, Bosio e o sociólogo Ferranti, recorreram ao método da história oral com a finalidade de reconstruir a cultura popular. Foram muito mais audaciosos e não usaram a história oral apenas como um complemento, mas sim como “outra história”. Na Espanha, no uso da história oral, destaca-se a pesquisadora Mercedes Vilanova, da Universidade de Barcelona, como aponta Matos (2011). Ainda no que diz respeito à história oral espanhola, vale destacar a contribuição de Dolores Pla, que escreveu, entre outras, a obra *Los Niños de Morelia*, ao narrar sobre crianças espanholas exiladas para o México durante a guerra civil espanhola. Para realização desses estudos, ela usou principalmente o método da história oral. Sua morte súbita, em 13 de julho de 2014, surpreendeu o meio acadêmico, como destacou Calderón (2014).

O que Joutard, chama de terceira geração da história oral iniciou com dois importantes encontros que aconteceram, um em São Francisco, no ano de 1975, e o outro em Bolonha, em 1976. Na França, Joutard (apud MATOS, 2011) dá ênfase a dois grandes projetos coletivos, realizados em 1975, o primeiro sobre arquivos orais da previdência social e o segundo voltado para pesquisas sobre etnotextos. Na América Latina, também se utilizou a história oral nas pesquisas em Política e Antropologia. A quarta geração de história oral surgiu nos anos 90, em decorrência dos fatos conjunturais, como a queda do muro de Berlim, os conflitos no leste

européu e os estudos sobre o regime stalinista. Nesses estudos, a história oral foi amplamente utilizada. Por se tratar de pesquisas de fatos do presente, ficou claro que as fontes orais eram fundamentais. A evolução no uso das fontes orais contribuiu para estruturação de uma metodologia e uma organização teórica que passou a chamar-se de história oral. Atualmente as fontes orais são utilizadas em pesquisas das mais variadas áreas. Na visão de Joutard “[...] desde o início dividiram a história oral, uma próxima das ciências políticas, voltada para as elites e os notáveis, outra interessada nas “populações sem história”, situada na fronteira da Antropologia” (apud MATOS, 2011, p.99).

O uso da oralidade pode ser percebido mais evidentemente na Antropologia, devido ao estudo de sociedades sem registros, com tradições orais. Não se pode negar que a oralidade é fonte para estudos históricos desde a Antiguidade, com Heródoto e Tucídides. Durante muito tempo, a oralidade era considerada fonte apenas para a Antropologia, porém nos últimos anos outras ciências humanas têm recorrido ao método, como é o caso das Ciências Sociais, que passou a chamar convencionalmente as fontes orais de história oral, como enfatiza Joutard (apud MATOS, 2011). A história oral reconhece a confluência multidisciplinar e valoriza a contribuição da Psicologia e, em particular, da Psicanálise, basicamente por considerar a experiência de outras dimensões da realidade, como o inconsciente. A história oral é uma forma de intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais. Uma das tendências da história oral é sua proximidade com o presente, anteriormente mencionada, pois depende da memória viva ou de relatos anteriormente efetuados, prática mais comum entre os historiadores nos últimos 25 anos. A propagação do uso da história oral se deve ao interesse crescente pela história de mulheres, operários, imigrantes e outros grupos que, durante muito tempo, foram marginalizados por historiadores que valorizavam apenas “os heróis”, segundo Matos (2011). Joutard (apud MATOS, 2011) conclui que a resistência de alguns historiadores à história oral apenas priva-os de novas possibilidades e, concordando com Jean Pierre Wallot, afirma que, apesar de ser um método novo, é um amplo campo de desenvolvimento nos estudos históricos.

No prefácio da obra *A voz do passado*, Thompson (1992) destaca que o grande *boom* da história oral nos EUA se deu no final dos anos 60 e início dos anos 70, quando se originou a *Oral History Association* (OHA), em 1967, com a publicação

anual da *Oral History Review*. Na mesma época, aconteceu uma verdadeira proliferação de programas de história oral em universidades, centros de pesquisas e instituições ligadas à comunicação. Na visão de Thompson (1992), a história oral atualmente está alicerçada em diversos países, além dos EUA, da Grã-Bretanha, da Itália, da Alemanha, do Canadá e da França; fazendo parte do currículo escolar nos mais diferentes níveis de aprendizagem, até mesmo em universidades mais conservadoras, como Colúmbia e Oxford.

No Brasil, as primeiras experiências com história oral ocorreu em 1971, em São Paulo, no Museu da Imagem e do Som, instituição que tem se preocupado com a preservação da memória cultural brasileira. Outras experiências relevantes ocorreram no Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, em 1972, e na Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi implantado um laboratório de história oral em 1975. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), sediado na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, com um setor de história oral desde 1975, é certamente um exemplo bem-sucedido de experiência com história oral. O CPDOC possui, em seu acervo, entrevistas com personagens da história política contemporânea do país, além de comunicações como palestras e publicações, como assinala Thompson (1992). A partir de 1960, o depoimento oral tornou-se fonte para a produção historiográfica, porém alguns autores viam a história oral, envolta em uma série de questionamentos, como uma possibilidade de todos contarem suas próprias versões históricas e isso apontava por encerrar com a exclusividade corporativa do fazer historiográfico. É claro que essa visão é bastante simplória e limitada de pensar a história oral e sua contribuição para a compreensão do passado, segundo Montenegro (1993).

O uso da história oral em pesquisas com memórias permite conhecer determinados fatos e aspectos que passariam despercebidos na utilização de outras fontes. A memória permite uma constante relação entre a história individual e a história coletiva, pois ela estreita a relação entre a micro e a macro história:

A memória individual sempre estará conectada à memória de um grupo (memória coletiva), uma vez que o indivíduo não faz suas reflexões baseadas somente em seu próprio referencial, mas em diálogo com outros indivíduos que participam do mesmo grupo que ele. Assim, a memória é influenciada por fatores como afetividade, desejo, inibição e censura, entre outros (OLIVEIRA et al., 2012, p. 81).

Dentre as peculiaridades da história oral vale destacar que há “[...] coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa oral não permite que sejam colocadas” (GARRIDO, apud MATOS, 2011, p.103). É possível concordar com Garrido no sentido de que nenhuma fonte histórica é completa em si mesma e que, independentemente da fonte utilizada, é indispensável que seja submetida a uma análise criteriosa, além da possibilidade de os dados de uma fonte complementarem outra. Sabe-se também que, quando se trata de pesquisa histórica, não há pretensão de alcançar verdades absolutas, pois a história é uma ciência viva, dinâmica e não linear.

A evidência oral pode ser de importância crucial para a compreensão do pano de fundo de determinados fatos históricos, podendo fornecer novos contextos que os documentos seriam incapazes de propiciar, como também incapazes de elucidar resíduos da cultura material e dar significação a objetos que deixam de ser inanimados. A evidência oral torna possível o preenchimento de vazios e proporciona uma visão muito mais realista dos fatos, pois pode oferecer uma perspectiva enriquecida com evidências qualitativas. Por outro lado, a memória tem sua própria seletividade e seus silêncios, do mesmo modo que a narrativa escrita tem seus vieses burocráticos e vazios irrecuperáveis. O relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com senso crítico, do mesmo modo que qualquer outra fonte (SAMUEL, 1990). “A realidade é complexa, multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (THOMPSON, 1992, p.25). Quando o assunto é história oral, é comum o embate com a crítica da fidedignidade das fontes consultadas, uma vez que não se deve desconsiderar a parcialidade das fontes orais, mas Thompson (1992, p. 26) afirma que

[...] é da natureza da maior parte dos registros existentes refletir o ponto de vista da autoridade, não é de admirar que o julgamento da história tenha, o mais das vezes, a sabedoria dos poderes existentes. A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo.

O que mais se questiona quando o assunto é história oral é a confiabilidade das informações obtidas durante os depoimentos. Considerando essa crítica, devem-se adotar alguns critérios ao realizar as entrevistas.

A entrevista de história oral é sempre um processo dialógico, isto é que demanda a existência de pelo menos duas pessoas em diálogo, porém não se trata de uma conversa e sim de relação programada, atenta as gravações. Assim os contatos humanos, premeditados, se colocam como imprescindíveis à elaboração da história oral. Não se produz, contudo, história oral por vias indiretas como telefone e internet, por exemplo. O contato direto, de pessoa a pessoa, interfere de maneira absoluta nas formas de exposição das narrações (MEIHY, 2010, p, 19).

Um dos aspectos mais polêmicos em relação às fontes orais diz respeito a sua credibilidade. Alguns autores mais conservadores defendem que os depoimentos orais são fontes subjetivas, por nutrirem-se da memória individual e serem passíveis de falhas e fantasias. Thompson (1992), no entanto, defende que a subjetividade é um dado real pertinente a todas as fontes históricas, sejam elas orais, visuais ou escritas.

[...] O historiador deve enfrentar esse tipo de testemunho direto não com uma fé cega, nem com um ceticismo arrogante, mas com uma compreensão dos processos sutis por meio dos quais todos nós percebemos, e recordamos o mundo a nossa volta e o nosso papel dentro dele [...] (THOMPSON, 1992, p. 195).

Interessa à história oral saber por que o entrevistado foi seletivo ou omissivo, pois para o historiador oral esses detalhes também têm significação. O ideal é que, para obter-se boas respostas, é necessário que se elaborem boas perguntas. É fundamental definir com clareza a forma de entrevista que será adotada, bem como o perfil do grupo que será entrevistado e avaliar criteriosamente as respostas obtidas, conforme algumas das recomendações dadas por Matos (2011). Lodi (apud MATOS, 2011) aponta três maneiras para avaliar a validade das informações obtidas: comparando-as com as de outros entrevistados, comparando-as com uma fonte externa e observando as dúvidas, as incertezas e as hesitações demonstradas pelo entrevistado.

É importante o entrevistador ter um contato prévio com a testemunha, estabelecer uma relação de diálogo, esclarecer sobre o interesse pelas informações, apresentar o objetivo de querer obter os depoimentos, conquistar a confiança do entrevistado e deixar claro o seu respeito pela testemunha. Antes da realização da entrevista, o

entrevistador precisa se inteirar do assunto que será abordado na entrevista, com leituras prévias, estar ciente do período histórico abrangido para ter condições de elaborar um roteiro que norteará a entrevista. A entrevista pode ser dirigida, quando o entrevistado fica preso a um questionário previamente estabelecido; semidirigida, meio termo entre a fala da testemunha e os questionamentos do entrevistador, e a não dirigida, que pode levar a testemunha a se distanciar do tema. O local escolhido para realização da entrevista precisa ser tranquilo, para que a testemunha fique a vontade, de acordo com Matos (2011).

Outra etapa de fundamental importância para garantir a qualidade dos depoimentos obtidos é a transcrição da entrevista, que deve ser feita pelo próprio entrevistador. Durante a transcrição, as passagens não audíveis devem ser colocadas entre colchetes; expressões de dúvidas e silêncios devem ser assinaladas por reticências; nomes de pessoas citadas devem ser designados por iniciais, se assim for necessário; palavras com forte entonação devem ser transcritas em negrito; os risos devem ser grifados. Para facilitar a leitura, é interessante colocar subtítulos, erros graves deverão ser corrigidos, como datas, nomes próprios etc. Essas são algumas dicas apontadas por Matos (2011).

Em seu clássico ensaio *O narrador*, Walter Benjamin (1940, p. 205) descreve de forma um tanto poética a arte de fazer narrativas.

[...] Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. [...] Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. [...] A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão — no campo, no mar e na cidade — é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso [...]. (grifo do autor).

A história oral se apresenta como um procedimento metodológico, como um instrumento político, de acordo com Thompson, na medida em que ela dá voz a quem sempre foi excluído da História oficial, e se apresenta como mais uma fonte que, semelhante às demais fontes históricas, devem ser questionadas, confrontadas com outras fontes e submetidas à análise.

Após realizar essa abordagem teórica sobre história oral e o uso de memórias na construção do conhecimento histórico, fica evidente o não esgotamento do tema, muito atual e polêmico, mas percebe-se que as críticas levantadas contra o uso da história oral têm sido vencidas pelas novas concepções de historiadores que não estão centrados na ideia de produzir uma história infalível, verdadeira e imutável. Não existe essa preocupação nem pretensão, pois já há consciência dessa impossibilidade.

Nessa perspectiva, a história oral pode ser uma importante ferramenta no estudo de História Local. Ambas nascem das novas propostas historiográficas que surgiram ao longo do século XX e que permitem uma nova concepção sobre a produção do conhecimento histórico, ao se desprenderem da intenção de produzir uma história infalível. As novas correntes historiográficas se dispõem apenas a ampliar o conjunto de fontes à disposição do pesquisador, viabilizando o processo de inclusão histórica ao dar voz a quem sempre ficou à margem da História oficial.

3 CIDADE E MEMÓRIAS

3.1 PANORAMA HISTÓRICO DO TELÉGRAFO NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

O povoado que deu origem ao atual Município de Sooretama, no norte do Espírito Santo, originou-se em consequência da construção da linha telegráfica entre Linhares e São Mateus. É pertinente, portanto, fazer um breve levantamento histórico sobre o telégrafo no Brasil e no Espírito Santo. Segundo narrativa do senhor Zizio Alves, neto do primeiro morador de Córrego Alegre, o povoado que deu origem a Sooretama teve início com a chegada de seu avô, Manoel Alves, que naquela ocasião tinha 19 anos, e apareceu na região para trabalhar na construção da linha telegráfica que ligava Linhares a São Mateus. Anna Lúcia Côgo, em sua tese de Doutorado intitulada *História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus* (2007), afirma que a obra telegráfica teria sido realizada em 1873.

O telégrafo foi introduzido no Brasil a partir de 1850. Sua implantação foi incentivada por interesses políticos internacionais ligados ao combate do tráfico de escravos. O então Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, resolveu a questão diplomática entre o Brasil e a Inglaterra com a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico de escravos. O interesse da Inglaterra em acabar com a escravidão no Brasil era iminente, uma vez que os comerciantes ingleses aspiravam abarrotar os mercados brasileiros com produtos britânicos e para isso era necessário um mercado consumidor com poder de compra. No entanto, a população brasileira, nessa época, ainda era composta por uma maioria escrava e não podia atender aos interesses capitalistas da Inglaterra. Nesse contexto, o ministro determinou a instalação do telégrafo com a suposta função de ajudar no combate da escravidão, por meio da comunicação entre os pontos de observação da chegada dos navios e os quartéis policiais, como narra Silva (2011).

A instalação da primeira linha telegráfica no Brasil foi descrita por Silva (2011, p. 51).

A inauguração da primeira linha telegráfica ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1852, com a ligação via cabo subterrâneo entre o Palácio de São Cristóvão e o Quartel Central no Campo de Aclamação, atual Campo de Santana, no Rio de Janeiro. [...] O experimento contou com

a presença do Imperador, cujo interesse pelo conhecimento científico e tecnológico era notório. Após os testes, foram comprados na Europa aparelhos do tipo Morse, fios e isoladores. Os novos aparelhos foram instalados em algumas repartições públicas na corte, no quartel dos bombeiros, no quartel da polícia e nas fortalezas da Baía de Guanabara. Em 1857, foi inaugurada a estação telegráfica de Petrópolis, cidade de veraneio da corte. [...] Num período de treze anos, a extensão das linhas telegráficas brasileiras atingiu 100 km. Com o fim do tráfico negreiro, o telégrafo perdeu seu principal mote de existência.

Com o fim do tráfico negreiro, o telégrafo perdeu sua principal razão de existência. O telégrafo não foi percebido como um instrumento de comunicação e passou a ser visto como um experimento dispendioso, sem uma finalidade explícita, tornando-se obsoleto para o serviço público. A partir de 1865, foi iniciada a construção da linha telegráfica que atenderia o governo brasileiro durante a guerra do Paraguai. Para realização dessa obra, o imperador contratou Capanema, diretor da Repartição Geral dos Telégrafos (RGT), e personagem central da telegrafia brasileira ao longo do Império. A obra, concluída no ano seguinte, em função da urgência exigida pelo contexto de guerra, foi realizada em regime de mutirão. Foram muitas as dificuldades enfrentadas ao longo da construção: densas matas, animais selvagens e peçonhentos, doenças, condições climáticas desfavoráveis, problemas com transporte de materiais e toda logística para os funcionários, como abrigo e alimentação. Partes desses problemas foram solucionados por proprietários de terras, que colaboraram com empréstimos de animais para o transporte de materiais de postes retirados de suas matas. Os governos municipais e provinciais também colaboraram com recursos materiais e financeiros (SILVA, 2011).

Após a construção da linha telegráfica, percebeu-se que a qualidade da comunicação não era das melhores, pois, na pressa de concluir a obra, houve muitos improvisos que comprometeram o resultado final. Prenderam fios em árvores e, em alguns trechos, foram arrastados pelo chão; os pequenos cabos submarinos usados nas travessias das barras tiveram que ser substituídos. Apesar de todas as dificuldades, depois de uma década, o telégrafo mostrou enfim seu potencial como meio de comunicação; mais que isso, atuou como um elo entre o poder central e os limites do país. A guerra do Paraguai contribuiu para um grande aumento na extensão da linha telegráfica no Brasil, que passou de um pouco mais de 60 km para mais de 2.000 km. Além disso, a guerra deu-lhe um significado útil. O governo imperial percebeu que essa via, além de ter utilidade militar, poderia ser um

instrumento de aproximação e fortalecimento de forças políticas espalhadas pelo país, como argumenta Silva (2011).

Com a percepção de que o telégrafo poderia promover a aproximação das forças políticas e fomentar a integração nacional sob o amparo do imperador, além de atender interesses particulares, o governo brasileiro decidiu construir a linha telegráfica até a província de Pernambuco. Em seguida, o governo iniciou a expansão das linhas em direção ao Sul. Nesse contexto, o telégrafo não é apenas um meio de comunicação, mas se torna um eficiente instrumento político capaz de ampliar a presença do monarca em território nacional. A última capital atendida durante o Segundo Reinado foi Belém, que teve sua estação inaugurada em 1886. Em 1889, já havia 10.755 quilômetros de linhas telegráficas com 18.488 quilômetros de fios condutores interligando 173 estações. Com o advento da República, somente três Estados não possuíam telégrafo — Goiás, Mato Grosso e Amazonas —, de acordo com Silva (2011).

A construção de linhas telegráficas no Brasil, ao longo do Segundo Reinado, teve três fases distintas: a primeira ocorreu entre 1850 e 1865, período em que as linhas telegráficas ficaram restritas ao Rio de Janeiro e Petrópolis. Nesse período, a implantação da telegrafia estava associada ao combate ao tráfico de escravos e, com a extinção gradativa do tráfico em virtude da Lei Eusébio de Queirós, as linhas telegráficas foram vistas pelas autoridades da época como algo sem utilidade e por isso passaram a ser ignoradas. Na segunda fase, expandiu-se a linha telegráfica para o Sul, com a finalidade de atender a necessidade de comunicação durante a guerra do Paraguai. Nessa fase, mostrou-se pela primeira vez, no Brasil, o potencial de utilização do telégrafo. A terceira fase ocorreu após o fim da guerra, quando o governo brasileiro passou a construir linhas telegráficas em direção ao Norte, com a intenção de promover a integração nacional sob a tutela do governo imperial. Com a falta de recursos financeiros e a demora na realização das obras, o governo optou pela ligação telegráfica via cabo submarino e pela concessão às empresas britânicas. As ligações submarinas realizadas no litoral atendiam os principais centros produtores e a ligação com a Europa daria mais rapidez às relações comerciais e diplomáticas. É possível afirmar que a expansão telegráfica no Brasil foi diretamente motivada por razões políticas, enquanto as motivações econômicas ocuparam um papel secundário nesse cenário, segundo Silva (2011).

A instalação de linhas telegráficas no Espírito Santo teve início em 1870. Na ocasião, o imperador concedeu ao engenheiro britânico Charles Tilston Brighth permissão para interligar, via cabo submarino, as províncias litorâneas de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, conforme aponta Silva (2011). Côgo (2007, p.142) descreve a instalação telegráfica no Espírito Santo, evidenciando um ufanismo exacerbado, como é possível observar:

[...] o processo de implantação do telégrafo no território espírito-santense, iniciado nos anos de 1870, registrou um relativo sucesso, já que os capixabas aderiram com afinco à política apelatória do governo central, e atenderam prontamente a solicitação oficial do imperador acerca da cooperação e patriotismo das autoridades e populações regionais na consecução desse empreendimento [...] a partir de 1871 houve uma significativa participação do povo do Espírito Santo, com a doação de dinheiro e materiais (postes), além do fornecimento de mão de obra aos trabalhos relativos à realização da linha telegráfica.

O empreendimento telegráfico no Espírito Santo fazia parte de um projeto mais ambicioso do governo central, que era interligar o Norte ao Sul do país por meio da comunicação telegráfica. O governo provincial também colaborou com a efetivação do telégrafo no Estado, pois

[...] na lei do orçamento provincial de 1871, registrou-se a dotação orçamentária de cinco contos de réis para assentamento de postes telegráficos no Espírito Santo, cuja proeza foi repetida em 1873 visando, desta vez, o aperfeiçoamento da picada da linha telegráfica entre a Vila de Linhares e a cidade de São Mateus (CÔGO, 2007, p.142).

A escritora Maria Lúcia Grossi Zunti, autora do livro *Panorama histórico de Linhares*, diz que o telégrafo foi inaugurado na Vila de Linhares, em 1876, pelo engenheiro Cesar Rainville. Segundo Zunti (2000), por baixo dos fios que ligavam a agência de Linhares a São Mateus, abriu-se uma picada que, durante muitos anos, serviu de caminho para aqueles que tinham necessidade de se deslocar até a cidade de São Mateus, como o estafeta que levava correspondências de uma cidade para outra. Esses dados históricos podem ser usados como norteadores da data da chegada do primeiro morador na localidade de Córrego Alegre, lugar que posteriormente deu origem à sede do Município de Sooretama.

Não é possível ainda definir com precisão a data da chegada de Manoel Alves à localidade que depois ele nomeou de Córrego Alegre, mas os dados históricos

apontam para a década de 1870, possivelmente no ano de 1873, quando se iniciou a construção da linha telegráfica entre a vila de Linhares e São Mateus, como já foi citado anteriormente. Na época em que a linha telegráfica foi construída, as terras que hoje correspondem ao Município de Sooretama pertenciam ao Município de Linhares. Zunti (2000, p.51) afirma que o Município de Linhares possuía uma imensa área: a leste, o oceano Atlântico; a oeste, a província de Minas Gerais; ao norte, São Mateus e, ao sul, Santa Cruz, dividindo-se ainda com Minas Gerais pela Serra do Espigão, entre os rios Manhuaçu e Guandu. É possível concluir que a expansão do sistema de comunicação telegráfica que, no século XIX, se estendeu pelo Brasil, motivada principalmente por questões políticas, está intimamente associada ao surgimento do povoado que mais tarde deu origem ao Município de Sooretama.

3.2 O NORTE CAPIXABA NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: OCUPAÇÃO E DESMATAMENTO

Narrativas de antigos moradores da localidade e trabalhos históricos realizados por pesquisadores sobre a história do Espírito Santo evidenciam que o povoado do qual Sooretama se originou teria recebido o seu primeiro morador na segunda metade do século XIX. Esse fato aponta para a relevância de se fazer um breve levantamento sobre o cenário histórico do norte capixaba no século XIX e início do século XX, na perspectiva de compreender a dinâmica de ocupação do território e os impactos causados pelo desmatamento em razão da extração e do comércio de madeira.

A colonização da capitania do Espírito Santo teve início em 1535, quando o então donatário Vasco Fernandes Coutinho iniciou o processo de ocupação:

[...] os primeiros colonos portugueses trazidos para a Capitania do Espírito Santo pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, em número de 60 homens, “não eram elementos selecionados nem organizados para uma distribuição em núcleos coloniais, mas dispersos, constituídos de escravos na sua maior parte e de criminosos”, sendo que apenas alguns fidalgos “porque eram degredados, cumprindo penas por crimes que tinham praticado, quiseram acompanhar o donatário” - dentre estes D. Jorge de Menezes e D. Simão de Castelo Branco, aos quais coube administrar a capitania quando o donatário Coutinho foi a Portugal (CÔGO, 2011, p.7, grifos da autora).

A colonização da capitania do Espírito Santo não foi bem sucedida. Côgo (2007) destaca que alguns dos fatores que colaboraram para o fracasso da capitania foi o

grande número de indígenas que defenderam corajosamente suas terras, a ineficiência administrativa dos donatários que não favoreceu o desenvolvimento econômico da capitania e, por fim, a proibição, por parte das autoridades, de abertura de estradas ligando o litoral capixaba às regiões das “Minas Gerais”, com o objetivo de proteger a região mineradora do contrabando e das possíveis invasões estrangeiras. Esse conjunto de fatores colaborou grandemente para o isolamento e o entrave no desenvolvimento da capitania, que se tornou barreira natural. Por esses fatores, o Espírito Santo ficou à margem do cenário econômico brasileiro durante todo o período colonial, marcado por uma evidente estagnação demográfica, como aponta Stauffer (2014).

Stauffer (2014) afirma que a ocupação das diferentes regiões de Estado do Espírito Santo se deu de forma distinta nas regiões sul, centro e norte. O destaque aqui será para região norte que foi tardiamente ocupada e que, até o século XIX, servia de bloqueio natural. Para Egler (1951), a região norte capixaba consistia em terras localizadas ao norte do rio Doce e representava uma barreira ao avanço e à ocupação do território — um claro obstáculo natural que impediu a marcha do povoamento—, porém um eficiente escudo para os indígenas contra o ataque dos homens brancos.

Entre os fatores que contribuíram para a não ocupação das terras ao norte do rio Doce, vale a pena destacar o grande número de indígenas.

A presença dos *Botocudos* nas matas dos rios São Mateus, Cotaxé e Doce, é geralmente considerada como o principal empecilho à colonização e expansão da ocupação territorial, não somente em São Mateus, mas também em grande parte da região norte da província. Os *Botocudos* sempre foram temidos, pois enfrentavam com valentia a penetração dos colonizadores em suas terras tentando preservar a integridade do seu povo. (CÔGO, 2011, p.9)

Até o século XIX, o norte do Espírito Santo era ocupado por densas florestas que constituíam uma exuberante riqueza natural, como é possível observar nas descrições e narrativas do príncipe alemão Maximiliano que visitou o norte capixaba em 1815:

[...] encontramos-nos, de repente, junto a um belo e vasto rio que surgia das margens cobertas de florestas para se lançar ao oceano. [...] além do rio viam-se matas extensas, onde se espalhavam as plantações dos índios. [...] Ao subir o rio Doce, o maior entre o Rio e a Bahia, novamente o verde chama a atenção: as margens distantes estavam tão densamente vestidas

de selvas que, em todo o percurso vencido, não havia uma simples brecha onde se pudesse erguer uma casa (MAXIMILIANO, apud BORGHO; ROSA; PACHECO, 1996, p.27).

Outro importante visitante que fez detalhadas descrições sobre as densas florestas do norte do Espírito Santo foi o francês Sant-Hilaire (apud BORGHO; ROSA; PACHECO, 1996), que destacou a riqueza e a variedade de árvores que havia ao norte do Espírito Santo. Ao referir-se ao rio Doce, o naturalista declarou que suas margens eram planas e cobertas por densas florestas. O viajante fez questão de ressaltar que não havia sinais de desmatamentos e que somente à esquerda do rio Doce havia pequenas áreas desmatadas por índios aculturados para realizar o plantio de mandioca. O restante era uma enorme cobertura de vegetação que abrigava uma rica e diversificada fauna. Essas matas também eram refúgio de muitas tribos de índios botocudos que causavam verdadeiro pavor nos colonos.

As descrições feitas pelos visitantes no início do século XIX sobre o rio Doce e suas margens cobertas por abundantes florestas remetem ao paraíso natural, que simplesmente não existe mais, pois, ao longo dos anos, o rio sofreu uma série de impactos ambientais devido à ação do homem que, motivado pelo desenvolvimento de atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária, destruiu as matas ciliares. Essa degradação chegou ao ápice, no dia 5 de novembro de 2015, com um acidente causado pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, que provocou o vazamento de lama de rejeito de minério, arrasando vilas, matando pessoas e contaminando o rio Doce, como se lê em Aquino (2016).

Nas densas matas que outrora ocupavam as terras do norte do Espírito Santo, podiam ser encontradas árvores das mais variadas e valiosas espécies, como jacarandá, copaíba, pau-brasil, sapucaia, cedro, ipê, pau-d'arco, peroba, putumuju, vinhático, várias espécies de jenipapeiro, ingazeiro e uma infinidade de outras madeiras com alto valor comercial. A mata virgem se estendia por uma grande área que limitava, a oeste, na serra dos Aimorés, com Minas Gerais e, ao norte, com as matas de Mucuri. Essa imensidão de florestas atraiu, desde o início da colonização, os olhares ambiciosos dos colonizadores, que passaram a cobiçar a exploração dessas áreas, segundo Borgo, Rosa e Pacheco (1996).

Há registros de exploração de madeiras no norte do Espírito Santo desde o século XVI, especialmente do pau-brasil. O corte de madeira era uma das principais

atividades econômicas, que começou a declinar no início do século XIX, quando foi determinado que os sesmeiros não poderiam comercializar alguns tipos de madeira, como o pau-brasil, a peroba e a tapinhoã. Essas madeiras só poderiam ser extraídas com licença previamente concedida. As restrições impostas ao corte de algumas madeiras constituíam um meio para garantir reserva necessária à construção naval, pois nesse contexto os portugueses desejavam possuir a maior marinha das Américas, construindo navios de madeira. Motivados por tal ambição, os colonizadores criaram a figura do juiz conservador; em seguida, declarou-se que as matas e os arvoredos da borda ou costa do rio eram propriedade da coroa portuguesa, segundo registram Borgo, Rosa e Pacheco (1996). Em 1845, o governo central proibiu a derrubada de madeiras de lei, necessárias à construção naval; no entanto, essa determinação esbarrou na falta de fiscalização e no desconhecimento das madeiras que não poderiam ser cortadas. Apesar das restrições impostas pelo governo central, a atividade madeireira continuou tendo grande importância para a economia provincial. Vale a pena ressaltar que madeiras retiradas das matas capixabas foram utilizadas na fabricação de navios para a guerra do Paraguai. No final do Segundo Reinado, ocorreu um significativo crescimento no corte ilegal de madeira em consequência do insuficiente sistema de fiscalização (BORGGO; ROSA; PACHECO, 1996).

No início do século XX, o então governador Nestor Gomes associou o crescimento econômico do Espírito Santo à quantidade de madeira e defendeu a montagem e a movimentação de serrarias, fator que colaborou para o fortalecimento da economia do Estado. No governo de Florentino Avidos, várias serrarias foram abertas, uma fase de grandes concessões para o corte de madeira, especialmente no norte do Espírito Santo. Somente em 1937, o governo do interventor Punaro Bley comunicou à Assembleia Legislativa sobre a necessidade de se criar medidas de proteção às florestas e publicou, no Diário da Manhã, um informativo proibindo o corte de madeiras nas matas do Estado. A medida, no entanto, não resolveu o problema do desmatamento, pois o serviço de fiscalização era deficitário, já que normalmente os fiscais não possuíam meios de transportes. Foi necessário ter apoio da polícia e licença para uso de armas para que os fiscais pudessem garantir a segurança pessoal, como destacaram Borgo, Rosa e Pacheco (1996).

Ao longo do século XX, a ação de posseiros que se instalaram nas terras devolutas deu continuidade à degradação das matas do norte capixaba, pois, mesmo com a proibição da retirada da madeira, não havia fiscalização capaz de efetivá-la. Vale destacar, porém, a ação de particulares e entidades públicas que, com o apoio do governo, se dedicaram ao projeto de florestamento e reflorestamento, desenvolvendo principalmente o plantio de eucaliptos, segundo relato de Maria Baldi Leite de Oliveira³ que, em 1949, mudou-se com sua família para o interior de Linhares, próximo ao território que corresponde ao atual município de Sooretama:

Quando nós chegamos aqui não tinha Sooretama, isso aqui era mata atlântica, era mata pura, mata virgem. Nossa casa não era aqui, morávamos no Tombador. O desmatamento cresceu quando a Aracruz celulose comprou algumas áreas e começou a expulsar os posseiros do meio das matas, a gente diz expulsou por que eles não eram donos das terras, só tinham a posse. A Aracruz Celulose abriu vagas de empregos, construiu vários dormitórios e deu início ao plantio de eucaliptos, derrubaram mata atlântica para plantar eucalipto. Esses pés de eucaliptos antigos que tem por aí é o vestígio. (informação verbal, OLIVEIRA, 2004)

Foi unânime nas narrativas dos entrevistados a questão do desmatamento na região que corresponde ao Município de Sooretama, como é possível observar na exposição oral feita por Geraldo Frinhane⁴, de origem italiana, que se mudou para a localidade em 1962.

Aqui tinha muita gente caçando e matando todo tipo de caça, tinha famílias que matavam aqueles macacos da noite e faziam linguíça e vendia como se fosse de carne de porco. Muita gente vivia da extração de madeira que era o grande forte da economia naquela época, hoje é o maracujá, o mamão, mas naquela época era a madeira. Quando você vai à reserva Vale do Rio Doce e vê aquela mata intacta onde ninguém ainda mexeu, assim era Córrego D'Água quando aqui cheguei, mas tudo foi destruído como num golpe de vista (informação verbal, FRINHANE, 2004):

O senhor Jovino Viana de Souza⁵ se mudou de Colatina para Córrego Alegre em 1966, atraído principalmente pela atividade madeireira: “Quando eu cheguei neste lugar aqui se chamava Córrego D'Água. Naquela época tinha a serraria do Senhor Ari Medina e o resto era mata pura. Eu comprava e revendia estacas de braúna

³ Maria Baldi de Oliveira, residente na região desde 1949. Relato oral recolhido em 25 de maio de 2004 e transcrito na íntegra.

⁴ Geraldo Frinhane mudou-se para Córrego Alegre em 1962. Relato oral recolhido em 15 de maio de 2004 e transcrito na íntegra.

⁵ Jovino de Viana de Souza mudou-se para o Córrego Alegre em 1966, foi eleito primeiro vereador do distrito de Córrego D'Água. Relato oral recolhido em 19 de junho de 2004 e transcrito na íntegra.

nessa região, eu tinha um depósito no Córrego Alegre” (informação verbal, SOUZA, 2004).

Veredino Francisco⁶ se mudou para Córrego D’Água em 1967. Ao relatar sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelos poucos moradores da localidade; acrescenta que:

[...] trabalhavam na roça, mas, a maioria deles, em atividade ligada à madeira. A madeira retirada aqui era levada para João Neiva e usada como dormentes na construção da estrada de ferro Vitória-Minas.[...] aqui tinha muitas serrarias, mas ainda não tinha carvoeiras. (informação verbal, FRANCISCO, 2004)

Outro entrevistado foi Antenor de Souza Ferraz⁷, que se mudou para Córrego D’Água em 1960 para trabalhar em atividades ligadas à exploração de madeiras.

Quando eu vim para esta localidade eu tinha uns dezoito anos, vim de Cachoeiro para trabalhar numa serraria. Quando eu cheguei aqui não tinha a BR-101, para sair daqui era pelo Patrimônio da Lagoa e era tudo estrada de chão. Tinha muitos caminhões puxando madeira daqui para Cachoeiro, a madeira era usada para construir casas (informação verbal, FERRAZ, 2004).

Antigo morador de Sooretama, Arvelino Soneghette⁸, de origem italiana, veio de Ibirajú para morar e trabalhar em Córrego D’Água em 1961. Segundo ele, foi atraído pela atividade madeireira que., na época, se mostrava uma atividade muito lucrativa. “Essa era uma região de mata, eu vim para trabalhar com madeira, eu tinha um caminhão e montei uma serraria, fazia dormentes para a Vale” (SONEGHETTE, 2016). Esmael Nunes Loureiro⁹, que chegou ao povoado de Córrego Alegre juntamente com sua família, no início da década de 1960, disse em entrevista:

Lembro que cheguei nesse povoado quando eu tinha cinco anos de idade, meu pai veio morar aqui motivado pelo ciclo da madeira, ele era comprador de madeira, explorador de jacarandá e outras madeiras de lei que existiam da época. (informação verbal, LOUREIRO, 2016).

⁶ Veredino Francisco chegou ao povoado de Córrego D’Água em 1967. O relato oral recolhido em 20 de julho de 2004 e transcrito na íntegra.

⁷ Antenor de Souza Ferraz mudou-se para Córrego D’Água em 1960. Relato oral recolhido em 29 de julho de 2004 e transcrito na íntegra.

⁸ Arvelino Soneghette mudou-se para Córrego D’Água no início da década de 1960. Relato oral recolhido em 11 de janeiro de 2016 e transcrito na íntegra.

⁹ Esmael Nunes Loureiro mudou-se com sua família para o Córrego Alegre em 1960. Foi vereador representando o distrito de Córrego D’Água na Câmara Municipal de Linhares no início da década de 1990 e prefeito do Município de Sooretama por três mandatos. Relato oral recolhido em 1º de fevereiro de 2016 e transcrito na íntegra.

Em 1972, Lourisvaldo Nunes Santiago¹⁰ e sua família também se mudaram para Córrego D'Água, atraído pela exploração de madeira. Vieram de Minas Gerais para a cidade de Montanha, no norte do Espírito Santo, em busca de trabalho, e depois se mudaram para a cidade de Pinheiros. Estava muito difícil conseguir trabalho naquela região, então tomaram conhecimento de que, na cidade de Linhares, havia muito trabalho, conforme seu relato.

[...] Eu e meus irmãos, juntamente com nossos pais que já estavam idosos, resolvemos mudar pro Município de Linhares; na verdade, a gente não foi diretamente pra cidade de Linhares, a gente mudou pra um povoado que estava começando por nome de Córrego D'Água e ali a gente começou a se sentir melhor, porque dava muito serviço: tinha o plantio de eucalipto, a BR-101 já estava sendo construída e gerava muito emprego, e o que dava mais serviço era extração de madeira. Eu trabalhava pra Sílvio Martins, que trabalhava com grandes carvoeiras aqui no Município e trabalhei pro Silvestre Milanês, a gente derrubava mata, tirava dormente, braúna pra vender a estaca e brocando mata de foice, no machado, e a maioria dessas madeiras de tora que a gente tirava não era tirado no moto-serra não, era tudo puxado mesmo, era manual, era um serviço muito árduo. Mais a gente era novo, tinha força, né. A gente encarava aquilo com tranquilidade sem reclamar, por que a gente tinha saúde e tinha coragem. Eu me lembro de que, quando entrou uma empresa pra plantar eucalipto aqui, ele usava dois tratores com correntão para derrubar a mata, primeiro eles abriam um vagão no meio da mata pro trator passar e ali eles amarravam uma corrente no trator; um ia e firmava o trator e o outro ia derrubar a mata e a mata ia deitando; aqueles paus que não arrancavam, eles engatavam o trator e vinha cá e arrancava o pé daquele pau, folgava o pé dentro do chão até arrancar a árvore. Tem árvore que é fácil de arrancar, mas tem árvore que o pinhão dela é muito profundo, então a gente não consegue arrancar e a gente vivia nesse movimento aí, fazendo abertura, plantando eucalipto infelizmente. O governo só foi despertar que precisava parar de derrubar as matas depois que tinham acabado. Hoje você não pode mais tirar um cabo de enxada da mata porque você vai preso e as autoridades não viram isso antes, só depois que acabou que foi valorizar a natureza que Deus criou (informação verbal, SANTIAGO, 2016)

Roberto Ricardo de Mendonça¹¹ chegou ao povoado de Córrego D'Água em 1976 para trabalhar para uma empresa que prestava serviço para a Companhia Vale do Rio Doce, produzindo eucaliptos.

Eu cheguei a Córrego D'Água em novembro de 1976, o povoado era apenas uma carreira de casas na beira da pista. Eu vim para cá para trabalhar numa empresa que prestava serviço para a Vale do Rio Doce, produzindo eucalipto. A gente derrubava a mata para plantar eucalipto. Passavam dois tratorzão de pneus em cima da esteira, amarrava um

¹⁰ Lourisvaldo Nunes Santiago, residente em Córrego D'Água desde 1972. Relato oral recolhido em 19 de outubro de 2016.

¹¹ Roberto Ricardo de Mendonça chegou a Córrego D'Água em 1976 e foi vereador do distrito na década de 80. Relato oral recolhido em 20 de julho de 2015 e transcrito na íntegra.

correntão de dezesseis metros e saía derrubando a mata nativa e botando fogo, destruiu muita raça de mata. O que dava para aproveitar — aquelas madeiras de maior valor, como o jacarandá e a peroba — essas eram retiradas e vendidas para os compradores de madeira, mas a maioria era queimada para desocupar a terra para o cultivo do eucalipto. (informação verbal, MENDONÇA, 2015)

Observando essas histórias, fica claro que, na segunda metade do século XX, a região que corresponde ao atual Município de Sooretama, que na época pertencia ao Município de Linhares, sofria exploração indiscriminada de madeira. Havia uma legislação que proibia o abuso, mas, como foi citado anteriormente exposto, não havia fiscalização. A retirada e o comércio da madeira aconteciam livremente. A intenção não é responsabilizar os primeiros moradores que aqui chegaram, exploraram a região e desmataram, pois eles foram atores ativos dentro de um processo histórico que aconteceu em quase todo o país. Apenas reforça os resultados alcançados por outros pesquisadores sobre a colonização tardia do norte do Espírito Santo.

É possível afirmar que a apropriação da região norte se intensificou na primeira metade do século XX. Essa ocupação se consolidava na tríade composta por extração de madeira, por lavoura temporária, depois consolidada na plantação de café, que se tornou a principal atividade econômica do norte capixaba. Quando as terras onde os cafezais foram cultivados estavam esgotadas, eram transformadas em pastagens. Tanto a extração de madeira, quanto a agricultura e a pecuária se apoiaram no apoderamento de terras indígenas, terras devolutas e terras desocupadas, como afirma Loureiro (informação verbal, 2006).

Os indígenas foram ignorados ao longo do processo de ocupação das terras ao norte do rio Doce, assim como foi em todo território nacional. Se, durante muito tempo, eles foram usados como pretexto para a não ocupação dessas terras, pois eram “ferozes”, quando se tornou conveniente a apropriação eles foram brutalmente aculturados, dizimados e ignorados, de tal modo que parecia querer eliminá-los até da memória. No Município de Sooretama, não há referências bibliográficas sobre a presença dos indígenas que outrora habitaram essas terras. Alguns dos entrevistados fizeram vagas referências a eles, depois de serem ouvidos sobre o assunto, como é o caso de Oliveira (2004):

[...] onde nós fomos morar a maioria era de origem indígena. [...] Havia muitos índios, mas os seus descendentes que vivem por aqui até hoje não

se assumem; se você observar percebe pelas características físicas, mas eles não querem ser índios (informação verbal).

Outra informação interessante sobre a presença indígena nessa região foi dada por Alves¹² (2004):

[...] quando eu já me entendia por gente, nós encontramos ali, onde é a fazenda do senhor Arvelino Soneghette, uma área que já teve uma aldeia indígena, pois encontramos um vaso de barro com a boca quebrada enterrado e era de índio (informação verbal).

Considerando que a História não é linear, mas que ela se processa de modo fragmentado, constituindo-se de rupturas e continuidades, é possível afirmar que a dinâmica histórica do século XIX no norte do Espírito Santo estava ligada com as transformações também no cenário nacional e mundial, como a demanda por madeira, o declínio da produção aurífera e a expansão das atividades econômicas, como a produção do café e a pecuária, que contribuíram decisivamente para a exploração e ocupação do norte capixaba.

3.3 ATRAVESSANDO O RIO DOCE: A CONSTRUÇÃO DA PONTE GETÚLIO VARGAS E DA BR-101

A construção da ponte Getúlio Vargas, inaugurada em 1954, foi de fundamental importância para ocupação de grandes áreas de terras que havia entre Linhares e São Mateus e também para escoamento de produtos agrícolas, especialmente madeira das mais variadas espécies. A facilidade em escoar a madeira atraiu muitos moradores para a localidade que atualmente corresponde a Sooretama. Segundo Borgo, Rosa e Pacheco (1996), o rio Doce era um limite natural entre o norte de terras devolutas e o sul em processo de colonização, impedindo temporariamente o povoamento. Todo o norte da província constituía uma imensidão inóspita, despovoada e coberta por densas matas.

Antes da construção da ponte o acesso ao norte do Estado era muito dificultado pela travessia do rio Doce. No início do século XX, o rio Doce era navegado por grandes embarcações pertencentes a firmas particulares que realizavam o percurso entre

¹² Zizio Alves, nascido em 1928 no Córrego Alegre, neto de Manoel Alves, primeiro morador da localidade. Relato oral recolhido em 19 de junho de 2004.

Colatina e Regência. Havia também embarcações disponibilizadas pelos governos estaduais. No início da década de 1920, o então governador Nestor Gomes disponibilizou para o Município de Linhares dois pequenos navios movidos a óleo diesel, para efetuarem a navegação entre Regência e Colatina: o “Tupi” e o “Tamoio”. Anos depois, em 1927, o então governador do Estado, Florentino Avidos, inaugurou o tão famoso “Juparanã” que foi muito usado pelos linharenses daquela época, de acordo com Zunti (2000) em seu livro *Panorama histórico de Linhares*.

Segundo Zunti (2000), a primeira estrada que ligava Linhares a Vitória era uma picada aberta embaixo da linha telegráfica. Posteriormente, em 1937, foi finalizado trecho de uma velha rodovia que ligava Linhares a Vitória, aberta a duras penas, pois o trabalho de abertura era todo realizado manualmente com enxadas, machados e picaretas. Mais tarde, foi feito todo o trecho da velha rodovia até a cidade de São Mateus. Essa estrada passava pelo patrimônio da Lagoa e saía em Jaguaré para chegar a São Mateus e foi inaugurada pelo então governador Punaro Bley. Com a conclusão da estrada, a travessia do rio Doce, que até então era realizada por canoas, passou a contar com balsas improvisadas com a junção de canoas. Essas balsas faziam a travessia de pessoas, mercadorias, produtos agrícolas e até de carros e ônibus. Era o ponto alto da viagem entre o norte e a capital e vice-versa, mas se pode admitir que todo o percurso era uma grande aventura, especialmente nos períodos de chuva, devido às más condições das estradas, com muitos buracos, trechos alagadiços, pontes de madeira improvisadas sobre os riachos menores. Gastava-se, em média, três dias para ir de São Mateus a Vitória. Maria Baldi Leite de Oliveira, antiga moradora de Sooretama, faz um relato interessante sobre a vinda de sua família para o norte do Estado.

Nós mudamos para cá em 25 de outubro de 1949, para Linhares, é claro, isso aqui ainda era parte de Linhares. Quando chegamos à margem do rio Doce, ficamos três dias com a mudança em cima do carro esperando uma vaga para atravessarmos na balsa. (informação verbal, OLIVEIRA, 2004)

Não demorou muito tempo para que a travessia do rio Doce deixasse de ser um problema. A partir de 1951, Joaquim Calmon, quando assumiu a prefeitura de Linhares, trabalhou em parceria com o governador do Estado, Carlos Lindenberg, para reivindicar ao presidente da República a construção de mais uma ponte sobre o rio Doce (pois já haviam inaugurado a ponte de Colatina em 1928). A construção de

uma ponte sobre o rio em Linhares interligaria não apenas o sul ao norte do Espírito Santo, como é possível observar no poético texto da escritora linharensense.

Uniu estradas quando eram ainda tão poucas ao norte da terra capixaba e para a imensidão do norte brasileiro. Estreitou distâncias, encurtou prazos, diminuiu demoras, aumentou descansos, transportou riquezas, alavancou progresso... Representa memória. A memória de um progresso que demorou muito e causou angústias e cansativas esperas — filas e filas — para atravessar o rio do norte para o sul: de Linhares, do Estado do Espírito Santo e do país ou vice-versa. Atravessar pessoas, animais, carros, ônibus e caminhões. A ponte Presidente Vargas não uniu apenas as margens norte e sul do rio Doce. Ela uniu o norte e o sul do Estado do Espírito Santo e do Brasil! Daí sua maior importância para a memória de Linhares, do Espírito Santo e do País (ZUNTI, 2014, p.2).

A ponte Getúlio Vargas começou a ser construída no final da década de 1940, durante o primeiro mandato do governador Carlos Lindenberg. A empresa responsável pela obra foi a Sociedade Ipiranga de Engenharia e Comércio Ltda, com sede no Rio de Janeiro, e o construtor responsável, Manuel Alves Palheiro. As pedras usadas na construção da ponte foram extraídas no Pontal do Ouro¹³, às margens da lagoa Juparanã, e transportadas pelo barco "Bom Jesus" que, após o término das obras, foi abandonado próximo à ponte. Enfim, no dia 22 de junho de 1954, aconteceu a cerimônia de inauguração da ponte. Na ocasião, participaram do evento autoridades como o presidente da República, Getúlio Vargas; o governador do Estado. Jones Santos Neves; o prefeito de Linhares, Joaquim Calmon. Outras autoridades e muitos linharenses prestigiaram o evento e se alegraram com a realização da obra, que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico e demográfico do Município de Linhares, segundo Zunti (2014).

A construção da ponte Getúlio Vargas foi fundamental para fomentar a ocupação de terras ao norte do rio Doce. Essa informação pode ser confirmada quando se comparam os dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): em 1950, antes da construção da ponte, registrou-se um número de 29.381 habitantes em Linhares e, em 1960, esse número já havia aumentado para 64.974, fato que demonstra que em apenas dez anos houve crescimento demográfico de 121%, de acordo com Zunti (2014).

¹³ Pequeno povoado localizado no interior do Município de Linhares, às margens da lagoa Juparanã, nas proximidades da Ilha do Imperador.

Outro fator que impulsionou a ocupação e desenvolvimento do norte do Estado foi o asfaltamento da BR-101, que chegou ao Município de Linhares em 1972, causando um grande crescimento demográfico, como destacou Zunti (2014). Algum tempo depois, a pavimentação foi estendida para o norte do Estado. Antigos moradores de Sooretama fizeram importantes narrativas sobre a construção da BR-101, como Zenóbio Baldi de Oliveira¹⁴, funcionário da empresa responsável pela obra no norte do Estado.

A obra começou na Serra em 1970 e terminou em 1974 na divisa com a Bahia. A empresa responsável pelo trecho em que eu trabalhei era a CIB (Construtora Industrial Brasileira) Eu trabalhei como operador de máquina éramos bola de ping pong tinha que trabalhar com a máquina que tivesse disponível. Minha carteira foi assinada em três funções, primeira como operador de máquina, depois na oficina geral como mecânico e por fim como auxiliar de escritório. Comecei a trabalhar nesta empresa quando eu ainda tinha apenas quatorze anos de idade (informação verbal, OLIVEIRA, Z. B., 2016).

Valter Baldi de Oliveira¹⁵ também trabalhou para a empresa responsável pela pavimentação da BR-101. Segundo ele, prestou serviço na CIB (Construtora Industrial Brasileira), trabalhando na extração de britas numa pedreira que fica localizada no interior de Linhares, na localidade de Pontal do Ouro.

Eu trabalhei no almoxarifado, tomava conta dos materiais, fazia o apontamento das pessoas, fazia o controle da produção. Eu anotava tudo, tomava conta do paiol de explosivos. Eu só trabalhei no setor da pedreira. A gente cortava e mandava as pedras para pavimentar a BR. Extraía a brita de uma pedreira lá no Pontal do Ouro, a brita saía toda pronta de lá, todo serviço da BR-101 aqui no norte do Estado foi feito com britas de lá, aqui na região só tinha aquela pedreira. Perfurava as rochas com o martelete, né, aí colocava as dinamites e explodia as pedras; depois levava para o britador e transformava em britas de diferentes tamanhos. Eu trabalhei na empresa do fim de 72 até 73, aí a firma faliu (informação verbal, OLIVEIRA, V. B., 2016).

Quando iniciaram a pavimentação da BR-101 no norte do Estado, mais precisamente no percurso entre Linhares e São Mateus, já haviam feito uma estrada que aproveitou, em alguns trechos, a velha estradinha que passava embaixo da linha telegráfica; em outros trajetos, derrubaram a mata para abrir a estrada, pois se desejava uma estrada com menos curvas. A velha estrada que interligava Linhares a

¹⁴ Zenóbio Baldi de Oliveira nasceu no interior de Linhares em 1956 e trabalhou na pavimentação da BR-101 no início da década de 1970. Relato oral recolhido em 16 de novembro de 2016 e transcrito na íntegra.

¹⁵ Valter Baldi de Oliveira, residente na região desde 1949, trabalhou na empresa responsável pela pavimentação da BR-101, na exploração de britas numa pedreira localizada no Pontal do Ouro, no início da década de 1970. Relato oral recolhido em 16 de novembro de 2016 e transcrito na íntegra.

São Mateus ficou em segundo plano e gradativamente foi sendo substituída pela BR-101, pois passava pelo Pontal do Ouro, Patrimônio da Lagoa e Jaguaré para chegar a São Mateus, tornando o itinerário mais longo, conforme relatou o senhor Valter Baldi de Oliveira. Outro participante ativo desse fato histórico foi o senhor Eufranio Baldi de Oliveira¹⁶, que também trabalhou na construção da BR-101.

Em dezembro de 1972 me chamaram para ir trabalhar de apontador na pedreira que prestava serviço para a construção da BR-101. Eu trabalhei de 20 de dezembro de 1972 a 24 de maio de 1973 para a construtora Fernando Scarpelli S/A, que prestava serviço de transporte do material e eu trabalhava de dia e de noite. Quantas vezes eu trabalhava o dia todo, pegava às 6 horas da manhã e chegava em casa às 2 horas da manhã com o mesmo caminhão. Quando acabava a última carga lá, eu pegava lá, fazia o vazezinho, entrava no caminhão e vinha para casa. De manhã cedo eu tomava um banho, dormia um soninho e no outro dia cedo pegava o mesmo caminhão, ia prá lá e ficava na pedreira o dia todo. Foi assim nesta luta uns 6 meses que eu trabalhei e o acampamento desta empresa era lá em Jacupemba. Já era o final da obra da BR-101, estavam terminando alguns trechos que ainda faltavam. (informação verbal, OLIVEIRA, E. B., 2016)

É possível afirmar que o asfaltamento da BR-101 foi determinante para alavancar a ocupação do norte do Espírito Santo. Esse dado pode ser confirmado com Zunti (2014, p.21), pois a pesquisadora afirma que “[...] o IBGE registrou em crescimento populacional, por exemplo, de 52.329 pessoas em 1970 para 123.168 em 1980, a população do município mais que dobrou em números absolutos”. Esse crescimento demográfico que aconteceu em Linhares pode ser um indicador do que aconteceu em todo norte capixaba. A ponte Getúlio Vargas foi muito importante ao permitir o acesso ao norte, mas as estradas ruins ainda comprometiam a locomoção e dificultavam o transporte de pessoas e mercadorias. A pavimentação da BR-101 foi um facilitador ao viabilizar a logística e colocar o norte capixaba na rota do comércio nacional. Alguns dos moradores de Sooretama participaram ativamente do processo de construção da estrada e isso marcou suas memórias, como pudemos perceber em suas histórias.

¹⁶ Eufranio Baldi de Oliveira, residente na região desde 1949, trabalhou na empresa Fernando Scarpelle S/A, responsável pela pavimentação da BR-101 no trecho norte do Espírito Santo, no início da década de 1970. Relato oral recolhido em 16 de novembro de 2016 e transcrito na íntegra.

3.4 OS PRIMEIROS MORADORES DE CÓRREGO ALEGRE

Utilizando as histórias orais de vida, apresentaremos nesse item o povoado de Córrego Alegre. De acordo com Santiago (2004), o povoado de Córrego Alegre teria surgido na segunda metade do século XIX, em uma planície coberta pela maior área de Mata Atlântica de Tabuleiro¹⁷ do Estado do Espírito Santo, com a chegada do jovem Manoel Alves da Cunha que, na ocasião, trabalhava na construção da linha telegráfica entre Linhares e São Mateus. Segundo Côgo (2007), essa obra teria sido realizada no ano de 1873.

Meu avô se chamava Manoel Alves, ele veio da cidade da Serra para trabalhar na construção da linha telegráfica. Aí o serviço acabou e o chefe da obra perguntou se ele queria ficar trabalhando na manutenção e limpeza da linha telegráfica. E então meu avô resolveu ficar por aqui trabalhando. Minha avó veio de Goiabeiras, Vitória, e se mudou para Linhares no bairro Aviso, porque o pai dela tinha mudado pra cá. Dizem que minha avó é descendente daquelas paneleiras lá de Goiabeiras e meu avô é descendente daqueles índios de Caieiras Velha. Um dia, ela encontrou meu avô num baile, eles já se conheciam e já se gostavam antes de mudar para cá, quando se encontraram eles então se casaram e tiveram 8 filhos.(informação verbal, ALVES, 2004)

Manoel Alves da Cunha trabalhava na construção da linha telegráfica, quando chegou a uma localidade próxima a um córrego, onde encontrou um “picadão” (nome usado para locais com área desmatada). Nesse local, havia um velho barraco, indicando que alguém já tinha morado no lugar. Mais tarde, tomou conhecimento que aquela área teria sido ocupada por Passos Costas, mas ele já tinha ido embora. Dizem que era um desertor comprador de ouro e fugitivo, mas ninguém sabia ao certo o que teria acontecido com ele. Posteriormente Manoel Alves da Cunha decidiu mudar-se com sua esposa para aquela localidade, abandonada por Passos Costas, e atribuiu ao local o nome de Córrego Alegre, pois a localidade era digna desse adjetivo, pela presença de água e demais belezas naturais (informação verbal, ALVES, 2004). Passos Costas teria sido um “desertor” fugitivo do exército, homem desconhecido, sem família, que andava sozinho pelo mato. Em meio à floresta, quando parou para descansar, ouviu um barulho suave e observou que, logo à frente, estava um córrego; ele decidiu ficar nessa localidade.

¹⁷ Mata Atlântica de Tabuleiro é o termo usado para designar áreas florestais que se desenvolvem em topografias planas em grandes extensões, não atingindo altitudes superiores a 200 metros (RIZZINI, 1979).

Às margens do córrego, fez uma pequena derrubada e construiu um casebre de estuque com barro batido, coberto com palhas de pindoba; fez também um pequeno roçado para sua sobrevivência, espaço que usou para fazer um plantio de mandioca. Ao lado do casebre, teria construído um “quitungo” (casa de farinha manual). Passos Costas passou a viver também da caça e da pesca, era raizeiro, curandeiro e se dizia comprador de ouro. Ele teria morrido de tifo e não deixou herdeiros. As terras que ele ocupou eram terras devolutas e, com sua morte, seus pertences ficaram abandonados, segundo Santos e Cunha (2006).

Alves (2004) narra que seu avô se instalou na localidade que corresponde atualmente ao Córrego Alegre e que teria ocupado uma área de terras devolutas: “[...] quando meu avô chegou aqui, ele não comprou terra não, a gente chegava assim e dizia tal lugar é meu, abria um picadão e marcava” (informação verbal, ALVES, 2004). Após tomar posse dessas terras, seu avô teria construído uma simples casa, onde viveria com sua esposa e seus oito filhos. “[...] Nesse mesmo local Manoel Alves construiu sua casa de taipá, com barro batido coberto com palhas de pindoba. Era uma casa bem grande” (SANTOS; CUNHA, 2006, p.16). Todos os filhos de Manoel Alves da Cunha e de Josefina Rodrigues foram criados em Córrego Alegre, fato que na época os impossibilitou de estudar, devido à dificuldade de acesso à escola, pois teriam que se deslocar para Linhares e, na ocasião, não havia transporte que viabilizasse a realização do percurso diariamente, especialmente devido às condições naturais do trajeto em meio a densas matas. De acordo com Zizio Alves, seus avós teriam morado no Córrego Alegre até o fim de suas vidas. “Meu avô morreu antes de eu nascer. Ele morreu de uma doença chamada bilibera, também chamada de lepra, atualmente conhecida como hanseníase e minha avó morreu de velhice com 115 anos” (informação verbal, ALVES, 2004).

Alves (informação verbal, 2004) relatou que Miguel Alves da Cunha, filho mais novo de seu avô, permaneceu nas terras do pai. Depois de adulto, se casou com Maria Paula da Cunha. Miguel Alves da Cunha também trabalhou na linha telegráfica na função de estafeta¹⁸.

Miguel Alves da Cunha, filho caçula do casal, que havia nascido em Córrego Alegre em 1889, foi um grande desbravador, trabalhou nas Agências dos

¹⁸ Estafeta é funcionário de empresa postal, encarregado de distribuir a correspondência; carteiro.

Correios durante 17 anos. [...] realizava quatro viagens por mês a cavalo de Linhares a São Mateus, levando e trazendo as malas de correspondências em dois animais, um para montar e outro para transportar as correspondências nos balaios. [...] Quando chegava em Barra Seca, não havia ponte para atravessar o rio, então tirava a carga dos animais e atravessava por uma pinguela, depois transportava os dois animais a nado e os carregava novamente. Nesta época, entre Linhares e São Mateus era tudo mata. Pelo seu trabalho, recebia duzentos e dez mil réis por mês. Quando completou 17 anos de serviço, ele perdeu o emprego porque não sabia ler. (SANTOS; CUNHA, 2006, p. 16)

No período em que Miguel Alves da Cunha trabalhava como estafeta, ele realizava quatro viagens por mês entre Linhares e São Mateus e, nos dias em que ele estava de folga, trabalhava na roça e plantava tudo, principalmente cana e mandioca; criava porcos, galinhas, gado, éguas, mas era comum os animais serem devorados pelas onças, pois nessa época sua propriedade ainda era cercada por muitas matas. Parte do que era produzido por sua família, como a farinha e o açúcar, era levado para ser vendido em São Mateus. Ele afirma que ainda era criança, mas lembra que seu pai levava os produtos nas costas de burros (informação verbal, ALVES, 1999)¹⁹.

Fotografia 1 – Miguel Alves, filho do primeiro morador de Córrego Alegre



Fonte: Acervo pessoal de Zizio Alves

A família de Zizio Alves encontrava muitas dificuldades para realizar algumas atividades simples do cotidiano, como fazer uma compra. “Papai fazia compras em Linhares tinha que ir num dia e voltar no outro a cavalo. O percurso entre o Córrego

¹⁹ Relato oral recolhido em 23 de fevereiro de 1999.

Alegre e Linhares era pelo meio da mata. Havia uma área aberta onde hoje é o Bairro Canivete, o resto era mata pura” (informação verbal, ALVES, 2004). Miguel Alves da Cunha conseguiu registrar em cartório cinco alqueires das terras que seu pai, Manuel Alves, teria tomado posse quando chegou à localidade. Mas essas terras não pertencem mais a sua família, pois venderam um parte para outros moradores que chegaram posteriormente ao Córrego Alegre, doaram parte delas para a construção da igreja católica, da escola e venderam outra parte para construção do campo de futebol e do cemitério, conforme registro de Santiago (2004).

Segundo Alves (informação verbal, 1999), a partir de 1944 começaram a chegar novos moradores para a localidade de Córrego Alegre, como a família do Mário de Martins. Oliveira (informação verbal, 2004) relatou que sua família mudou-se para essa região, interior do Município de Linhares na época, em 25 de outubro de 1949. Veio de uma localidade próxima a Desengano, interior de Linhares. A motivação para a mudança teria sido o empobrecimento da pequena terra de seu pai. Maria Baldi Leite de Oliveira tinha apenas 10 anos de idade, quando, junto com sua família, migraram na carroceria de um caminhão para o norte do Município de Linhares, em busca de uma vida melhor. A viagem teria durado três dias e atravessaram o rio Doce de balsa, pois nessa época a ponte Getúlio Vargas ainda não havia sido construída. Seu pai, Aristides Leite de Oliveira, antes mesmo de se mudar, já havia conhecido e comprado a propriedade em que haveriam de morar. A propriedade foi comprada de Álvaro Gouveia na localidade de Tombador, a 5 km de Córrego Alegre.

Baldi diz que quando chegou em Tombador, foi morar em uma casa de barro batido e coberta de tabinhas [tabuinhas]. [...] tudo ao redor era constituído por mata [...] nestas matas habitavam alguns índios caboclos, mas que não se consideravam índios, pois já se encontravam miscigenados com os negros. O pai de Maria Baldi havia comprado 127 hectares de terra, que era tudo constituído por mata fechada e assim o Sr. Aristides derrubou 27 hectares da mata e plantou café (SANTOS; CUNHA, 2006, p.19).

Com a inauguração da ponte Getúlio Vargas sobre o rio Doce, o Sr. Aristides Leite de Oliveira passou a ser madeireiro: comprava e vendia madeira. O restante de matas de suas terras foram derrubadas e vendidas. Inclusive o nome Tombador, atribuído à localidade, tem sua origem associada porque era o lugar em que se tombava e vendia madeira. A extração madeireira durou muito tempo e, na década

de 70, houve uma grande destruição de matas, de acordo com Santos e Cunha (2006).

Ainda na década de 1950, chegou ao Córrego Alegre a família de Madalena Ribeiro dos Santos, que havia se mudado do Córrego Farias, interior de Linhares,

Nós fizemos um barraquinho embaixo da linha telegráfica, naquele tempo tinha uma linha telegráfica, tinha uns postes de ferro e fazia um barulhão quando passava um telegrama e eu lá debaixo daquilo, ajeitamos um barraquinho e ficamos ali. Viemos do Farias por causa de doença, no Alegre naquela época só tinha nós, uma viúva que morava do outro lado da estrada, seu Miguel do outro lado e outro morador aqui atrás, só quatro moradores. Meu marido trouxe um butequinho, ele tinha o butequinho para trabalhar e eu pedi ao guarda da telegráfica para trabalhar na beira da linha, fazer minhas plantação que eu era costumada na roça e eu não queria ficar parada. Aí ele deixou eu trabalhar, eu trabalhei assim ó, eu roçava, capinava e fazia minha plantação de um lado e de outro da linha. Meu marido com o butequinho dele e eu na roça. [...] as outras famílias também trabalhavam com agricultura, era só roça mesmo. Para fazer compra. tinha que ir a Linhares, a gente ia a cavalo, trazia a compra a cavalo, botava os balaies no animal e botava a compra nos balaies, tinha uma estradinha, mas não era uma estrada grande não, era uma estrada que só passava carrinho pequeno, não passava carrão grande, a estrada era muito estreitinha. Dava para ir e voltar no mesmo dia, mas a gente ficava muito cansada, era cansativo, outras vezes a gente encontrava um amigo que vinha pra cá e trazia a comprinha da gente. Quando eu cheguei aqui não tinha nada, era só o capoeirão, só, somente, só mata. Aí queimou a mata e virou capoeirão, lá pra cima não tinha estrada. Quando eu vim para cá eu tinha cinco filhos, todos foram criados aqui, eu tinha uns 30 anos quando eu vim para cá, mais ou menos. O meu filho mais novo estava com quatro meses, hoje ele está com 60 anos. Com o passar do tempo, foi chegando morador, aí começaram a abrir estrada aqui, minhas plantações que eu tinha de um lado e do outro da linha telegráfica, acabaram com tudo, fizeram uma estrada larga, né. Aí foi chegando muita gente, né, chegou um homem chamado Fluozindo, outro chamado Mateus e aí foi chegando muitos outros. Esses moradores antigos já morreram tudo, a Maria ali do outro lado, o seu Miguel, a esposa dele, outro que morava ali do outro lado morreu também, o meu marido morreu e eu estou aqui até hoje (informação verbal, RIBEIRO, 2016)²⁰.

A partir de 1960, Córrego Alegre se desenvolveu bastante, principalmente em consequência da atividade madeireira. Em 1962, chegaram à localidade Geraldo Frinhane e sua esposa Maria Juliana Favalessa Frinhane, vindos de Desengano, no Município de Linhares, conforme Santiago (2004).

A vinda de Geraldo Frinhane e de sua família para o Córrego Alegre foi uma coincidência, pois sua esposa, a professora Maria Juliana Favalessa Frinhane, havia escolhido uma escola no interior de Linhares para trabalhar, em um lugar chamado

²⁰ Madalena dos Santos Ribeiro chegou a Córrego Alegre com sua família ainda na década de 1950. Relato oral recolhido em 27 de outubro de 2016 e transcrito na íntegra.

Córrego Alegre, mas foram surpreendidos, pois, ao chegarem a Córrego Alegre, não havia escola na localidade. Então tomaram conhecimento de que não se tratava desse Córrego Alegre, mas sim de outra localidade, atualmente pertencente ao Município de Rio Bananal, que na época ainda pertencia a Linhares. O casal foi informado por moradores locais que nunca havia aparecido um professor naquele povoado, apesar do grande número de crianças. Foi então que o casal, com o apoio de alguns moradores da localidade e autoridades políticas, como o então prefeito de Linhares, Armando Barbosa Quitiba, teve a iniciativa de organizar uma escola naquele lugarejo e, em março de 1962, começou a funcionar a escola municipal do Córrego Alegre, de forma improvisada, segundo Frinhane (2004).

Eu mudei para cá por causa do trabalho de minha mulher e, como eu cortava cabelos, eu coloquei uma barbearia para ganhar meu dinheiro e sustentar minha família. Depois comecei a trabalhar com extração de madeira e comecei a me estabilizar. Comprei essa propriedade, mas não vivia disso aqui, até porque não dava, eu tinha sete filhas e elas começaram a estudar em Linhares. Eu tinha que pagar passagem, era muito caro e eu precisei trabalhar com reflorestamento, fui braçal, depois prático agrícola, o engenheiro gostava de mim e me promoveu. Trabalhei muito para educar minha família. Minha vinda para Córrego Alegre foi um milagre, porque a vida que a gente levava lá no sul era muito difícil, morava na terra do meu sogro, eu e minha esposa fomos expulsos da fazenda dele porque eu era pobre e eles eram bem de vida, não queriam que Maria Juliana se casasse comigo, não aceitaram o nosso casamento e tudo isso atrapalhou muito a vida da gente. Ela topou vir para cá e hoje nós temos uma vida bem melhor. (informação verbal, FRINHANE, 2004)

A antiga igrejinha de estuque que durante certo tempo foi usada como sala de aula, ainda na década de 60 foi substituída por uma nova construção, pois a comunidade, após receber a doação do terreno, deu início à obra, segundo Santiago (2004). A igrejinha do Córrego Alegre foi construída na década de 1960. Antes da construção da igreja, os fiéis se reuniam e faziam as celebrações embaixo de um galpão coberto de palha. A igreja que foi construída era pequena, mesmo porque a comunidade era um pequeno povoado. A igreja foi construída em mutirão, principalmente aos sábados. Ao lado da pequena igreja de torre elevada e de arquitetura rústica de beleza singular, havia dois elevados troncos de madeira que sustentavam um sino que sempre era tocado, antes da realização das celebrações e das missas realizadas, conforme narrativa de Maria Baldi Leite de Oliveira:

O toque do sino era o anúncio das celebrações. As missas eram poucas e nessa época o padre celebrava a missa de costas para o povo e em latim, isso foi antes do Concílio do Vaticano II. Aos domingos, não havia celebração da palavra, rezava-se o terço. O padre vinha celebrar a missa,

mas o povo não entendia nada muito, mas era assim que se rezava. O padre quase não vinha à comunidade, ele só vinha quando era para realizar batizados e casamentos. Normalmente o padre que dava assistência na comunidade de Córrego Alegre vinha de Linhares ou de São Mateus. Nessa época era muito difícil para os padres virem à comunidade, pois eles não tinham carros, às vezes vinham de carona em caminhões que vinham buscar madeira e, na maioria das vezes, faziam os longos percursos a cavalo (informação verbal, OLIVEIRA, 2004).

No início da década de 1960, chegou a Córrego Alegre a família Bobbio. Assim foi relatado ao Jornal Sooretama, em março de 1997:

Nós chegamos aqui mais precisamente para a localidade de Córrego Alegre, em 1964, vindos de Aracruz. Meu pai montou uma mercearia ali próxima ao trevo na ocasião de nossa chegada. Alguns anos depois, em 1971, nos transferimos para o Córrego D'Água. Dei continuidade à mesma atividade econômica, montando um bar e mercearia (PIONEIRO do comércio, 1997, p. 5).

Em 1966, chegou a Córrego Alegre, Jovino Viana de Souza que, orientado e motivado por seu pai, o senhor João Viana de Souza, sobre o crescimento econômico de Córrego Alegre, em consequência da atividade madeireira, mudou-se de Colatina para o Córrego Alegre e abriu um depósito de madeira. Ele comprava e vendia lascas em toda região, sendo que inicialmente viveu do comércio de madeira, mas posteriormente abriu um ponto comercial onde vendia secos e molhados, segundo Santiago (2004).

No início da década de 1970, o povoado de Córrego Alegre já havia crescido muito. A comunidade já realizava grandes festas e trazia apresentações culturais de outras localidades, como grupos de danças de Conceição Barra. A participação da comunidade era intensa e os festejos atraíam moradores de localidades vizinhas, como Linhares, patrimônio da Lagoa, Guaxi e outros. Realizavam-se também desfiles cívicos, organizados por funcionários e alunos da escola da localidade, que contavam com a participação de bandas cívicas de Linhares. Esses eventos normalmente eram realizados em uma área próxima à igreja, como registrou Santiago (2004).

Também na década de 1970, muitos moradores deixaram Córrego Alegre e se mudaram para Córrego D'Água, povoado vizinho que havia surgido ao norte, décadas depois do surgimento de Córrego Alegre. Em função da grande extração de madeira, esse povoado atraiu serrarias e carvoeiras, o que conseqüentemente demandou a necessidade de mão de obra, seduzindo assim muitos moradores,

inclusive comerciantes. No final da década de 1970, Córrego D'Água havia crescido muito e, apesar de ter surgido depois de Córrego Alegre, o ultrapassou em desenvolvimento populacional e urbano, de acordo com Santiago (2004).

3.5 O SURGIMENTO DO POVOADO DE CÓRREGO D'ÁGUA

O povoado de Córrego D'Água teve início na segunda metade da década de 1940, mais precisamente no ano de 46, quando se mudou para a localidade um baiano chamado Crescêncio Manoel dos Santos, juntamente com sua família. Na ocasião, se instalou nas proximidades de um córrego que naquela época era chamado de Córrego Manoel Alves e construiu um barraquinho de palha, passando a residir no local que atualmente corresponde à Rua da Gabideli. No início da década de 50, ocorreu um longo período de estiagem que durou uns três anos, assolou o norte do Estado e secou todos os córregos da região, como o Córrego Alegre e Córrego da Onça; somente o Córrego Manoel Alves manteve uma poça de água que saciou a sede dos poucos moradores e dos animais que desciam das matas para beber água: “[...] ali ficou uma poça que era onde as antas desciam para beber água e tomar banho” (informação verbal, ALVES, 2004). Diante desse quadro, o senhor Crescêncio mudou o nome do córrego de Manoel Alves para Córrego D'Água, segundo informação verbal de Alves (2004). O senhor Crescêncio teria vivido na localidade de Córrego D'Água até sua morte, porém algum de seus descendentes ainda reside no Município de Sooretama.

Conforme registra Santiago (2004), a partir da década de 50 o acelerado processo de desmatamento atraiu novos moradores para o povoado. A derrubada das matas se intensificou, com a retirada de dormentes para a construção da estrada de ferro Vitória-Minas e com a chegada da Aracruz Celulose para plantar eucaliptos; somada a isso, a construção da ponte Getúlio Vargas facilitou o acesso à localidade e, principalmente, o escoamento das madeiras retiradas. Esses fatores fomentaram o crescimento demográfico da localidade, ao mesmo tempo em que aniquilaram as matas.

A partir de 1954 aconteceu um grande crescimento demográfico em toda região norte do Espírito Santo. Um fato marcante desse período foi o desmatamento galopante, a mata virgem foi para o chão, milhares de hectares foram queimadas para serem transformadas em lavouras, principalmente de café. Com a abertura de estradas a madeira era retirada

em forma de toras “dormentes”. Começou a se instalar na localidade as primeiras serrarias. A partir da década de 60 já havia entre o povoado de Córrego D’Água e Linhares dezenas de serrarias que cortavam madeira noite e dia e carvoeiras que exportavam o carvão aproveitando as sobras e derrubando a mata sem piedade (informação verbal, OLIVEIRA, 2004).

Em 1960, se mudou para o povoado de Córrego D’Água o senhor Antenor de Souza Ferraz, que veio de Cachoeiro de Itapemirim, para trabalhar em uma serraria que pertencia ao senhor Ari Medina e funcionava com caldeira, pois ainda não tinha energia elétrica. O senhor Antenor fez a seguinte descrição de Córrego D’Água na década de 60: “quando eu cheguei aqui, não tinha nada só uma casinha onde hoje é o bar do o seu Arlindo, era um barzinho de estuque e tinha outro barraquinho lá perto do córrego e a casa do seu Miguel Alves lá no Alegre, aqui era mata pura” (informação verbal).

Fotografia 2 – O senhor Ari Medina (primeiro da esquerda para a direita) e os funcionários de sua serraria (1975)



Fonte: Jornal de Sooretama (mar. 1997).

A abertura de algumas serrarias em Córrego D’Água atraiu muitas pessoas e desencadeou um significativo crescimento do povoado.

Quando a serraria começou a funcionar, o lugar começou a crescer, vinha muita gente de fora para trabalhar na serraria e como tinha muita madeira, começou a construir casa, a serraria vendia e dava madeira [...] vinha gente de Pinheiros, Colatina, Cachoeiro [...] e quando as pessoas vinham trabalhar vinham com suas famílias (informação verbal, FERRAZ, 2004).

Nos arredores da serraria do senhor Ari Medina, foi formando um aglomerado de barracos: “Perto da serraria tinha uns quatorze barracos ali perto do córrego, a serraria ficava assim no morro. Tinha casa, que era repartida ao meio para duas famílias, tinha umas 20 famílias” (informação verbal, FERRAZ, 2004).

Ao longo da década de 1960 muitas famílias vindas dos mais variados lugares se mudaram para o Córrego D’Água, motivados principalmente pela possibilidade de trabalhar na extração e comércio de madeiras, como foi o caso do Senhor Avelino Soneghette que veio de Ipiraçu com sua família, em 1961 para trabalhar na exploração de madeira, segundo o relato do senhor Avelino ele chegou a localidade ainda bem jovem, pois havia comprado um caminhão e via na extração e no comércio da madeira, uma possibilidade de ganhar um bom dinheiro.

Em 1962, chegou ao povoado a família do senhor Adão Farias, que veio de Barra de São Francisco. O senhor Josenir Farias²¹, filho do senhor Adão, contou que na ocasião em que se mudou para Córrego D’Água ele ainda era um menino de aproximadamente dez anos de idade, mas lembra que seu pai vendeu a propriedade que tinham na Barra de São Francisco e compraram outra terra no lugarejo, onde passaram a viver, cultivando café para vender e outros produtos, como arroz, cana, feijão, além de criar porcos e galinhas para ajudar no sustento da família. Embora o que predominasse na localidade fossem as atividades ligadas à exploração e ao comércio de madeira, a família do senhor Adão se deteve nas atividades agrícolas. Farias (2016) fez uma detalhada descrição do cotidiano de Córrego D’Água ainda na década de 1960:

Quando chegamos aqui, isso tudo aí era chão, Córrego D’Água só tinha uma vendinha que era do seu Mundinho. Só tinha uma rua, aquela rua lá embaixo que chamam de Rua da Gabideli e umas casinhas pingadas. A BR-101 era estrada de chão e quase não tinha movimento, o que tinha muito era caminhão carregando madeira, aqui tinha muita madeira e muitas serrarias, me lembro da serraria do senhor Ari Medina, a do Gê Santo, a do seu Darci Machado e tinha muitas outras, daqui até Linhares era puro serrarias. Lá no Córrego Alegre tinha o Jovino Viana que tinha uma mercearia e o pai dele, o seu João, tinha uma lojinha de panos (tecidos) e depois chegou o seu Pedro Bobbio que também colocou uma merceariuzinha e aí as coisas foram melhorando. Nós íamos à igreja católica do Alegre, todo ano tinha a festa da comunidade, era tudo muito animado, vinham pessoas de outras comunidades, vinham a cavalo, de

²¹ Josenir Farias se mudou com sua família para o povoado de Córrego D’Água em 1962. Relato oral recolhido em 6 de janeiro de 2016 e transcrito na íntegra.

bicicleta ou em cima de caminhão, mas era tudo muito animado, sempre tinha o leilão e leiloava galinha, porco, era muito bom (informação verbal).

Em 1967, chegou ao lugarejo Veredino Francisco, que veio de um lugar denominado Conceição do Quinze, no Município de Nova Venécia. Ele veio trabalhar na construção de uma casa de tábuas com um ponto comercial que pertencia a José Marques de Oliveira, que se mudou para Córrego D'Água com sua família no ano seguinte. As poucas casas do lugarejo estavam localizadas próximas à BR-101, que na época ainda era estrada de chão. A vida no povoado era muito simples, pois até o final da década de 1970 não havia energia elétrica, as pessoas utilizavam lampiões e lamparinas a querosene para iluminar suas residências; geladeira era artigo de luxo e quem possuía uma era daquelas movidas a querosene; fogão a lenha era algo comum em todas as residências, até porque lenha não era problema naquele tempo (informação verbal, FRANCISCO, 2015).

Em 1968, o senhor José Marques de Oliveira²² se mudou de Nova Venécia para Córrego D'Água e se instalou com sua família nas proximidades da BR-101, local onde abriu um pequeno comércio com o nome de “Comercial Marques”. Comercializava confecções, gêneros alimentícios e posteriormente deu prioridade ao comércio de gêneros alimentícios. José Marques de Oliveira narrou que também passou a comprar peles de animais para revender:

[...] eu passei a ser comprador de peles de animais e de cabelo de mulher. Eu vendia em Salvador. Naquele tempo podia comprar couro de onça, de lontra, de jaguatirica, mas tinha que ter a nota fiscal, mas eu levava sem nota fiscal para Salvador. [...] eu comprava dos caçadores, naquela época era permitido caçar, tanto é que eu punha na frente da minha venda as peles penduradas na parede para quem passar na estrada saber que eu comprava peles. Quando eles me viam falavam: ó, fulano matou uma jaguatirica ou uma lontra em tal lugar ou uma onça em tal lugar. Eu tinha o comércio de peles, o que eu fazia de errado era não tirar a nota fiscal. Eu não caçava, nunca cacei, mas era permitido caçar. [...] o destino dessas peles era para um homem estrangeiro lá do exterior (informação verbal, OLIVEIRA, J. M., 2015).

Oliveira relatou que ele mesmo teria construído uma estradinha ligando o seu ponto comercial à BR-101, pois o ônibus da viação Águia Branca já passava em Córrego D'Água, mas não tinha um ponto definido. Então ele foi à empresa em Vitória e pediu que colocassem um ponto de ônibus no povoado. Diante da solicitação, a empresa mandou um funcionário a Córrego D'Água para colocar uma placa

²² José Marques de Oliveira mudou-se para Córrego D'Água em 1968. Relato oral recolhido em 25 de março de 2015.

indicando a localização do ponto de ônibus, que era em frente à mercearia do senhor Zé Marques, como era popularmente conhecido (informação verbal, OLIVEIRA, J. M, 2015).

Ao longo da década de 1970, Córrego D'Água havia alcançado um significativo crescimento demográfico. Em 1972, foram realizadas eleições para vereadores e prefeito no Município de Linhares. O então candidato a prefeito de Linhares, o senhor Samuel Batista Cruz, veio a Córrego Alegre e convidou o senhor Jovino Viana de Souza, que havia se mudado para a localidade em 1966, vindo de Colatina atraído pela atividade madeireira, para ser candidato a vereador, representando Córrego Alegre e Córrego D'Água. Apesar de sentir-se um pouco inseguro em relação ao convite, ele o aceitou. Em 1972, a população dos dois povoados elegeu o seu primeiro representante na Câmara Municipal de Linhares, de acordo com Santiago (2004). Logo após ser eleito e tomar posse, o senhor Jovino de Souza mudou-se de Córrego Alegre para Córrego D'Água, depois de construir uma casa nas proximidades da BR.

A partir de 1973, o desenvolvimento de Córrego D'Água foi repentino.

As pessoas vinham do interior e iam comprando lotes aqui e fazendo casas. Em pouco tempo povoou aqui em frente à BR (Avenida Ângelo Suzano). E nessa época ainda não tinha asfalto, aí eu pedi a máquina do DNR e mandei patrolar essa área aqui na frente, aí ficou uma esplanada bonita, aonde o pessoal vinha passear á tarde. O prefeito empregou muito trabalho aqui, começando com a energia elétrica que foi instalada nos dois povoados (Córrego Alegre e Córrego D'Água). Não tinha água encanada, aí fomos providenciar a primeira água encanada aqui, foi retirada do Córrego D'Água. (informação verbal, SOUZA, 2004)

Ainda no ano de 1972, chegou ao povoado a família de Paulo Gomes²³, vinda do Município de Água Doce do Norte para morar em Córrego D'Água. Sua chegada foi muito benéfica para povoado, pois ele instalou a primeira farmácia do lugarejo, podendo atender, a partir de então, as necessidades básicas dos moradores, que antes tinham que se deslocar para a cidade de Linhares. O senhor Paulo Gomes não tinha formação como farmacêutico, atuava com base em suas experiências anteriores, pois havia trabalhado em outras farmácias. Diante das necessidades dos moradores, às vezes ele atuava como farmacêutico, enfermeiro, médico e fazia até mesmo alguns trabalhos de cartório, como recibos e contratos de aluguel. Ele

²³ Paulo Gomes mudou-se para Córrego D'Água em 1972. Foi dono da primeira farmácia do povoado. Relato oral recolhido em 5 de maio de 2015 e transcrito na íntegra.

possuía uma máquina de datilografia e, como ainda não tinha cartório no povoado, ele ajudava os moradores, fornecendo documentos mais simples. Sempre teve participação ativa nas questões sociais, inclusive como presidente da Associação de Moradores, buscando assistência médica para a população. Participou diretamente do processo de emancipação política de Córrego D'Água, de acordo com a própria narrativa (informação verbal, GOMES, 2015).

A família de Lourisvaldo Nunes Santiago também chegou a Córrego D'Água em 1972. Observe-se a descrição que o morador fez do povoado de Córrego naquela ocasião:

Quando nós chegamos a Córrego D'Água, logo adiante existia um patrimônio por nome Córrego Alegre. Lá no Alegre tinha dois comércios, que era o comércio do pai do Esmael, que era Dalvo Loureiro, e tinha o comércio do Aristides Leite, que eram moradores mais antigos. Tinha também alguns donos de carvoeira, donos de fazendas. Eu vi Sooretama crescer. Onde é o centro de Sooretama tinha apenas um colégio, em que cabia uns 30 alunos, tinha uma igreja católica no Alegre e tinha uma igreja batista que era feita de madeira, era feita de tábuas, não tinha alicerce, ela tava começando era uma congregação. Essa congregação veio através da igreja que era no Farias, que era do Município de Linhares também. Então eu vi Sooretama crescer. No centro de Sooretama tinha uma base de 20 casas (informação verbal, SANTIAGO, 2016).

Ao longo da década de 1970, Córrego D'Água passou por um repentino crescimento demográfico, de modo que atraiu muitos moradores do povoado vizinho.

As mesmas pessoas que ajudaram a fundar o Córrego Alegre foram se mudando para Córrego D'Água, assim que abriu aquela avenida principal, a influência do pessoal do Alegre foi ir para lá. Eu não me interessei, porque meu terreno fica na divisa entre os dois povoados (informação verbal, FRINHANE, 2004).

Fotografia 3 – Avenida Vista Alegre no início da década de 70



Fonte: Acervo pessoal de José Marques de Oliveira.

Diante do grande desenvolvimento populacional de Córrego D'Água, surgiu a necessidade de construir uma igreja católica na comunidade, pois os membros do povoado tinham que se deslocar para reunir-se na comunidade vizinha do Córrego Alegre.

O pessoal pensou em construir uma igreja, mas não tinha um local, a comunidade passou a reunir-se em celebração na área da Escola Reunida de Córrego D'Água (atual escola Armando Barbosa Quitiba) do lado de fora. [...] depois a comunidade ganhou um terreno onde foi construído um galpão rústico coberto de palha com madeira roliça. O terreno onde foi construído o galpão e posteriormente a igreja foi doado pelo senhor Silvio Martins. A igreja foi construída na base do mutirão e sem projeto arquitetônico, foi construída no olho, mas a obra caiu antes de ser concluída. Diante desse fato o então prefeito do Município de Linhares, Antônio Muniz, fez uma doação em cimento para a comunidade retomar a construção, mas na hora de retirar o escoramento da nova construção, o pedreiro que tinha feito também não tinha projeto e fez a igreja com o teto arredondado e a construção caiu novamente. E pela terceira vez ergueram a igreja de Córrego D'Água. O que a comunidade não imaginou é que esse lugar fosse ter um crescimento tão galopante. Com o crescimento populacional a igreja ficou pequena para a comunidade e ao invés de se construir uma nova igreja em outra área, demoliram a antiga igreja e fizeram uma nova igreja mais espaçosa. A antiga igreja que foi feita sem projeto tinha uma acústica horrível, era muito pequenina. A nova igreja foi projetada pela engenheira da diocese de Colatina. A igreja foi construída com a força do povo, foi com o dinheiro do povo, fizemos bingos, rifas, organizamos festas, pedimos patrocínios, tivemos também o apoio do prefeito, foi uma grande mobilização (informação verbal, OLIVEIRA, 2004).

Como é possível observar na narrativa de Maria Baldi de Oliveira, havia uma participação colaborativa entre os moradores do vilarejo, pois, à medida que era necessário, se mobilizavam para realização de obras de interesse comum, característica que tende a se perder conforme as relações sociais vão se ampliando e se tornando mais complexas.

Fotografia 4 – Antiga Igreja Católica de Córrego D'Água, demolida na década de 1990, para construção da atual paróquia Cristo Rei



Fonte: Acervo pessoal de Elisangela Carolina Marques

O crescimento demográfico do povoado de Córrego D'Água refletiu-se também em outros aspectos da localidade, como na economia e na política. Desse modo, o lugarejo passou gradativamente a ter maior expressão política dentro do Município de Linhares, ao eleger representantes políticos como Jovino Viana de Souza, eleito vereador por três mandatos pelo distrito de Córrego D'Água, conforme arquivos da Câmara Municipal de Linhares. O seu primeiro mandato teve início em 31 de janeiro de 1973 até 27 de janeiro de 1977 na oitava legislatura e teve como prefeito o senhor Samuel Batista Cruz. O segundo mandato teve início em 31 de janeiro de 1977 até 31 de dezembro de 1982, tendo como prefeito o senhor Antônio Muniz dos Reis que, impossibilitado de concluir o governo por questões jurídicas, foi substituído

pelo senhor Luís Candido Durão. O terceiro mandato do senhor Jovino Viana na décima legislatura, no período entre 1983 e 1988, e teve como prefeito o senhor Samuel Batista Cruz. Nesse mandato, Córrego D'Água contou com dois representantes na Câmara Municipal de Linhares, pois foi eleito também o senhor Roberto Ricardo de Mendonça. O senhor Roberto foi reeleito e pôde representar o distrito de Córrego D'Água no período entre 1989 e 1992, na décima primeira legislatura, que teve novamente o senhor Luís Candido Durão como prefeito. No período entre 1993 e 1996, o representante do distrito na Câmara Municipal de Linhares foi o senhor Esmael Nunes Loureiro, na décima segunda legislatura, com o prefeito José Carlos Elias. Nesse mandato, Córrego D'Água conquistou sua autonomia política e Sooretama nasceu, segundo Santiago (2004).

3.6 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

O povoado de Córrego D'Água foi elevado à posição de distrito em 12 de novembro de 1983, por meio da Lei nº 3.585. Córrego D'Água já vinha se desenvolvendo significativamente desde os anos de 1960 em função do ciclo da madeira. Na década de 1980, vivenciou um rápido crescimento populacional e econômico, mas a população se sentia abandonada pelas autoridades políticas de Linhares, que não faziam os investimentos necessários na infraestrutura da localidade. Movidos pela insatisfação com o descaso em relação ao distrito e pelo desejo de elevar Córrego D'Água à condição de cidade, a Associação de Moradores, sob a liderança do então presidente João de Almeida Pereira, em março de 1987, aprovou a criação de uma comissão pró-emancipação, com a finalidade de fomentar e acompanhar o desenvolvimento do processo de emancipação, segundo Pereira (1997).

Após a organização e a apresentação dos membros da comissão pró-emancipação da Associação, o presidente da comissão assim se manifestou.

O projeto por ele protocolado na Assembleia Legislativa contém assinatura de 381 (trezentos e oitenta e um) eleitores e que ninguém se recusou a assinar, isso é uma demonstração de que a população almeja a autonomia administrativa, para sair da difícil situação de desordem social em que se encontra. (REUNIÃO..., 1987, p. 23)

De acordo com relato de João de Almeida Pereira²⁴, para que o projeto de emancipação pudesse ser aceito pela Assembleia Legislativa, era necessário que o distrito atendesse alguns requisitos, como está exposto no projeto de lei complementar nº 178/89 da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ANEXO A).

De acordo com dados da Ata de reunião da Associação de Moradores de Córrego D'Água, no livro 1, na página 23, de 20 de setembro de 1987, após o tempo de análise para identificar se de fato o distrito atendia os requisitos necessários, a comissão pró-emancipação foi notificada pelo IBGE sobre a impossibilidade de efetivar o projeto de emancipação, tendo em vista que o distrito de São Jorge de Barra Seca ficaria isolado da sede do Município de Linhares e esse fato contrariava as leis pré-estabelecidas acerca do processo emancipatório. Tal notícia frustrou principalmente as pessoas que estavam diretamente envolvidas no projeto e também parte da população que aspirava à autonomia política de Córrego D'Água.

A comissão não desanimou. Refizeram o projeto, dessa vez objetivando integrar o distrito de São Jorge de Barra Seca ao distrito de Córrego D'Água. Embora tivessem consciência das dificuldades que enfrentariam, persistiram no propósito, como é possível observar nas informações contidas no Jornal Sooretama da primeira quinzena de março de 1997:

De início foi mais fácil do que se pensava, porque em diligência à região, tomamos conhecimento dos problemas daquelas populações e chegamos à conclusão que seus argumentos eram mais fortes que os nossos, tal era o abandono que reinava naquele lugar por parte da sede do Município de Linhares. Porém não era fácil para um pequeno grupo de organizadores articularem uma área tão complexa, composta por regiões diferentes em vários aspectos [...] propensos a outras influências contrárias a emancipação [...] nas quais não se conseguiu nenhuma adesão, citando como exemplo o Córrego Farias, vizinho da sede, e São Jorge de Barra Seca, atraído pelo vizinho Vila Valério, em São Gabriel da Palha. (PEREIRA, 1997, p. 6)

A comissão pró-emancipação recorreu a várias estratégias na tentativa de envolver as comunidades no propósito de autonomia política de Córrego D'Água. Foram organizados vários torneios de futebol pela comissão para atrair o maior número possível de eleitores e, além dos torneios, foram realizados sorteios de brindes por

²⁴ João de Almeida Pereira mudou-se para Córrego D'Água em 1987, teve participação importante como líder comunitário no processo de emancipação. Relato oral recolhido em 6 de setembro de 2004 e transcrito na íntegra.

meio de bingos. Aproveitavam os aglomerados de pessoas para divulgar as ideias emancipatórias, como afirmou Pereira (informação verbal, 2004).

Maria Baldi Leite de Oliveira, participante ativa no processo de emancipação, esteve presente em várias ações em favor da autonomia política de Córrego D'Água. Assim registrou a luta e os mecanismos usados para conquistar a autonomia política do distrito:

[...] nos reunimos, alugamos ônibus e fomos à Vitória na Assembleia Legislativa, muitas e muitas vezes pedir aos deputados de porta em porta para votarem a favor da emancipação. [...] lutamos pela emancipação porque faltava apoio, nós éramos um cantinho quase abandonado, faltava apoio de Linhares e do Estado (informação verbal, OLIVEIRA, 2004).

Jovino Viana de Souza, que foi vereador em Córrego D'Água por três mandatos, assim se manifestou acerca da emancipação:

Eu participei fazendo campanha para que o pessoal votasse a favor. Tanto em Linhares quanto aqui havia pessoas contrárias à emancipação. A oposição era justificada pela renda que Córrego D'Água dava a Linhares e, à medida que se emancipasse, Linhares perderia essa renda. Essa região sempre produziu café e madeira (informação verbal, SOUZA, 2004).

Os organizadores sentiram-se seguros à medida que o processo foi legalmente reestruturado e que perceberam o envolvimento da população. Acreditaram que havia chegado o tão sonhado momento da emancipação.

A incansável luta da comissão pró-emancipação e de alguns moradores do distrito que sempre enfrentaram oposição de grupos contrários à emancipação, tanto da parte das autoridades políticas de Linhares, quanto do distrito de Vila Valério, que também pleiteava sua emancipação política e que contava com o apoio de eleitores de São Jorge de Barra Seca. Até dentro do próprio distrito de Córrego D'Água havia pessoas contrárias à emancipação. (informação verbal, PEREIRA, 2004)

O então presidente da Câmara Municipal de Linhares, Roberto Ricardo de Mendonça, não concordava com a emancipação do distrito, pois alegava que Córrego D'Água estava carente de tudo e que poderia receber maior apoio do governo municipal nos próximos dois anos. Dizia que a solução não seria a vaidade de oportunistas para resolver o problema (informação verbal, MENDONÇA, 2015).

Roberto Ricardo de Mendonça foi vereador do distrito de Córrego D'Água por dois mandatos e, ao longo do processo de emancipação, passou a ser considerado como alguém contra a emancipação, mas, ao ser entrevistado, ele apontou as razões que

justificavam seu posicionamento em relação à emancipação, principalmente as mudanças ocorridas no mapa político do distrito.

Quando organizaram o primeiro plebiscito em busca da emancipação, eu participei apoiando a Associação de Moradores, dei apoio político e até financeiro, mas em nenhum momento tivemos apoio de Linhares. O prefeito naquela época era o Luís Durão e ele era contra a emancipação. Córrego D'Água colaborava muito com a arrecadação tributária de Linhares. O distrito de Córrego D'Água era muito grande e incluía a região de São Jorge de Barra Seca, Arariboia, aquela região da Ilha do Imperador no Pontal do Ouro, Guaxi, Córrego Jacaré, Córrego Polidório, Córrego Farias, parte da Lagoa Durão, Lagoa Bonita, Rio Ibiriba e Rio Barra Seca. Assim ficaríamos com todas as áreas de reservas florestais e ainda alguns poços de petróleo. Como morador de Córrego D'Água, eu não aceitava mudar os limites. Fui mal compreendido, eu não era contra a emancipação política de Córrego D'Água, eu era contra do jeito que estava sendo feito, pois, com as mudanças feitas no mapa político, o distrito sofreu uma grande perda territorial e conseqüentemente financeira, foi uma perda irreparável. Não deveríamos ter aceitado as mudanças que foram feitas nos limites do distrito. (informação verbal, MENDONÇA, 2015).

O então prefeito de Linhares, Luís Candido Durão, mostrou-se contrário à emancipação do referido distrito, alegando que os moldes em que estava processando o projeto emancipatório consistia em manobra política. Em entrevista cedida ao jornal *A Gazeta*, de 19 de fevereiro de 1989, ele disse que não era contrário à emancipação de Córrego D'Água, porém simplesmente achava que ainda não era o momento de efetivar a emancipação do referido distrito, pois ele, prefeito, desejava investir na infraestrutura da localidade antes de sua autonomia política. Ainda defendia que seu posicionamento era coerente e desprovido de interesses político (POPULAÇÃO..., 1989, p. 3).

Apesar das oposições e de inúmeras dificuldades que surgiram ao longo do processo de luta pela autonomia política do distrito, parecia que o sonho estava cada vez mais próximo de se tornar realidade, pois o primeiro plebiscito já estava previsto para acontecer em 18 de março de 1990 e os eleitores de Córrego D'Água e de São Jorge de Barra Seca iriam às urnas para optar ou não pelo desmembramento dos dois distritos do Município de Linhares.

Conforme consta no Projeto de Lei Complementar nº 178/89, um dos requisitos necessários para a efetivação da emancipação era que a maioria dos votos fosse “sim”, levando em consideração o número de eleitores inscritos na região eleitoral. João de Almeida Pereira, então presidente da comissão pró-emancipação, a comissão, por meio do seu presidente, solicitou ao juiz da 25ª zona eleitoral do

Estado do Espírito Santo um documento requerendo o expurgo dos eleitores já falecidos, dos que foram transferidos e dos eleitores ausentes desde as eleições de 1988, mas que ainda estavam inclusos nas listas das zonas onde ocorreria o plebiscito. No entanto, o pedido foi negado pelo então juiz eleitoral, Dr. Nelson Darby de Assis, que alegava a ilegitimidade do requerimento, pois o documento deveria ser feito através de pessoa jurídica e não física (informação verbal, PEREIRA, 2004).

Em 18 de março de 1990, foi realizada a primeira consulta popular, mas boa parte da população não compareceu às urnas. O resultado foi negativo e a desejada emancipação teve que ser adiada. O número de eleitores inscritos era de 9.531, o total de votantes foi 4.467, ficando desse modo cancelado o primeiro plebiscito. Como já estava previsto por lei, caso o resultado da primeira consulta popular fosse negativo, seria realizada uma nova consulta no período de 30 dias. Sendo assim, o segundo plebiscito ficou marcado para 15 de abril de 1990, segundo Pereira (1997).

Quadro 1 – Resultado do plebiscito de 18 de março de 1990

Total de eleitores	9.531
Total de votos sim	3.441
Total de votos não:	791
Total de votos brancos	152
Total de votos nulos	78

Fonte: Ata geral da Consulta Plebiscitária (1990).

Segundo dados do *Jornal Sooretama*, da segunda quinzena de abril de 1997, as abstenções que anularam a consulta por não permitirem a maioria dos votos “sim” aconteceram nos seguintes locais: Arariboia, Córrego Alegre, Córrego D’Água, Córrego Farias, Chumbado, Joeirana, Patioba, Pintada, Paraisópolis, Rodrigues, Tesouro, Guaxi, Juncado, São Jorge de Barra Seca e Vargem Alegre. A partir da primeira consulta plebiscitária, a oposição se intensificou, desenvolvendo uma forte campanha contrária à emancipação, utilizando veículos de comunicação em massa e campanhas corpo a corpo. Outro acontecimento que causou muita insatisfação entre as pessoas que estavam diretamente envolvidas no processo emancipatório foi o fato de mesas receptoras dos votos terem sido presididas apenas por pessoas do Município de Linhares na primeira consulta popular. Isso motivou a comissão pró-emancipação a mencionar a ilegalidade do acontecimento, pois havia contrariado a

lei que concede esse direito aos eleitores da área a ser desmembrada. Por isso, no segundo plebiscito, a Justiça Eleitoral designou presidentes das próprias zonas eleitorais da área, como afirmou Pereira (1997).

Em 15 de abril de 1990, foi realizada a segunda consulta popular e, mais uma vez, o resultado foi frustrante para muitos. Por outro lado, os opositores comemoraram, pois mais uma vez o sonho de autonomia política havia sido adiado. O fracasso no segundo plebiscito foi justificado mais uma vez pela abstenção de eleitores, que não compareceram às zonas eleitorais, segundo Pereira (1997). Os números referentes ao segundo plebiscito confirmam essa informação.

Quadro 2 – Resultado do plebiscito de 15 de abril de 1990

Total de eleitores	9.531
Total de votos sim	4.526
Total de votos não	500
Total de votos brancos	75
Total de votos nulos	57

Fonte: Ata geral da Segunda Consulta Plebiscitária (1990).

Líderes comunitários que participaram da contagem dos votos disseram que o clima ficou muito tenso durante a apuração. Em depoimento a *O Jornal Sooretama*, Alécio de Angeli assim se manifestou: “Tive nessa noite o desprazer de ver amigo nosso indo para a prisão”. Em entrevista para *O Jornal Sooretama*, Silva (1997, p.4) declarou que

[...] a empolgação era maior acompanhando a apuração em Linhares. Lá para entrar só com a credencial do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), mas, na verdade, existiam muitos espíões não credenciados. Quando eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos e faltava apenas uma urna, a 157, para terminar a apuração, o técnico em computação informou que estavam faltando 241 votos para que Sooretama nascesse. Eu, de olho em tudo, vibrei porque sabia que aquela urna teria grande quantidade de votos “sim” e que eram suficientes para ultrapassar aquela quantidade. Quando voltei para a sala, fui surpreendido com o término da apuração e com o mandato de prisão por causa da minha vibração. Fui levado como se fosse um marginal e fiquei na prisão até uma hora da manhã, quando fui liberado a pedido dos senhores Ernesto Bobbio, Esmael Nunes Loureiro e Antônio Jaó.

De acordo com dados do jornal *A Gazeta*, de 19 de fevereiro de 1989, a comissão pró-emancipação, juntamente com outros moradores da localidade de Córrego D'Água, enviou ao Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo, em 19 de abril de 1990, o pedido de anulação do segundo plebiscito. A motivação maior para o pedido de anulação se justificava pelo fato de, no dia anterior às eleições, uma emissora de rádio local ter divulgado notícias maldosas, instigando os eleitores ao não comparecimento às urnas e ameaçando a população das localidades que emancipariam de fechar agências dos Correios, Teletel, além de anunciar a não realização de nenhuma obra na região, caso o povo optasse pela emancipação. As notícias maliciosas macularam o plebiscito, trazendo consequências e prejuízos aos interesses da comunidade, como consta no pedido de anulação (ANEXO B).

O pedido de anulação não foi aceito e se fizeram necessárias novas articulações para que a emancipação política de Córrego D'Água se tornasse de fato uma realidade. A abstenção, como mencionado anteriormente, foi responsável pelo insucesso das duas primeiras consultas populares, pois, de acordo com a lei vigente, era necessário que a maioria absoluta dos votos fosse favorável, mas se considerava o número de inscritos nas zonas eleitorais do distrito e não o número de votantes. Foi feita uma emenda na lei e a abstenção havia deixado de ser uma ameaça à emancipação de Córrego D'Água porque, segundo a emenda, passou a valer o número de votantes e não todo eleitorado inscrito como antes, de acordo com Pereira (1997).

A articulação em favor da terceira consulta popular visando à autonomia política de Córrego D'Água deixou de ser liderada pela comissão pró-emancipação, formada por membros da Associação de Moradores por ter sido desfeita. Inicialmente ela se fez necessária, funcionando como peça articuladora e fomentadora do processo emancipatório, com a liderança de João de Almeida Pereira como presidente. Ele já tinha experiência nesse tipo de movimento, pois havia participado da emancipação política de Rio Bananal/ES em 1979, desmembrado do Município de Linhares (informação verbal, PEREIRA, 2004).

As derrotas obtidas nas duas primeiras consultas populares serviram para envolver a população no processo emancipatório, mas a oposição se manteve firme no sentido

de criar obstáculos. Em 10 de dezembro de 1991, o Município de Linhares fez publicar a Lei nº 1555, suprimindo o distrito de São Jorge de Barra Seca e instituindo novas divisas para o distrito de Córrego D'Água. Essas mudanças no mapa político de Sooretama tinham por finalidade comprometer o projeto de autonomia de Córrego D'Água.

A divisão política foi usada como estratégia para tentar atrapalhar o projeto de emancipação. Perdemos áreas interessantes de reservas, propriedades particulares e perdemos o distrito de São Jorge de Barra Seca que foi cedido para formar o Município de Vila Valério. J.G., o então presidente da Câmara Municipal de Linhares, realizou uma assembleia na sede da Associação de Moradores aqui no distrito de Córrego D'Água, para fazer um acordo com o pessoal. Quando nós da comissão chegamos à assembleia, o pessoal já tinha votado, entregando parte de nossa área para Linhares e outra parte para completar o território que seria necessário para a emancipação de Vila Valério. Em seguida, isso foi transformado em lei. Resumindo, nosso distrito foi reduzido em um terço de seu território. [...] O que fizeram com nosso mapa político é uma demonstração clara que quando as autoridades políticas querem fazer, elas fazem, mesmo que tiverem que passar por cima da lei, porque o que fizeram era ilegal (informação verbal, PEREIRA, 2004).

A partir de 1992 e, posteriormente, em 1993, a Assembleia Legislativa retomou o assunto da criação do Município de “Sooretama” (nome previsto para ser atribuído a Córrego D'Água após a emancipação), trazendo à tona intensos debates, visto que também se pretendia criar o Município de Vila Valério, que teria como base o distrito de São Jorge de Barra Seca, segundo informações de Pereira (1997).

Loureiro (informação verbal, 2016) disse que também participou da mobilização em prol da emancipação de Córrego D'Água nos dois primeiros plebiscitos e acreditava que o insucesso esteve relacionado às campanhas de conscientização da população, que ele julgou ter sido insuficientes. Somada a isso, a ação da oposição se utilizou de inverdades para impedir que os eleitores fossem às urnas votarem. Foram divulgadas informações de que, se o distrito fosse emancipado, a população pagaria mais impostos e que seria proibido ter casas de tábuas na cidade. Essas informações tinham por finalidade afastar a população do desejo de autonomia política. Quatro anos depois, Esmael Nunes Loureiro foi eleito vereador do distrito de Córrego D'Água e passou a agir em favor da emancipação.

[...] quatro anos depois me tornei vereador e comprei a briga pela emancipação de Córrego D'Água. Iniciamos um trabalho de conscientização indo nas casas, fazendo caminhadas e pedindo ao pessoal para ir votar. Criei um slogan na época “quero Sooretama, quero sim” e com apoio da comunidade e de alguns comerciantes e do prefeito de Linhares, José

Carlos Elias, que se posicionou favorável a emancipação, participando até mesmo de comícios em prol da emancipação. E assim conseguimos criar o Município de Sooretama. (informação verbal, LOUREIRO, 2016)

Terezinha dos Santos Santana²⁵, professora aposentada residente em Córrego D'Água desde a década de 1970, também participou do processo de emancipação política.

Particpei da campanha pela emancipação, fui a vários comícios, no Juncado, no Chumbado e em outras localidades. O Esmael reunia as pessoas interessadas na emancipação e definiam o lugar em que iria fazer o comício, aí juntava eu, Gilmar, Jovino, Jô e muitos outros. O comício era feito em cima da carroceria de um caminhão, era uma festa e foi indo nesse processo de conscientização do povo sobre a importância da emancipação, até que conseguimos nos desligar de Linhares (informação verbal, SANTANA, 2016).

Após a segunda consulta popular, o movimento emancipatório perdeu um pouco de seu caráter popular, tendo em vista que a comissão pró-emancipação formada por membros da Associação de Moradores foi desfeita. A partir de então, o movimento assumiu um perfil político oficial, pois, nas eleições municipais de 1992, o candidato a vereador Esmael Nunes Loureiro já se comprometia com a população, dizendo que a emancipação política de Córrego D'Água seria uma de suas principais metas dentro da Câmara Municipal de Linhares. Depois de eleito, o então representante de Córrego D'Água passou a liderar o movimento pela autonomia política do referido distrito e em 13 de março de 1994 foi realizada a terceira consulta popular, que contou com um resultado favorável à emancipação, conforme Pereira (informação verbal, 2004).

Quadro 3 – Resultado do plebiscito de 13 de março de 1994

Total de eleitores	7.399
Total de votos sim	4.962
Total de votos não	142
Total de votos brancos	47
Total de votos nulos	21

Fonte: Ata Final de Aprovação da Consulta Plebiscitária (1994).

²⁵ Terezinha dos Santos Santana mudou-se para Córrego D'Água em 1973, é professora aposentada e foi participante ativa no processo de emancipação política de Córrego D'Água. Relato oral recolhido em 19 de janeiro de 2016 e transcrito na íntegra

Geraldo Frinhane, residente de Córrego Alegre desde 1962, informou sobre sua atuação no processo de emancipação política de Córrego D'Água.

Não participei diretamente da campanha para emancipação, porque fiquei um pouco indignado porque as pessoas que poderiam se interessar para que esse Município ficasse com uma dimensão bem maior e com áreas que fossem mais interessantes fizeram uma demarcação que prejudicou o povo. [...] Teve pessoas que lutaram contra até o último dia. O responsável pelo plebiscito foi o Esmael, ele lutou para que esse lugar virasse Município. [...] Os governantes de Linhares daquela época fizeram de tudo para prejudicar Sooretama, deram uma área do oeste do Município para Vila Valério, foram tirando, tirando, mas no fim conquistamos a emancipação, apesar das perdas. (informação verbal, FRINHANE, 2004)

O resultado obtido foi favorável à criação do Município de Sooretama e, em 31 de março de 1994, através da Lei Nº 4.693, sancionada pelo então governador do Estado Espírito Santo, Albuíno Azeredo, ficou criado o Município de Sooretama, como consta no Diário Oficial de 31 de março de 1994. A tão desejada emancipação aconteceu, mas as condições em que ela se efetivou foram extremamente prejudiciais para a comunidade, pois paralelamente à criação do Município de Sooretama, foi também emancipado o distrito de Vila Valério, que se desmembrou do Município de São Gabriel da Palha. Assim, o distrito de São João de Barra Seca, que nos dois primeiros plebiscitos estava unificado a Córrego D'Água, foi cedido a Vila Valério, que dependia desse território para completar a extensão territorial necessária para consolidação de sua autonomia política. As autoridades políticas da época, contrariamente ao que se esperava, não se levantaram em defesa de Córrego D'Água, pois defenderam intencionalmente a emancipação de Vila Valério, visando impedir a autonomia de Córrego D'Água, como se pode constatar em uma matéria publicada por Pereira (1997, p.4):

[...] a Câmara Municipal de Linhares realizou uma sessão em Córrego D'Água para se comprometer em proteger a integridade territorial do distrito contra o seu vizinho Vila Valério, oportunidade que entrou em entendimento com um número reduzido de lideranças com a finalidade de evitar a invasão prometida de quatrocentos quilômetros quadrados de nossas terras em troca da reserva florestal (Floresta Vale do Rio Doce S.A) para o Município de Linhares. Para tal, contaram com a colaboração do ex-deputado Nyder Barbosa de Menezes, que conseguiu o visto junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do Rio de Janeiro. Para simplificar a história, Vila Valério ficou com nossas terras e a Câmara Municipal de Linhares não se manifestou em favor de Córrego D'Água, mas contra, criando uma nova divisa e reduzindo o território em um terço. Se os vereadores não impediram a investida criminosa do Município vizinho, do mesmo modo deveriam anular o acordo. Porém prevaleceu criando um novo limite, com nítida intenção de reduzir a extensão territorial.

O mapa político de Sooretama ainda é motivo de indignação entre muitos membros do Município que se sentem lesados, porque a perda desses territórios representou a diminuição da arrecadação municipal e de importantes áreas ambientais, com potencial turístico. Seguem-se alguns relatos de moradores que participaram diretamente do processo de emancipação de Córrego D'Água.

Participante ativo do processo de emancipação, integrante da comissão pró-emancipação nos dois primeiros plebiscitos, João de Almeida Pereira (2004) assim expôs a respeito do mapa político de Sooretama:

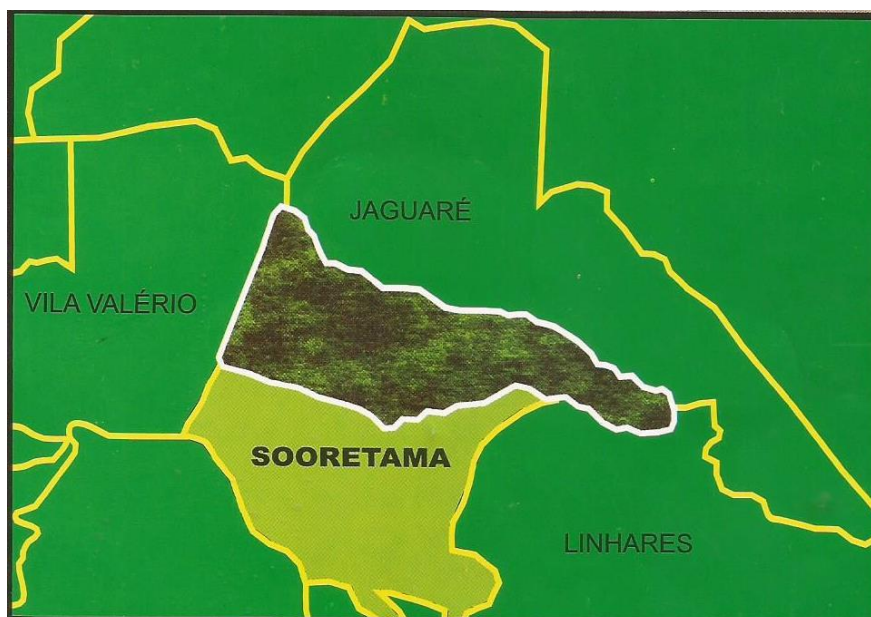
[...] o problema da divisão política foi usado como estratégia para atrapalhar a tramitação do projeto [...] quando eles observaram que estávamos avançando [...] sabiam que não poderiam mais impedir que o povo fosse votar e aí eles partiram para a ação prática e retalharam o Município. Quando falo eles me refiro ao poder municipal de Linhares [...] perdemos áreas interessantes como: a Reserva Vale do Rio Doce, Caliman Agrícola e muitos outros povoados como Córrego Farias, Guaxi etc. [...] passaram por cima da lei complementar que dita a criação dos Municípios, tem que se observar os limites norte e sul, devem ser um acidente geográfico e nós temos linhas imaginárias (informação verbal).

Maria Baldi Leite de Oliveira, professora aposentada e residente na região desde 1949, que participou ativamente do processo de emancipação, buscando mobilizar a população e as autoridades políticas para apoiarem o projeto de autonomia política de Córrego D'Água, também se manifestou sobre a emancipação e o mapa político de Sooretama:

Eu fiquei triste porque na primeira eleição para emancipação até lá perto de Vila Valério era de Sooretama e depois eles diminuíram [...] foi uma pouca vergonha esses pedacinhos que foram tirados, mas foi uma condição para que Sooretama se emancipasse (informação verbal, OLIVEIRA, 2004)

Localizado no norte do Estado do Espírito Santo, às margens da BR-101, a uma distância de aproximadamente 180 km da capital — Vitória —, o Município de Sooretama, segundo dados do IBGE, tem uma área de 587,3 km² e limita-se a leste e sul com o Município de Linhares, ao norte com Jaguaré e a oeste com Vila Valério e Rio Bananal.

Mapa 1 – Sooretama/ES



Fonte: Material informativo produzido pela Secretaria de Cultura do Município de Sooretama (2007).

Sooretama é uma palavra de origem tupi-guarani e significa “terra dos animais da mata” ou “refúgio de animais silvestres”. Segundo *O Jornal Sooretama*, de maio de 1997, o nome foi atribuído à reserva, que tornou-se instituição ambiental em 21 de setembro de 1949, sendo que inicialmente recebeu o nome de Refúgio de Animais Silvestres, por meio do Decreto nº 14.977 e transformou-se em Reserva Biológica de Sooretama, em 20 de setembro de 1982, a partir do Decreto nº 87.588.

Durante o movimento de emancipação, após a comissão pró-emancipação ter apresentado à Assembleia Legislativa o projeto que solicitava o desmembramento do distrito de Córrego D’Água do Município de Linhares, a comissão foi informada pelo IBGE que a região não atendia os requisitos que a lei complementar determinava para criação de Municípios. Houve então a necessidade da unificação dos distritos de Córrego D’Água e São Jorge de Barra Seca. Após essa união, houve a necessidade de atribuir um nome ao futuro Município, segundo Pereira (informação verbal, 2004). Era necessário encontrar um nome que agradasse aos dois distritos e como a reserva de Sooretama se estendia aos distritos de Córrego D’Água e São Jorge de Barra Seca, pareceu ser adequado. Segundo Loureiro (informação verbal, 2016), os nomes Alto Alegre e Vale do Sol foram cogitados e também levados à votação em consulta à comunidade, por meio da Associação de Moradores, mas o povo optou pelo nome Sooretama.

Depois da segunda consulta plebiscitária, o distrito de São Jorge de Barra Seca se desmembrou do distrito de Córrego D'Água e foi anexado a Vila Valério, mas o nome Sooretama foi mantido, pois é muito pertinente, considerando que boa parte do Município é composta por matas que pertencem à Reserva Biológica de Sooretama. Com uma área de 24.250 km², cortada pela BR-101, compõe o último maciço florestal de grande importância ecológica para o Espírito Santo, segundo dados obtidos em material informativo fornecido pela gestão da Reserva. Em 31 de março de 1994, foi sancionada a Lei nº 4.693, que criava o Município de Sooretama.

4 MEMÓRIAS DE ESCOLA

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 1889 E 1960

O objetivo desta Seção é reconstruir a história da educação nos povoados de Córrego Alegre e Córrego D'Água a partir das memórias de professoras que atuaram na educação dessas localidades nas décadas de 1960 e 1970, período que foram fundadas as duas primeiras escolas. É oportuno então fazer uma breve contextualização da história da educação do Brasil no período das memórias.

Com a instituição da República, em 1889, foram realizadas várias propostas educacionais, na perspectiva de promover uma renovação no ensino. Saviani (2008, p.10) faz uma relevante consideração sobre a educação após a proclamação da República.

Foi somente com o advento da República, ainda sob a égide dos estados federados, que a escola pública, entendida em sentido próprio [...] se fez presente na história da educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente as escolas tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população. Essa tarefa se materializou na instituição da escola graduada, isto é, nos grupos escolares a partir de 1890, no Estado de São Paulo, de onde se erradicou para todo o país.

Com a revolução de 1930, ocorreu uma ruptura na chamada República oligárquica, caracterizada pelo domínio dos coronéis e pelo tradicionalismo agrário. Ao descrever a Revolução de 1930, em uma perspectiva educacional, Hilsdorf (2003, p.95) esclarece que

[...] a revolução de 1930 teria sido, do ponto de vista da educação e do ensino, o momento da realização do movimento de renovação desencadeado pelos liberais republicanos adeptos da Escola Nova [...] a Revolução não trazia uma política escolar nitidamente traçada, apresentava a criação do próprio ministério da Educação e Saúde como resultado de uma das aspirações da cultura nacional agitadas pelos pioneiros da Escola Nova. Outro ponto levantado por ele é os escolanovistas conseguindo neutralizar a influência dos católicos na IV Conferência Nacional de Educação, promovida em 1931 [...] A associação entre escolanovistas liberais e movimento revolucionário teria não apenas levado os católicos à oposição, afastando-se da ABE e criando a própria Confederação Católica Brasileira de Educação, como ainda propiciado a Lourenço Filho, Anísio Teixeira e ele próprio, Fernando, a oportunidade de realizar uma administração transformadora à frente, respectivamente da direção geral do ensino em São Paulo (1930-1931), Distrito Federal (1931-35) e de novo em

São Paulo (1933), em continuidade às reformas inovadoras da década de 1920.

A Constituição de 1934 dedicou uma atenção especial à Educação e à Cultura, pois pela primeira vez uma constituição brasileira reservava um capítulo a esses temas. Ribeiro (1993) e Hilsdorf (2003) afirmam que a Constituição de 1934 procurou atender os interesses de grupos antagônicos, como os católicos, que na Assembleia Constituinte estavam representados pelos deputados da Liga Eleitoral Católica em defesa dos direitos da família e da Igreja, contrariando os renovadores, que incluíam os escolanovistas, os representantes anticlericais — maçons e protestantes — e a esquerda socialista, os quais defendiam a escola gratuita, obrigatória, laica e coeducativa; havia ainda os representantes dos empregadores, que defendiam a escola técnica-profissional. Vale destacar ainda que a educação foi tratada como um direito de todos, como é possível observar na Constituição de 1934.

[...]

Art 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcional-a a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, p.139).

Em 1937, Getúlio Vargas estruturou, por meio de um golpe, o chamado Estado Novo, criou instituições tecnoburocráticas e concentrou o poder, acentuando o caráter autoritário e nacionalista que já podia ser percebido desde o Governo Provisório. No campo educacional, o governo necessitava de um sistema de ensino que reforçasse os valores atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho. Como disse Hilsdorf (2003, p.99), “[...] as linhas ideológicas que definem a política educacional do período vão se orientando pelas matrizes instituintes do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização”. A prioridade foi atribuída ao ensino secundário técnico, nas modalidades agrícola, industrial e comercial, na perspectiva de capacitar a mão de obra para o mercado interno. Embora o ensino técnico fosse nitidamente destinado aos menos favorecidos, não comprometeu em nada a antiga separação que havia entre o ensino destinado às elites e o ensino oferecido às camadas populares (HILSDORF, 2003).

Em 1946, teve início o chamado período de redemocratização. Em termos educacionais, questiona-se até que ponto esse período foi redemocratizador.

Estudos recentes apontam para o que chamam de continuísmo das questões levantadas nas décadas de 20 e 30. A Assembleia Constituinte que trabalhou na elaboração da constituição de 1946 era formada, na sua maioria, por deputados do Partido Social Democrático (PSD), defensores da política varguista, e da União Democrática Nacional (UDN), opositores de Vargas e defensores do capital estrangeiro. As questões educacionais foram debatidas à luz do velho discurso entre católicos conservadores *versus* liberais:

[...] os católicos conservadores posicionando-se contra o que chamam de “monopólio” do Estado no oferecimento da educação gratuita e obrigatória e a favor do ensino de religião na escola pública e a liberdade de ensino, e os liberais defendendo a educação neutra, única, mista, leiga, gratuita e obrigatória, oferecida pelo Estado como parte de seus deveres sociais (HILSDORF, 2003, p. 108).

Em 1946, Clemente Mariani assumiu o Ministério da Educação e Saúde e convocou uma comissão composta por pioneiros para elaborar o anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O documento foi elaborado com uma proposta liberal e descentralizadora e foi apresentado à Câmara de Deputados em 1948. O esboço sofreu grande rejeição por parte de Gustavo Capanema, líder do PSD e defensor de uma política educacional centralizadora, e os debates se concentraram na antiga disputa entre “descentralização *versus* centralização”, desviando mais uma vez o foco do iminente problema, que era tornar o ensino acessível aos 50% de analfabetos que havia no Brasil. A oposição apresentada por Capanema serviu para postergar o projeto de LDB, que só foi retomado na década seguinte e aprovado por meio da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (HILSDORF, 2003).

4.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 60 E 70

Pensar a educação brasileira na década de 60 é, em um primeiro momento, percebê-la como continuidade de uma política educacional que já vinha sendo desenvolvida ao longo do chamado período de redemocratização. O período que antecedeu os anos 60 foi marcado por intensos e conflituosos debates entre defensores da escola pública, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandez, entre outros, e grupos que defendiam as instituições privadas, como empresários e, especialmente, a Igreja católica. Desses debates, resultou o manifesto de 1959, como descreve Pasinato (2013, p.8).

[...] O Manifesto de 1959 não foi favorável ao monopólio do ensino pelo Estado, como quiseram fazer crer à opinião pública os defensores do ensino privado. Pelo contrário, foi favorável à existência das duas redes, pública e particular; mas propunha que as verbas públicas servissem somente à rede pública e que as escolas particulares se submetessem à fiscalização oficial [...].

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) valorizou o ensino técnico-profissional. Na visão dessa gestão, não apenas o ensino secundário deveria profissionalizar, mas até o ensino primário deveria educar para o trabalho. Dessa forma, o papel do ensino público ficou sujeito aos desígnios do mercado de trabalho. O governo de Juscelino foi marcado por muitos tropeços no campo educacional. Os recursos do orçamento da União, destinados à educação, não ultrapassaram a marca de 6,10%. O ensino primário continuou com mais de 45% de professores leigos. A maneira como o presidente brasileiro conduziu o sistema educacional o manteve elitista e antidemocrático, tanto quanto foi o governo de Dutra e Vargas, segundo Pasinato (2013).

A LDB aprovada em 1961 se apresentou com um perfil conciliador na medida em que procurou atender tanto as reivindicações feitas pelos liberais quanto as dos católicos. Ficaram evidentes os limites do liberalismo democrático que havia inspirado a nova legislação que definiria, do ponto de vista ideológico, o período. O que teve de mais inovador na década de 60 foi resultante de movimentos populares, entre quais se destacam os movimentos de propagação da cultura popular, como os Centros Populares de Cultura (CPC), ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE). Adotaram-se iniciativas relacionadas à educação de adultos, como o supletivo; o Movimento de Educação de Base (MEB), sustentado pela Confederação de Bispos do Brasil, com atuação especialmente nas áreas rurais, através da radiodifusão, e o método de alfabetização em 40 horas, proposto por Paulo Freire, que pretendia, por meio da alfabetização e da conscientização, inserir o discente no processo histórico (HILSDORF, 2003).

O movimento de alfabetização de adolescentes e adultos que aconteceu em 1963 estava ligado a uma didática com um perfil político, pois a ideia era promover uma educação revolucionária das massas. No I Congresso Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, cristãos e socialistas apresentaram intenções comuns, ao desejarem uma juventude intelectualizada, uma vez que pretendiam, ao mesmo

tempo, combater o analfabetismo e promover a conscientização da luta de classes (ARAÚJO, 2005). Em 1964, os debates sobre o papel transformador que a educação poderia exercer sobre a sociedade foi amplamente difundido, com a prática da chamada educação libertadora, de Paulo Freire, pois se acreditava que o indivíduo poderia sair da condição de objeto para ser um participante ativo dentro da dinâmica política e histórica. Esse movimento foi intensamente reprimido após a ascensão dos militares ao poder por meio do golpe de 1964. Em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com um caráter altamente cívico (ARAÚJO, 2005).

Na visão de Saviani o golpe de 1964 foi resultado da associação de políticos udenistas e de militares que desejavam ajustar o modelo político ao modelo de internacionalização da economia. O governo militar teve, desde o início, um caráter centralizador e coercitivo; no campo econômico, uma política desenvolvimentista sustentada pelo capital estrangeiro. Nesse período, o país conheceu o famoso “milagre econômico” que, na prática, poderia ser sintetizado na frase de um governante da época “o povo vai mal, mas a economia brasileira vai bem”. Os interesses e necessidades do povo não eram prioridade e sim os interesses de grupos estrangeiros que passaram a dominar a economia nacional. O novo regime precisava, além de promover o desenvolvimento econômico, garantir a ordem pública, social e combater as ideologias estrangeiras, especialmente a comunista, vista como uma ameaça aos valores morais, religiosos e à cultura tradicional, (HILSDORF, 2003).

No campo educacional, as políticas adotadas cuidaram da adequação da educação ao modelo desenvolvimentista e de segurança nacional. Para alcançar tal propósito., utilizaram ideologia liberal, alegando que estavam investindo no “capital humano”. A habilidade e os conhecimentos obtidos pela escolarização é o capital humano e, portanto, se investissem nesse capital, conseqüentemente, obteriam o desenvolvimento pessoal e social. Na década de 60, agências estrangeiras passaram a ofertar e financiar programas de apoio educacional, especialmente norte-americanas, com a propaganda de que graus elevados de escolaridade proporcionavam ascensão social. Na verdade, esses programas beneficiavam muito mais os países financiadores que os países assistidos, pois eram usados como um meio para expansão dos mercados e controle ideológico. Esses programas tendiam

a desenvolver conteúdos e práticas de valorização das áreas tecnológicas, enquanto as humanidades e ciências sociais perdiam o *status* (HILSDORF, 2003).

No período entre 1964 e 1968, foram assinados 12 acordos entre o Ministério de Educação e Cultura e a agência estadunidense *Agency For International Development* (USAID), com o objetivo de identificar e resolver os problemas educacionais do Brasil. Para conduzir a educação nos moldes pretendidos pelos grupos estrangeiros, foram realizadas as seguintes reformas: a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como reforma universitária, e a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que realizava mudanças no ensino secundário e elementar. Essas reformas afastaram a educação do contexto social e político, o ensino passou a ser pensado de cima para baixo, em uma perspectiva tecnicista, para atender os interesses dos acordos firmados entre o MEC-USAD e desarticular as iniciativas populares.

Na década de 1970, o regime militar no Brasil alcançou seu ápice. O governo ditatorial passou a reprimir de forma violenta todos os movimentos de oposição, restringiu as liberdades e comprometeu o exercício da cidadania. O governo tinha pretensão desenvolvimentista, pois o país passava por uma fase de acelerado desenvolvimento industrial e econômico. O mercado de trabalho passou a exigir trabalhadores tecnicamente qualificados para atender a demanda. Embora tivesse uma proposta educacional tecnicista, na prática o país produzia mão de obra exígua, de acordo com Furlan (2013).

Segundo Furlan (2013), a década de 70 iniciou com governo do então General Garrastazu Médici, que esteve no poder no período entre 1969-1974 e conduziu o país com foco no chamado desenvolvimento econômico, mas não atribuiu à educação a organização e o funcionamento necessário. Propôs novas ideias e políticas educacionais com a intenção de alinhar o sistema educacional à política autoritária e repressora imposta pelo regime militar. A proposta de uma educação promissora, obrigatória e gratuita tornou-se impraticável em curto prazo, em função das medidas adotadas. A Lei 5.692/71 apresentou uma nítida pretensão de colocar a educação a serviço dos interesses do mercado de trabalho, mas na prática esse objetivo falhou, pois a política repressiva de combate às liberdades tornou notório que, mais uma vez, a educação estava sendo usada para formar uma sociedade em

que prevaleciam os interesses de grupos políticos e econômicos. Para sustentar este ideal o governo militar se amparou nas Leis nº 5.540/68 e 5.692/71.

Apresentando uma nova estrutura da educação fundamental, o presidente Médici, definiu uma ruptura com a educação. Com a 5.692/71, o governo pretendia inaugurar uma nova era na educação, promovendo entusiasmo entre os educadores, propondo inovações científicas e tecnológicas, despertando assim um cenário de mudança. Apesar de ser divulgado como um projeto audacioso, a implementação desta Lei não foi sustentada pelo próprio regime militar, não alcançando o anunciado. O general Médici, o ditador da vez, acenava como um presidente disposto ao diálogo, mas a realidade se configurou num cenário de falsa democracia, de limitações, perseguições, intolerância, tortura e exílio. Portanto, reiterava-se o cenário dos “anos de chumbo”. (FURLAN, 2013, p.6)

O chamado “milagre econômico” era usado como a “vedete” do regime. A economia do país crescia de modo acelerado, embora os salários dos trabalhadores continuassem muito baixos. A mídia oficial se encarregava de produzir e divulgar uma imagem de nação bem-sucedida e vencedora. Os *slogans* ufanistas, exploravam principalmente a imagem da seleção de futebol, que havia vencido a Copa do Mundo de 1970 no México. No campo educacional, os livros didáticos foram transformados em instrumentos ideológicos do regime. O Hino Nacional e os desfiles cívicos eram usados para fomentar o nacionalismo, em um país controlado pelos militares, como destacou Furlan (2013). Vale destacar que essas práticas ainda permeiam o cotidiano escolar de nosso país, pois são resquícios do velho regime militar, institucionalizadas por leis como a Lei nº 12.031, de 21 de setembro de 2009, que tornou obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana em todas as escolas públicas e privadas de ensino fundamental.

Na educação, prevaleceu a pedagogia oficial — a liberal tecnicista —, que entendia o homem como um produto do meio. O ideal era construir uma sociedade industrial inspirada no “milagre econômico”. A educação priorizava a eficiência e a produtividade, com a finalidade de atender o mercado de trabalho. “Os alunos tinham uma formação educacional praticamente sem informação, mascarando sua realidade e vivendo sob as regras impostas, além de estarem sujeitos à ênfase no patriotismo” (FURLAN, 2013, p. 9). Professores e alunos também estavam sujeitos a serem duramente punidos se cometessem atos que fossem classificados como infrações disciplinares, pois o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 assim estabelecia (FURLAN, 2013).

No final da década de 1970, a economia brasileira entrou em crise e junto com a crise financeira veio também o insucesso da reforma contida na Lei nº 5.692/71, que previa mudanças modernas para a educação fundamental, pois o sistema educacional não tinha liberdade e nem professores qualificados. Os governos militares se preocuparam apenas em construir escolas com estrutura física deficitária, mas não investiu em qualificação profissional e em funcionalidade. Afinal de contas, o Estado militar primava pela efetivação do regime. Economia e segurança sempre foram priorizadas e a educação, como sempre, foi deixada como um assunto a ser tratado em segundo plano, segundo Furlan (2013).

4.3 MEMÓRIAS DE MARIA JULIANA FAVALESSA, PRIMEIRA PROFESSORA DE CÓRREGO ALEGRE

Com base em memórias, será feito um breve apanhado da história da educação no povoado de Córrego Alegre, relacionando-o com o cenário educacional do país naquele contexto. Para cumprir tal propósito, foram utilizadas, principalmente, mas não exclusivamente, as memórias de Maria Juliana Favalessa Frinhane²⁶, que foi a primeira professora do povoado no início da década de 1960. As evidências históricas apontam que o povoado de Córrego Alegre teria surgido na segunda metade do século XIX, no período em que estavam construindo a linha telegráfica entre Linhares e São Mateus, como foi citado anteriormente.

Maria Juliana Favalessa, ao relatar sobre sua, infância assim se pronunciou:

Nasci em Capitão que era município de Linhares. Eu nasci em 19 de fevereiro de 1937, porém nos meus documentos, meu pai registrou 01 de março de 1937. Eu não sei por que naquela época trocavam as datas. Para os documentos eu considero essa data de 01 de março de 1937, mas eu comemoro meu aniversário em fevereiro. Me lembro que minha mãe morreu quando eu tinha onze anos de idade, só que eu quase não convivi com ela, por que meus pais moravam na roça, no Córrego do Ouro e lá não tinha escola e eu ficava na casa de minha avó para poder estudar (informação verbal, FRINHANE, 2016)

A falta de escolas nos pequenos povoados do interior do país era um problema comum no Brasil, no início do século XX, especialmente no norte do Espírito Santo, que teve colonização tardia, como citado anteriormente. Esse problema afetou

²⁶ Maria Juliana Favalessa Frinhane mudou-se para Córrego Alegre em 1962 e foi a primeira professora do povoado. Relato oral recolhido em 21 janeiro de 2016 e transcrito na íntegra.

diretamente a vida de Maria Juliana que, para estudar, teve que abandonar a casa de seus pais e morar com sua avó, para ter acesso ao ensino primário. Segundo Goldemberg (1993), de norte a sul do Brasil um dos grandes desafios era universalizar a educação básica. Havia — e em certa medida ainda há — a necessidade de uma expansão intensa e permanente do sistema escolar que desse — e dê — conta de incluir a população que antes não tinha acesso à educação formal e, ao mesmo tempo, absorver a crescente demanda do número de crianças. Até a década de 1950, apenas 36,2% das crianças de 7 a 14 anos tinham acesso à escola no país. A professora Maria Juliana Favalessa Frinhane relatou sobre sua formação escolar de fundamentação cristã, como é possível observar:

Aos doze anos, apareceu uma freira da Itália lá onde eu morava, olhou pra mim e falou: Juliana, você tem vocação pra ser freira, vamos comigo? Então ela me levou pra o Rio de Janeiro. Eu e a irmã dela fomos pra lá, pra o Colégio da Irmãs Carmelitas lá no Ascurra na beira do Ascurra que vai lá pra o Cristo Redentor. Era Escola Feminina de Artes e Ofício. Eu fiquei internada lá estudando, tive uma excelente professora de português era irmã Maria Carmem e ela falava sempre pra gente: quem não sabe verbo não sabe português. E eu aprendi muito com ela, fiquei um ano, tive que fazer admissão pra depois fazer primeira série. Quando eu fui fazer primeira série eu já estava com treze pra quatorze anos. Ela chegou pra mim e disse: Juliana vamos entrar para a congregação? Aí entrei pra congregação, fiquei dois anos como aspirante, aí já frequentava o refeitório delas, fazia leitura, já convivia no modo de vida delas. Foi muito bom na minha juventude, tá! Aí com dezesseis anos eu fui pra Mariana pra entrar pra congregação. Mariana, em Minas, era convênio. A superiora geral era lá em Mariana, aí eu fui pra lá. Aí eu lembro as minhas duas irmãs, depois eu vou te mostrar, foram e assistiram a minha recepção, cada peça daquele arco, que eu recebi da mão do bispo, tinha um significado. Só que, quando eu completei dezessete anos, eu fiquei oito meses lá no noviciário de Mariana, com oito meses eu comecei pensar na minha vida. Eu falava assim: Meu Deus, eu não tenho vocação pra ser freira, por que tenho que fazer voto de pobreza, castidade e obediência? Obediência, se a superiora geral me mandar pra um hospital, um orfanato, eu não tenho vocação pra isso. Então embuti coisas na minha cabeça, aí eu falava: como que eu vou sair desse convento aqui? Que era tudo fechado. Eu tinha um diretor espiritual, padre Ézio, eu falei pra ele: Padre Ézio, faltam quatro mês pra eu fazer votos, mas eu não quero ser freira. Como é que eu vou sair daqui? Ele falou assim: Vossa caridade — meu nome era irmã Maria Cleia de Loiola, já tinha deixado meu nome de lado, já tinha recebido esse nome —... Aí ele falou assim: Vossa caridade não tem uma cadernetinha? Então, escreve lá que a vossa caridade não quer fazer voto. que a vossa caridade quer ir embora. Tudo bem. Aí escrevi, botei na mesa da mestra de noviça na manhã seguinte ela me chamou, eu tive que ficar de joelho perante ela e a pergunta dela foi essa: irmã Maria Cleia, vossa caridade não quer ser freira? Eu disse: não! Eu não quero ser freira. Aí me tiraram aqueles hábitos todinho, né, botaram um vestido, me levaram pra Coronel Fabriciano, Minas Gerais, aonde eles tinham um colégio. Meu padrinho que morava em Capitão foi lá me buscar. Mas o tempo que eu passei com as irmãs foi o período da minha juventude. Eu fui liberta também de acontecer alguma coisa de mau comigo. Eu agradeço a Deus a formação religiosa e intelectual que eu tive com aquelas irmãs (informação verbal, FRINHANE, 2016).

Durante o século XIX e XX, as instituições educacionais controladas pela igreja tinham muito prestígio e atendiam, na maioria dos casos, filhos da elite brasileira (RIBEIRO, 1993). Não era incomum, portanto, crianças mesmo sem vocação seguirem a carreira eclesiástica ou frequentarem colégios religiosos. Ao retornar para casa, após abandonar a escola e a carreira dentro da ordem carmelita, Maria Juliana foi criticada por familiares, mas, como estava segura de sua decisão, resolveu voltar para casa do pai, pois havia passado boa parte de sua infância longe para estudar. Na casa de seu pai, Maria Juliana conheceu Geraldo Frinhane, com quem se casou e teve sete filhas.

Quando voltei para casa, meu pai me perguntou: Juliana, você quer morar com sua avó ou você quer morar comigo? Então eu respondi: Bom, pai, eu quase não morei com o senhor, eu preferia morar com o senhor. Só que ele já era casado pela segunda vez e a minha convivência com minha madrastra não deu certo, eu precisei sair. Foi lá que conheci meu marido, sentadinho lá no cantinho. Ele estava lá, a primeira vez que olhei pra ele assim, ele era meeiro de meu pai, ele e Benedito, eles eram dois irmãos e tinha uma irmã. Eles estavam sentadinhos lá na sala e eu passei, olhei pra ele e falei: esse vai ser meu marido e ele olhou pra mim e falou: essa vai ser minha esposa. E deu tudo certo, convivemos quase sessenta anos lutando com muito trabalho, muitas provações. A gente venceu. Agora eu tô aqui na solidão até quando Deus quiser (informação verbal, FRINHANE, 2016).

Depois de casada, Maria Juliana ainda muito jovem passou a atuar como docente em emergência ou professor leigo, como contou o seu esposo Geraldo Frinhane:

Vim para o Córrego alegre em 1962, o problema é que minha mulher era docente em emergência e quando criaram uma escola lá na região onde nós morávamos, em Desengano, interior de Linhares. Ela trabalhava só até terminar o ano, quando o ano terminava as vezes ela não conseguia aulas por que ela não era normalista e acabava ficando sem trabalho. Aí aconteceu que ela escolheu outra escola que também era no município de Linhares, mas em outra localidade e aí viemos para conhecer o lugar e quando chegamos os moradores da localidade disseram que não tinha escola, mas tinha muitas crianças e não tinha nenhum professor por aqui, nunca tinha vindo um professor a essa localidade. (informação verbal, FRINHANE, 2004)

Segundo Pasinato (2013), no início da década de 1960, 45% dos professores que atuavam no ensino primário eram leigos, ou seja, atuavam na educação sem ter a formação necessária para o exercício da função. Augusto (2010, p.1) define professor leigo da seguinte maneira:

[...] trata-se da pessoa que trabalha como docente, sem ter terminado o curso necessário que lhe permita obter o título correspondente ao nível de ensino em que leciona. São pessoas que lecionam sem ter concluído o curso que as habilitam ao exercício do magistério no nível de ensino em que atuam. O termo “Professor Leigo” é, de modo geral, empregado para

designar os que trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que não têm a formação em nível médio, na modalidade normal (antigo Magistério). De modo geral, os professores não habilitados lecionam em escolas localizadas em regiões de mais difícil acesso, nas zonas geográficas do país onde não existem faculdades ou universidades que possam frequentar (grifo do autor).

A atuação de professores leigos não é coisa do passado. Segundo Chapani (2011), atualmente existem milhares de professores sem licenciatura que atuam na educação básica. A situação é ainda mais agravante nas regiões norte e nordeste. Por essa razão, ao longo do tempo, foram adotadas várias medidas emergenciais para habilitar professores que já estavam no exercício da função, porém ainda não se resolveu o problema. Nesse aspecto específico, a LDB de 1996 foi uma grande conquista, pois se exigiu qualificação dos profissionais para atuar na educação básica.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017) (BRASIL, 1996)

Recentemente, foi aprovada a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016²⁷, sobre a Reforma do Ensino Médio, que apresentou mudanças sobre a formação dos profissionais que atuarão nessa etapa da educação básica e que tem provocado muitos debates entre especialistas, educadores e estudantes. A medida provisória representou um retrocesso na educação brasileira. Quero destacar três pontos a serem questionados nessa reforma, entre outros: em primeiro lugar, por ter sido aprovada em caráter de medida provisória, excluindo do processo os principais interessados — professores, alunos e especialistas em educação —, o que remete a pensar nas reformas feitas pelos militares na LDB de 1971; em segundo lugar, por possibilitar que a formação dos profissionais atuantes no Ensino Médio, especialmente na área técnica, dê abertura para várias interpretações e, principalmente, por deixar claro que não é necessário ter graduação para atuar nesse nível de ensino, pois os professores “[...] desse itinerário de formação poderão ser profissionais de notório saber em sua área de atuação ou com experiência profissional atestados por titulação específica ou prática de ensino [...]” (SENADO...,

²⁷ Sancionada como Lei nº13,415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017b).

2017).²⁸ É possível observar que o texto citado no documento oficial não especifica a formação necessária para atuação na formação técnica. É muito contraditório falar em melhoria da qualidade do Ensino Médio sem primar por qualificação profissional. Finalmente, em terceiro lugar, prevê-se uma formação limitada para os discentes, pois a formação que contempla todas as áreas de conhecimento notadamente tende a favorecer o indivíduo a escolher sua área de identificação. Considerando que os estudantes, quando chegam no primeiro ano do Ensino Médio, na maioria dos casos, não estão preparados para escolher a área de conhecimento que pretendem seguir na educação superior, é preciso que eles tenham acesso, nessa etapa, a todas as áreas de conhecimento, para terem condições de fazer com mais segurança a escolha da graduação. Tem-se a impressão de que, nesse novo projeto educacional pensado para os brasileiros, especialmente os da escola pública, não está inserido o acesso ao ensino superior, uma vez que esse modelo tecnicista se satisfaz apenas em formar operários, pois os intelectuais são desnecessários. Enfim, a questão de professores leigos, que sempre foi um problema no Brasil, como se percebe nas memórias, tem mais um capítulo obscuro. Mas voltemos às memórias.

A chegada de Geraldo Frinhane e de sua família para Córrego Alegre foi casual, como dito anteriormente, pois sua esposa, a professora Maria Juliana Favalessa Frinhane, havia escolhido uma escola no interior de Linhares para trabalhar, em um lugar chamado Córrego Alegre. No entanto, para surpresa da família, quando chegaram a Córrego Alegre não havia escola. Foi só então que tomaram conhecimento de que não se tratava desse Córrego Alegre, mas sim de outra localidade atualmente pertencente ao Município de Rio Bananal, que na época ainda pertencia a Linhares. O casal percebeu que, apesar de não ter escola, havia um número significativo de crianças e então buscaram apoio junto aos moradores da localidade e às autoridades políticas, como o então prefeito de Linhares, Armando Barbosa Quitiba, como é possível observar na narrativa da professora Maria Juliana:

²⁸ Foi alterado o art. 61 da LDB/96, com a inclusão do inciso IV, que passou a vigorar com a seguinte redação: Art. 61 Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: [...] IV profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36 (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017) (BRASIL, 2017).

Então fui a Linhares e conversei com o prefeito da época, o senhor Armando Barbosa Quitiba, e perguntei se ele poderia criar uma escola municipal no Córrego Alegre para eu trabalhar. A resposta dele foi a seguinte: você vai criar confusão porque o pessoal do Alegre quer que a escola seja feita no Alegre e o pessoal de Córrego D'Água quer que a escola seja feita lá. Eu disse para ele: Eu só quero saber se o senhor vai criar a escola e se o senhor vai me pagar. A resposta dele foi positiva: Claro, isso aí eu posso fazer. Então ele criou a escola, mas não tinha prédio, era uma barraca coberta de palha. Aos domingos, o pessoal da comunidade se reunia para fazer oração e durante a semana eu trabalhava. Eu não sei como consegui vencer aquela batalha, eram muitas crianças, muitas (informação verbal, FRINHANE, 2016).

Em março de 1962 começou a funcionar a escola municipal de Córrego Alegre, de forma improvisada, segundo Geraldo Frinhane, esposo da professora Maria Juliana.

Quando chegamos aqui, na verdade não tinha escola, tinha uma igrejinha de estuque coberta de palha da mata, de pindoba, e dentro da igreja não tinha banco, não tinha nada, tinha mesmo um altazinho e uma imagem de São Benedito. Aí a gente ficou perdido, como que iria dar aula e a primeira aula foi todo mundo sentado no chão. [...] e aí eu fui às serrarias que já tinha por aqui e pedi madeira para poder fazer os bancos, mas não ganhei madeira, ganhei casqueiros, aqueles refugos de lado. Aí eu fiz os cavaletes, coloquei os casqueiros e fiz aqueles bancos meio adoidados, mas deu para funcionar e com o desenvolvimento logo com uns três meses já estavam erguendo o colégio (informação verbal, FRINHANE, 2004).

Maria Juliana Favalessa Frinhane teria trabalhado durante todo o ano de 1962 na escola improvisada de Córrego Alegre. Quando foi concluída a construção da nova escola, a instituição deixou de ser municipal e passou a ser estadual, funcionando com duas salas em dois turnos. Nesse contexto, a então professora Maria Juliana perdeu a vaga.

Comecei a trabalhar na escolinha do Córrego Alegre em março de 1962, quando foi no mês de junho a dona Rezí, que naquela época era a delegada de ensino, me chamou e falou: Juliana, nós vamos criar uma escola estadual no Córrego Alegre, se você perder a sua vaga você vai criar caso? Minha resposta foi não. Assim como consegui essa vaga vou procurar trabalho em outro lugar. Aí trabalhei aquele ano todo, de março a dezembro, e quando a escola nova ficou pronta, tinha duas salas e funcionava em dois turnos, aí perdi a vaga. Quem assumiu a escola foi a Elza Pianna. Ela nem veio trabalhar, mas como eu não era efetiva, não pude ficar com as aulas, consegui trabalho no Córrego Farias, um distrito no interior do Município de Linhares. No Farias eu trabalhei durante três anos, inclusive me mudei para lá, pagava aluguel e eu recebia de ano em ano, quem pagava o aluguel era o meu marido que trabalhava com a barbearia e tirando madeira, era ele que sustentava (informação verbal, FRINHANE, 2016).

Para surpresa e alegria da professora Juliana, ainda na década de 1960, uma lei estadual tornou possível a efetivação de professores com base no tempo de serviço prestado ao Estado.

No segundo ano que eu estava trabalhando no Farias, o deputado Emir de Macedo Gomes conseguiu uma lei de efetivação para quem tivesse cinco anos de serviço. Mas eu não consegui, porque eu ainda não tinha completado os cinco anos de serviço. Mas eu pensei assim: tenho fé em Deus que no próximo ano ele vai conseguir uma lei mais mansa e aconteceu no ano seguinte ele conseguiu uma lei que estabelecia que quem tivesse três anos de tempo de serviço seria efetivado. Naquela época, eu não era normalista, era só docente de emergência, mas mesmo assim consegui me efetivar. Ajoelhei-me e agradei a Deus e disse: agora vou procurar minha escolinha que eu trabalhei para criar, lutei e agora Deus está me dando a recompensa. Consegui voltar para a escola do Córrego Alegre. O tio do meu esposo foi buscar minha mudança, nessa ocasião meu marido já havia comprado esse terreno onde nós moramos, lá no final tinha uma barraca coberta de tabuinhas onde nós moramos algum tempo. Quando o tio dele chegou com minha mudança ele olhou assim para a barraca e falou: Maria, você tem coragem de morar aqui? Se der um temporal isso aqui voa tudo. Trabalhei dez anos na escolinha do Alegre. Depois que me efetivei eu comecei a fazer o magistério em Linhares, trabalhava de manhã e estudava à tarde, inclusive eu fiz o magistério junto com minha filha mais velha, ela já faleceu, nós nos formamos em 1974, foi uma luta que valeu a pena, pois eu era efetiva por lei, mas ainda não tinha o magistério (informação verbal, FRINHANE, 2016).

Josenir Farias narrou que sua família teria chegado a Córrego D'Água em 1962 e na ocasião ele tinha apenas 12 anos de idade, tendo sido aluno da escolinha de Córrego Alegre. Ele se lembra da professora.

Quando eu cheguei aqui eu estava no 1º ano, porque onde eu morava era muito difícil estudar. Eu estudei na escolinha do Alegre, em Córrego D'Água não tinha escola. A escola que eu estudava era uma casinha de estuque, daquelas casas barreadas a mão. Depois construíram a igreja, quando eu estava no 3º ano, fui estudar na igreja porque aumentou o número de crianças. Minha professora foi a dona Juliana. (informação verbal, FARIAS, 2016)

Esmael Nunes Loureiro também foi aluno da escolinha do Alegre na década de 60 e faz uma breve descrição das condições de ensino-aprendizagem nesse contexto:

Minha primeira professora foi a dona Maria Juliana Favalessa Frinhane, ela era a única professora do distrito. Naquela época havia grande dificuldade de conseguir professores. As salas eram divididas em quatro, pois numa mesma sala estudavam alunos de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries todos juntos. [...] E assim eu aprendi a ler e escrever. Em seguida o então deputado Emir de Macedo Gomes criou a escola que na época era Escola Reunida de Córrego Alegre (informação verbal, LOUREIRO, 2016)

Segundo narrativa de Maria Juliana, no povoado de Córrego Alegre só tinha o ensino primário e assim que era concluído pelas crianças da localidade, elas tinham muita dificuldade para dar continuidade aos estudos, pois para fazerem o ginásio e o colegial tinham que se deslocar para a cidade de Linhares. Não havia transporte escolar e pagar as passagens era inviável para a grande maioria dos pais. Frinhane

(2016) assim contou: “[...] minhas filhas precisavam estudar em Linhares, ficavam pelas casas dos outros para pode estudar, porque eu não tinha condições de pagar as passagens de ônibus, só a minha filha mais velha que ia e voltava todos os dias” (informação verbal).

A professora Maria Juliana também atuou como monitora do Programa Minerva, que funcionou na localidade de Córrego Alegre na década de 1970. O projeto funcionava no turno noturno e se destinava especialmente ao público de adolescentes e adultos. Segundo Bernardi (2014), o Projeto Minerva foi implantado no Brasil durante a ditadura militar. Na ocasião foi o maior programa de ensino a distância por meio da radiodifusão. O programa teve início na década de 1970 e funcionou até meados dos anos 80. Foi um plano de governo com objetivo de promover o ensino a distância por meio do rádio e contou com cobertura nacional.

Num país onde há falta de escolas, de material didático e até lápis e caderno, só por intermédio dos mais eficientes recursos de comunicação de massas é possível estender a todo o povo os benefícios da cultura. Partindo desse princípio, a 29 de setembro de 1970 foi assinada uma portaria criando o Projeto Minerva — assim batizado em homenagem à deusa da sabedoria. Trata-se de uma programação educativa e cultural executada pelo serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. O rádio foi escolhido como instrumento, pelo seu baixo custo. E o primeiro programa foi ao ar no dia 4 de outubro de 1970 (COUTINHO, 1971, apud BERNARDI, 2014, p.1).

O Projeto Minerva destinava-se à complementação do trabalho, à educação supletiva de adolescentes e adultos e à educação continuada. Os objetivos gerais eram informar e formar, pelos meios de comunicação de massa, com finalidade educativa e cultural. O objetivo específico era ministrar cursos e programas diversos para todo o território brasileiro. Para que as aulas fossem transmitidas a todas as regiões do Brasil, eram necessários convênios com entidades, como Agência Nacional para transmissão em cadeia nacional, via Embratel. O som partia da rádio do Ministério de Educação. Nas áreas em que a Embratel não operava, o Projeto Minerva chegava gravado em fitas magnéticas e a emissora mais potente da região fornecia o som às demais (BERNARDI, 2014).

A efetivação do Projeto Minerva tornou-se viável por três principais motivos: em primeiro lugar, a política autoritária do regime militar, por meio de imposição, tornou obrigatória a transmissão de programas educativos em todas as emissoras de rádio, enquanto as equipes governamentais se encarregavam de produzir uma

programação de modo a difundir a ideologia do regime ditatorial. O segundo fator foi o “milagre econômico”, pois o crescimento econômico do país tornou possível o investimento em telecomunicações e pôde colocar em funcionamento uma rede de transmissão através de telefonia, permitindo o envio dos programas educativos às regiões do país que não possuíam cobertura radiofônica. O terceiro motivo consistiu na reforma educacional, que sucateou a educação pública e incentivou o sistema privado, implantando uma didática tecnocrata com a finalidade de desenvolver um sistema de ensino para atender o mercado de trabalho. Sobre o Projeto Minerva, a professora Maria Juliana Favalessa Frinhane relatou:

Eu era monitora do Projeto Minerva no Córrego Alegre, na época eu trabalhava como professora primária de manhã, à tarde eu estudava em Linhares, fazia o magistério, e à noite eu trabalhava no Projeto Minerva. No projeto, as aulas eram pelo rádio. Quando chegava o horário, eu pegava o rádio e levava para a escola, as aulas funcionavam na mesma escola que eu trabalhava de manhã. A minha turma tinha seis alunos, eram adultos, rapazes e moças. Eles ouviam as aulas e se tivessem alguma dúvida eu procurava esclarecer, eu tive sorte no projeto, dois de meus alunos conseguiram passar. Porque funcionava assim, eles ouviam as aulas e depois faziam uma prova, se tirassem uma média mínima pré-estabelecida, então eram aprovados, o projeto equiparava ao antigo ginásio. Foi muito bom trabalhar no Projeto Minerva, ganhei experiência, acho que tive sucesso. Não me lembro muito bem, mas acho que a contratação para trabalhar no projeto era feita pelo Município, não me lembro o valor do salário que eu recebia, mas se equiparava ao que um professor regente de classe comum recebia, mas me lembro que o que eu ganhava me ajudava muito. Me lembro que na véspera de meu aniversário minha turma fez uma festa para mim, foi muito animado. Às vezes quando eu não podia ir dar aula minha filha ia no meu lugar, ela fazia magistério junto comigo.(informação verbal, FRINHANE,2016)

O período em que Maria Juliana Favalessa Frinhane atuou como professora em Córrego Alegre coincidiu com o período em os militares estavam no poder. Nessa época, a educação passou a ser usada como um instrumento de difusão da ideologia ditatorial entre crianças e jovens. Buscou-se também justificar o golpe de Estado, alegando ser, na verdade, uma “revolução” necessária que salvaria a nação do perigo comunista. Algumas medidas foram adotadas para cumprir tal propósito: retorno da disciplina de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil ao currículo escolar, com a finalidade de adequar os estudantes aos interesses do regime e despertar atitudes de civismo; retorno de atividades, como a execução do Hino Nacional, hasteamento da Bandeira Nacional, apresentações culturais relacionadas a datas comemorativas, desfiles cívicos etc. Com o

desenvolvimento dessas atividades, pretendiam transformar os alunos em cidadãos comprometidos com a pátria e com seu crescimento (PLÁCIDO, 2014).

Na escola em que a professora Maria Juliana atuava era muito comum realizações de desfiles cívicos, como é possível observar na Fotografia 5, que retrata um desfile cívico realizado em 1976, realizado por funcionários e alunos da Escola de Primeiro Grau Córrego Alegre, com a participação de uma banda cívica de Linhares. O número de participantes e espectadores evidencia o crescimento populacional da localidade

Fotografia 5 – Desfile cívico realizado em 1976 por funcionários e alunos da Escola de Córrego Alegre



Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Frinhane.

4.4 MEMÓRIAS DE MARIA BALDI DE OLIVEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CÓRREGO D'ÁGUA

Maria Baldi de Oliveira e sua família também foram personagens ativos e de relevância para a história da educação na região que atualmente corresponde ao Município de Sooretama.

Eu nasci em 4 de julho de 1939, em Capitão do Meio, situado na zona rural, no Distrito de Desengano, localizado ao sul do Município de Linhares/ES. O meu pai se chamava Aristides Leite de Oliveira e minha mãe Maria Baldi de Oliveira. Juntos meus pais construíram uma família com 10 filhos, eu sou a filha mais velha. Estudei os primeiros anos da escola primária lá em Capitão mesmo, na escola da professora Domingas Maria Possato Favalessa nos anos de 1947, 1948 e até outubro de 1949 e concluí o 1º ano A, B, C. Em 24 de outubro de 1949, com 10 anos, mudei para a localidade chamada Tombador, situada no meio da mata virgem, a 25 quilômetros da sede do Município de Linhares e a cinco quilômetros de Córrego Alegre, hoje Sooretama. Eu que sempre sonhei em ser professora estava sem condições para continuar os estudos. No ano seguinte, em 1950, meu pai teve a iniciativa de reunir alguns moradores da comunidade e construir uma pequena capela e a primeira escola para seus filhos e os filhos dos moradores a maioria deles descendentes de índios e de negros. Nessa escola eu cursei a 2ª, 3ª e 4ª série. A primeira professora dessa escola se chamava Dinorá e a segunda era Clemência. As professoras ficavam hospedadas na nossa casa, não tinha como elas retornarem para casa todos os dias. Depois que a professora Clemência deixou de trabalhar nessa escola, foi a Lady Fernandes que passou a trabalhar lá e também morou em nossa casa. Isso já era o ano de 1956. A partir desse ano passei a estudar particular e fazer um treinamento para docente leigo (informação verbal, OLIVEIRA, M. B., 2016).

A partir de 1954, quando ocorreu a inauguração da ponte Getúlio Vargas, sobre o rio Doce em Linhares, ocorreu um grande crescimento demográfico no norte do Estado do Espírito Santo e faltavam professores nas escolas da zona rural. Diante dessa situação, Maria Baldi disse que a Secretaria Estadual de Educação adotou a seguinte medida:

Para resolver o problema de falta de professores, a Secretaria Estadual de Educação promoveu treinamento para pessoas não habilitadas no curso normal (normalista). Então fui convocada pela Delegacia de Ensino de Linhares para fazer este curso. Se caso fosse aprovada poderia assumir uma sala de aula como Regente de Emergência (leigo) em escolas da zona rural. No final do curso fui aprovada e recebi autorização para assumir como regente de classe a escola Singular de Tombador no interior do Município de Linhares. Eu tinha 18 anos incompletos. Eu morava próximo à escola e ao receber a notícia reuni a comunidade para comunicar aos pais. Fui muito bem-aceita e a partir de 1957 comecei uma nova missão em minha vida, foi o primeiro passo em direção à realização de meu sonho. Todos os anos no período de férias, a Secretaria de Estado de Educação promovia treinamento para todos os regentes de classe, docentes de emergências

leigos de todas as escolas da zona rural de todos os Municípios do Espírito Santo (informação verbal, OLIVEIRA, M. B., 2016).

Quando Maria Baldi de Oliveira já tinha mais de sete anos de tempo de serviço, o então governador do Espírito Santo promulgou uma lei que efetivava todos os docentes de emergência leigos (DEL) que tivessem mais de cinco anos de serviço prestado na regência de classe, com carga horária igual a 180 dias letivos, com 800 horas por ano nas escolas singulares da zona rural no Estado. A partir de 1965, ela foi beneficiada por essa lei e foi designada a ocupar o cargo de docente primário efetivo, atuando no período entre 1965 e 1971 na escola que foi construída por seu pai, na localidade de Tombador. Uma das dificuldades encontradas para quem trabalhava na zona rural era o sistema de avaliação

As provas finais vinham empacotadas e lacradas da Secretaria Estadual de Educação e entregues nas Delegacias Regionais de ensino, que repassam às escolas da zona rural. Esses pacotes só poderiam ser abertos na hora de aplicar a prova e depois de aplicadas deveriam se empacotadas e lacradas para serem corrigidas e avaliadas pela Delegacia de Ensino e depois devolvidas para as escolas com os resultados de alunos aprovados e reprovados. Os inspetores escolares faziam avaliação dos regentes de classe (informação verbal, OLIVEIRA, M. B., 2016).

A chegada da merenda escolar nas escolas da zona rural trouxe alguns benefícios para os discentes, mas para o professor houve um aumento em suas funções, pois inicialmente não havia nas escolas funcionários para cuidar da limpeza do espaço e preparo da merenda escolar.

Com a chegada da merenda escolar, a educação melhorou principalmente a frequência, mas toda professora era obrigada a preparar a merenda antes de iniciar a aula ou arranjar alguém da comunidade para fazer gratuitamente. Outra dificuldade que enfrentávamos era que os professores docentes de emergência leigos trabalhavam o ano todo e só recebiam o pagamento no final do ano (informação verbal, OLIVEIRA, M. B., 2016).

Peixinho (2011) esclarece que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, colaborou para o desenvolvimento da aprendizagem e para o rendimento escolar dos estudantes, como também fomentou o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.

Em 1971, Maria Baldi de Oliveira assumiu a direção da escola do povoado de Córrego Alegre. Nesse mesmo ano, ela se mudou para o vilarejo com sua família e, devido à localização, as margens da BR-101, ela teve a oportunidade de retomar os seus estudos, pois o deslocamento para a cidade de Linhares tornou-se mais

acessível. No ano de 1972, Maria Baldi participou de um concurso de remoção e transferiu sua cadeira de regente de classe para outra escola, que ficava a dois quilômetros do povoado de Córrego Alegre, numa localidade denominada Bom Jesus da Lapa. Para trabalhar diariamente, ela fazia o percurso de bicicleta. No final do ano de 1972, Maria Baldi teve que se afastar do trabalho por problemas de saúde, ficando fora da regência de classe, e posteriormente, devido ao seu problema de saúde, passou a trabalhar na secretaria da Escola Estadual Bartovino Costa, na cidade de Linhares (informação verbal, OLIVEIRA, M. B., 2016).

No ano de 1973 assumiu novamente a direção da escola de Córrego Alegre e permaneceu até o ano de 1978, quando assumiu o cargo de inspetora escolar no Núcleo Regional de Educação de Linhares. Nessa mesma ocasião mudou-se para o povoado de Córrego D'Água. Em 1979, Maria Baldi assumiu a direção da Escola de 1º Grau Córrego D'Água, que havia sido construída no início da década de 1970 (informação verbal, OLIVEIRA, M. B., 2016).

Segundo Santiago (2004), as crianças que viviam em Córrego D'Água no início da década de 1970 encontravam muitas dificuldades para estudar, pois era necessário seu deslocamento para Córrego Alegre, que ficava um pouco distante, a aproximadamente dois quilômetros. Assim, passaram a reivindicar, junto às autoridades de Linhares, a construção de uma escola em Córrego D'Água. No entanto, as autoridades de Linhares alegavam que não seria possível a construção de outra escola na região, pois já existia uma escola em Córrego Alegre e não haveria alunos suficientes. O então vereador Manassés Pereira dos Reis os orientou para que fizessem um levantamento do número de alunos. Esse levantamento foi feito pelo sobrinho do senhor José Marques, o Evanderlan Marques. Com a conclusão do levantamento, ficou constatado que havia um número considerável de alunos e que, portanto, era viável a construção de uma escola em Córrego D'Água. Os irmãos José Marques de Oliveira e Álvaro Marques de Oliveira doaram o terreno para a construção da escola. Foi construída então a Escola Singular de "Córrego D'Água", que contava com duas salas de aula. Posteriormente recebeu o nome de Escola Reunida de "Córrego D'Água" (Decreto nº 61/N, de 24 de fevereiro de 1970). Nesse mesmo ano, foi criado o Ensino Fundamental nessa escola (Portaria nº403, de 1º de outubro de 1970). A escola ficou sem diretor por algum tempo, contando apenas com um quadro de quatro funcionários: três professores e uma servente. A

primeira diretora dessa escola foi a senhora Ana Rosalina Falqueto Cabideli (Portaria nº143, de 29 de fevereiro de 1972). A partir de 1975, a escola passou a chamar-se Escola de 1º Grau Córrego D'Água. Com o acelerado crescimento demográfico, que aconteceu em poucos anos, a escola já não atendia a demanda de alunos. Então, com o apoio do então deputado estadual Emir de Macedo Gomes e do então secretário de Educação do Estado Stélio Dias, foi construído um novo prédio, inaugurado em 1981. A partir dessa data, a escola passou a se chamar Escola de 1º Grau "Armando Barbosa Quitiba" (Portaria nº 1579, de 18 de setembro de 1981). A escola recebeu esse nome em homenagem ao senhor Armando Barbosa Quitiba, prefeito de Linhares no período (SANTIAGO, 2004).

José Marques de Oliveira explanou sobre sua chegada ao lugarejo de Córrego D'Água e sobre o terreno que doou para construção da primeira escola do povoado como é possível observar:

É mais ou menos assim quando eu cheguei, foi há 45 anos, aqui era Córrego D'Água, só tinha umas seis ou sete casinhas na beira da pista, a pista era de chão e aqui perto da caixa d'água era lavoura, cafezal, lavoura de mandioca, era isso aí. Aí naquele tempo eu tinha carro, eu ia à roça comprar banana, comprar coisas e entregar compras. Aqui não tinha nada, aqui onde é o grupo escolar um alqueiro de terra era nosso, eu e meu irmão compramos e loteamos, onde é o grupo escolar chamado Quitiba, nós que doamos aquele terreno quatro lotes, uma grande área que eu e o Álvaro doamos para construir a escola. (informação verbal, OLIVEIRA, J. M., 2015)

Fotografia 6 – Escola Reunida de Córrego D'Água construída na década de 70



Fonte: Sooretama, sua origem, sua história. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/158210671025099/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

No decorrer da década de 70, o povoado de Córrego D'Água passou por um acelerado crescimento demográfico, motivado pela pavimentação da BR-101 e pelas atividades econômicas ligadas à exploração da madeira, o que atraiu muitos moradores. Em 1979, quando Maria Baldi de Oliveira assumiu a direção da Escola de 1º Grau Córrego D'Água, a escola já não atendia a demanda, segundo Santos e Cunha (2006). A igreja católica colaborou cedendo o seu espaço físico para atender à crescente busca dos pais que aspiravam a vagas na escola para os filhos, mas com a crescente solicitação nem mesmo o espaço cedido pela igreja foi suficiente, sendo necessário improvisar mais salas de aula por todo lado, até mesmo em casas de alguns moradores, em galpões madeireiros, em barracos e em outros lugares. Diante dessa necessidade, Maria Baldi reuniu a comunidade e apresentou a situação ao poder público e ao Núcleo Regional de Educação, solicitando a construção de uma nova escola. A reivindicação foi aceita e em 1981 foi inaugurada a nova escola de Córrego D'Água.

4.5 MEMÓRIAS DE VALDETE MARQUES DE OLIVEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CÓRREGO D'ÁGUA

Valdete Marques de Oliveira²⁹ mudou-se para Córrego D'Água em 1969, quando já era jovem e havia concluído o magistério. Sobre sua infância e vida escolar, ela relatou:

Nasci no Município de Pancas no Espírito Santo e depois fomos pra Cedrolândia. Logo depois nos mudamos pra Conceição do Quinze, lá fiz o primário, lá se chamava primário, depois fui pra Colatina e estudei a quinta série, se falava quinto ano, e depois fomos pra Barra de São Francisco onde eu fiz o ensino fundamental e me formei, fiz o magistério e a contabilidade. No terceiro ano, mudamos pra Linhares, o último ano eu estudei no Estadual Afrânio Peixoto, porque meus irmãos tinham vindo um ano antes pra Córrego D'Água, e nós, eu e minha mãe, ficamos um ano em Linhares. Mesmo eu estudando, eu vinha pra Córrego D'Água nos fins de semana e dava aulas particulares para alguns adultos, eu dava aula particular e era assim, sem fins lucrativos, a maioria eram pessoas da nossa igreja, mas sem fins lucrativos, eram mais ou menos de quinze a vinte pessoas. Quando eu ainda era criança e estudava as primeiras séries, foi um começo muito difícil, muitas necessidades, tinha muitos parentes em nossa casa, e só depois que mudamos para Conceição do Quinze, perto de Barra de São Francisco, que as coisas foram melhorando um pouco. Uma coisa que marcou muito minha infância, eu tinha muita vontade de ser professora, essa coisa parecia que estava no sangue, e a minha professora da quarta

²⁹ Valdete Marques de Oliveira residente em Córrego D'Água desde 1969. Relato oral recolhido em 5 maio de 2015 e transcrito na íntegra.

série deixava eu ajudá-la, enquanto ela trabalhava com terceira e quarta série eu ajudava ela na sala de aula, passando exercício no caderno ou no quadro para os alunos da primeira e segunda série. Como eu sempre fui muito baixinha, eu subia na cadeira pra passar exercício no quadro, e todo fim de mês ela ia pra Nova Venécia. Ela falava que não deixava eu substituindo ela por causa da minha estatura, os alunos me respeitavam, mas quando ela estava junto, e ela tinha medo de que, por causa da minha estatura, eles não me respeitarem mais. Eu tinha condição de substituí-la, e essa professora o nome dela era Elizete, era de Castelo naquela época. No tempo que eu estudava, era menos violento que hoje, há uns anos atrás, os professores eram mais reconhecidos pelos pais, eram mais respeitados, o professor tinha quase que o lugar dos pais, representava autoridade, eles eram muito respeitados em sala de aula. (informação verbal, OLIVEIRA, V. M., 2015)

A professora Valdete Marques de Oliveira disse que sua chegada a Córrego D'Água foi motivada pelo fato de que seus irmãos já haviam se mudado para o lugarejo e que, após concluir o magistério em Linhares, ela desejava trabalhar atuando como professora. No povoado já havia uma escola, então sua vinda para a localidade era muito pertinente.

Quando eu cheguei aqui em Córrego D'Água, meus irmãos já tinham vindo antes de mim e já moravam aqui, eles tinham um comércio. Eles não tinham muitos recursos, mas o suficiente para comprar uma área de terra onde hoje é parte do centro de Sooretama, essa área foi dividida em vários lotes, inclusive os lotes onde foi construída a primeira escola de Córrego D'Água foram doados por meus irmãos, o José Marques e o Álvaro Marques. A escola que foi construída era uma escolinha com duas salas e um corredor, uma das primeiras professoras a lecionar nessa escolinha foi minha irmã Natália Marques. Quando eu vim morar aqui eu consegui emprego, mas minha sala funcionava no corredor, naquela ocasião a diretora era Ana Falqueto, uma das salas era da irmã da diretora que trabalhava a outra sala era de outra professora que não me lembro do nome e para mim sobrou o corredor, eu me contentei, pois eu era professora primária, mas não era efetiva e a noite eu dava aula educação integrada, para os adultos (informação verbal, OLIVEIRA, V. M., 2015).

Vale destacar a participação da Professora Valdete Marques de Oliveira no Projeto de Educação Integrada para jovens adultos, que funcionava na escola de Córrego D'Água no turno noturno, no início da década de 70. O programa de Educação Integrada (PEI) foi implantado em 1971 e era resultante da expansão do MOBREAL, correspondendo a uma sintetização do antigo primário. O aluno que fosse considerado alfabetizado, mesmo que dominasse precariamente a leitura e a escrita, por meio desse programa daria continuidade às atividades educativas. Ao fim as etapas, receberia seu diploma de conclusão do ensino primário. As metodologias e os materiais utilizados nesses programas de alfabetização de jovens e adultos eram desprovidos de sentimento crítico e problematizador. Apelavam sempre para a

necessidade de esforço individual como uma condição para se integrar aos benefícios disponíveis na sociedade. O alto índice de analfabetismo no país comprometia a imagem do projeto político modernizador apresentado pelos militares. Era necessário reduzir o analfabetismo, mas sem comprometer o regime. Por isso, os programas de alfabetização foram veículos de manipulação e difusão da ideologia ditatorial que dominava o Brasil durante o regime militar, de acordo com Marques (2009).

No período em que os militares estiveram no poder, a educação foi usada para sustentar os interesses ideológicos e econômicos de grupos dominantes do Brasil e do exterior, amparados no discurso da meritocracia e da necessidade do esforço individual, ao mesmo tempo em que reforçavam a teoria do capital humano, pois investir na educação era investir no aumento da produtividade:

[...] educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais [...] (SAVIANI, 2008, p.296).

Sobre a atuação na Educação Integrada de Jovens e Adultos, a professora Valdete Marques de Oliveira explicou:

O projeto era assim, era uma classe de adultos com todas as séries juntas, as aulas eram na antiga Escola Reunida de Córrego D'Água. Tem alunos daquela época que ainda moram aqui, mas alguns desistiam. O certificado era um diplominha de conclusão da primeira a quarta série, equivalia ao primário. Tive um aluno que abandonou o estudo e foi para outra cidade vizinha e conseguiu um emprego, mas exigiram dele o diploma de primário e aí na época ele me procurou e queria que eu fizesse um diploma para ele, e eu disse: impossível, não posso, não posso, você não terminou o estudo eu não posso te fornecer o diploma.(informação verbal, OLIVEIRA, V. M., 2015)

Após sua efetivação, a professora Valdete Marques de Oliveira também enfrentou algumas dificuldades e privações para continuar exercendo a profissão, POIS a estabilidade não foi garantia de boas condições para o exercício da docência.

No ano seguinte, veio um concurso para professor do Estado, naquela época o concurso era feito na UFES, eram 550 vagas e eu passei em trecentésimo trigésimo quinto, e em 1972 eu deixei a escolinha de Córrego D'Água e assumi minha cadeira num pequeno povoado, chamado de Joeirana, que atualmente fica no interior do Município de Sooretama. Naquela ocasião, eu não tinha como voltar todos os dias do trabalho, então eu ficava a semana toda e só retornava para casa no final de semana, eu ficava na casa de um morador da comunidade, eu trabalhava nos dois turnos: de manhã, eu pegava as séries iniciantes e depois do almoço pegava a terceira e quarta série. Eu ficava na casa do seu Lúcio, eles me tratavam muito bem, cuidavam bem de mim, era uma família bacana, eles eram católicos. Eu via ali uma família cristã, se alguém da família ficava doente todos se comoviam. Quando chegava na sexta-feira, o filho mais novo da família me acompanhava até o ponto de ônibus à margem da BR-101, onde eu pegava o Águia Branca. Eu passei muito medo à margem da BR por causa dos andarilhos, eu tive experiências muito negativas (informação verbal, OLIVEIRA, V. M., 2015).

É possível observar que a história da educação de Córrego Alegre e Córrego D'Água, nas décadas de 60 e 70, estavam intrinsecamente ligadas às políticas educacionais desenvolvidas pelo regime militar e ao processo político, econômico e social que estava em andamento no norte do Espírito Santo, devido ao tardio processo de ocupação e colonização do norte capixaba. A falta de professores habilitados na época era um problema sério do sistema educacional brasileiro e motivou algumas medidas emergenciais, como a utilização de professores leigos na regência de classe. Outro ponto a ser considerado era a dificuldade de acesso de professores e alunos às escolas, devido à carência de transporte e às condições das estradas. Também como fator negativo, observa-se a desvalorização do profissional do magistério que, nessa época, trabalhava o ano todo sem receber, como relataram as professoras entrevistadas. Esses apontamentos servem para reflexão sobre alguns avanços e muitas necessidades de melhorias ainda pujantes na educação local e nacional, pois ambas estão interligadas. É preciso pensar a respeito do papel político que a educação exerce sobre uma sociedade, seja para a libertação, como propôs Paulo Freire, seja para a alienação, como fez o regime militar no Brasil.

5 CONCLUSÃO

A opção pela estruturação das Seções e de suas respectivas temáticas tinha por finalidade reunir a abordagem de questões e temas considerados fundamentais para contextualização e compreensão da História Local e de sua contribuição para o ensino-aprendizagem em diferentes níveis. Ao longo deste trabalho, procurou-se colocar em evidência a importância das memórias e da história oral na reconstituição da História Local e a sua relevância no ensino de História Local, pois as recordações podem ser concebidas como importantes instrumentos metodológicos no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, na Seção 2 foi realizada uma análise teórica das temáticas que foram abordadas ao longo da pesquisa, com destaque para o ensino de História Local, para o amparo legal na legislação que rege a educação básica no Brasil sobre a importância do estudo do meio, para o uso da história oral e das memórias como estratégias metodológicas no ensino de História Local. Essa abordagem foi muito significativa, pois ficou evidente o expressivo crescimento de pesquisas históricas a partir do uso da história oral e das memórias. Esses estudos têm conquistado importante espaço no meio acadêmico, tanto no Brasil quanto em outros países que tradicionalmente tinham uma historiografia muito mais centrada em fontes documentais, mas que, graças ao movimento de renovação da história que ocorreu na primeira metade do século XX, abriram espaço para abordagens econômicas, sociais e culturais. Algumas destas abordagens buscam dar voz a pessoas excluídas dos documentos tradicionais, especialmente os idosos, considerados improdutivos na ótica capitalista; nessa nova perspectiva historiográfica, são tratados como os “guardiões da história”, de acordo com Eclea Bosi. Outra importante consideração a fazer é destacar o quanto o estudo da História Local é pertinente ao ensino de História, considerando que esse estudo pode facilitar a compreensão na medida em que é entendido como algo próximo da realidade do aluno, aumentando a possibilidade desse indivíduo ver-se parte integrante e ativa do processo histórico. Conclui-se ainda que o ensino de História em Sooretama, com base na proposta pedagógica do Município, está em sintonia com a legislação que norteia a educação básica no Brasil, como as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais propõem, o ensino de História Local, embora se

observe também uma carência de material bibliográfico que possa subsidiar o cumprimento dessa proposta.

Na Seção 3, ao realizar a contextualização da história do telégrafo no Brasil e no Espírito Santo, como também os desdobramentos históricos que envolveram o norte capixaba ao longo do século XIX e início do século XX, sua tardia colonização, a presença e a resistência indígena, a construção da ponte Getúlio Vargas sobre o rio Doce em Linhares, o intenso processo de desmatamento, a pavimentação da BR-101 e a colaboração desses fatos para surgimento e desenvolvimento dos povoados que deram origem ao atual município de Sooretama, foi necessária a utilização de fontes bibliográficas e também de narrativas de antigos moradores da localidade. Nessa etapa da pesquisa, constatou-se o quanto a História Local está interligada à História regional e geral. Portanto, partir do contexto em que o aluno está inserido favorece a compreensão de conceitos e fatos mais complexos, além de valorizar seu lugar e colaborar para que ele se compreenda como sujeito histórico. Os assuntos abordados na História Local foram contextualizados com a dinâmica histórica do Estado do Espírito Santo e do Brasil, pois se considera que o estudo local é significativo, porém sendo necessário se perceber e compreender a dinâmica histórica em diferentes níveis, ou seja, nas relações entre a História Local, regional e geral.

As abordagens históricas se estenderam na Seção 4, com as memórias de três professoras aposentadas da localidade, as quais relataram suas histórias de vida e experiências educacionais nas décadas de 60 e 70 nos povoados de Córrego Alegre e Córrego D'Água. Tais narrativas foram de fundamental importância para reconstituição de parte da história da educação da localidade, dando visibilidade a uma grande variedade de detalhes que provavelmente nenhuma outra fonte poderia fornecer. A contextualização dessas experiências educacionais no cenário educacional brasileiro, com ênfase nas décadas de 60 e 70, possibilitou que se comprovasse o quanto as políticas educacionais implantadas pelo regime militar influenciou as práticas educacionais nos povoados de Córrego Alegre e Córrego D'Água.

No decorrer deste estudo, pretendeu-se colocar em evidência a história dos povoados de Córrego Alegre e Córrego D'Água, que deram origem ao atual

Município de Sooretama, partindo-se do princípio de que o ensino de História Local é relevante para compreensão do processo histórico e para a própria percepção do indivíduo como um agente ativo dentro dessa dinâmica. Vale destacar ainda que um povo desconhecedor de sua história tende a não ter uma identidade definida e, portanto, conhecer a própria história contribui para uma cultura de identificação e valorização. Em nenhum momento pretendeu-se esgotar o assunto referente à História Local. A pretensão foi apresentar elementos dessas histórias a partir das memórias de alguns antigos moradores que deram valorosa contribuição para a realização desta pesquisa. Ao longo desta investigação, constatou-se que a História Local de Sooretama até então não havia sido objeto de maior atenção de pesquisadores locais ou regionais, ainda que exista a exigência legal de se ensinar História Local no Município. Por isso, as informações aqui contidas poderão ser um relevante subsídio para professores, alunos e demais interessados na história de Sooretama,

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALVES, Z. **Conservação e recuperação da Mata Atlântica de Tabuleiros com base na avaliação funcional da biodiversidade**. 1999. Entrevista cedida a Edna, Sooretama, 23 fev. 1999.
- ALVES, Z. **História oral de vida**. 2004. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 19 jun. 2004.
- ALVES, Z. **História oral de vida**. 2015. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto, Sooretama, 24 jun. 2015.
- AQUINO, Y. Tragédia em Mariana foi causada por obras em barragem da Samarco, diz MP. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/tragedia-em-mariana-foi-causada-por-obras-em-barragem-da-samarco-diz-mp>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- AUGUSTO, M. H. Professor leigo. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.
- BÂ, A. H.. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Pallas Athena: Casa das Áfricas, 2003.
- BARROS, C. H. F. Ensino de História, memória e História Local. **Revista História UFG**. Pernambuco, v. 2, n. 1, p. 301-302, jan./jul. 2013.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet,; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).
- BERNARDI J. R. Ditadura militar, Projeto Minerva e educação a distância. In: SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS/50 ANOS DO GOLPE MILITAR, 25., 2014, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT3-%202014/GT3_Jose%20Ricardo%20Bernardi.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BORGO, I. A. L.; ROSA, L. B. R. A.; PACHECO, R. J. C. **Norte do Espírito Santo**: ciclo madeireiro e povoamento. Vitória: Edufes, 1996.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição [da] República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: <https://www2.Senado.Leg.Br/Bdsf/Bitstream/Handle/Id/137602/Constituicoes_Brasileiras_V3_1934.Pdf?Sequence=10>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia**. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2005.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art7>. Acesso em: 2 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: conhecimentos de História**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2006

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 1º e 2º Ciclos. História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Programa de Apoio as Dirigentes Municipais de Educação**. Brasília: 2006.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAIMI, H. F; MACHADO, I. A. P. **O livro didático e o currículo em transição**. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2002.

CALDERÓN. Verónica. Muere Dolores Plá, relatora del exílio español em México. **El País**. México, 14 jul. 2014.

CHAPANI, D. T. Habilitação de professores em serviço: até quando? **ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v.4, n.2, p.109-125, nov. 2011.

CÔGO, A. L. Colonizadores portugueses e domínios das terras no extremo norte do Espírito Santo no séc. XVIII e XIX. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA

NOBREZA NOS IMPÉRIOS DO ANTIGO REGIME, 2011, Lisboa. Disponível em: ><http://www.iict.pt/pequenanoBREZA/arquivo/Doc/t1s2-02.pdf><. Acesso em: 22 de out. 2016.

CÔGO, A. L. **História agrária do Espírito Santo no século XIX**: a região de São Mateus. 2007. 200 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CONSULTA PLEBISCITÁRIA, 1990, Distritos de Córrego D'Água e São Jorge de Barra Seca. **Ata geral de 18 de março de 1990**. Linhares: Justiça Eleitoral, 25. Zona, 1990.

CONSULTA PLEBISCITÁRIA , 2., 1990. Distritos de Córrego D'Água e São Jorge de Barra Seca. **Ata geral de 15 de abril de 1990**. Linhares: Justiça Eleitoral, 25. Zona, 1990.

CONSULTA PLEBISCITÁRIA, 3., 1994. **Ata final de apuração de 13 de março de 1994**. Linhares: Justiça Eleitoral, 25. Zona, 1994.

CORREA, S. M. de S. História local e seu devir historiográfico. **Métis: história & Cultura**. Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 11-18, 2002.

EGLER, W. A. A zona pioneira ao norte do Rio Doce. **Revista brasileira de Geografia**, v. 13, n. 2, 1951.

ESPÍRITO SANTO. Constituição (1989). **Projeto de Lei Complementar nº 178, de 11 de outubro de 1989**. Requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para criação de novos municípios: Vitória; Assembleia Legislativa, 1989.

FARAH, P. D. Hampâte Bâ leva a oralidade africana ao papel. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 set 2003.

FARIAS, J. **História oral de Vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 6 jan. 2016.

FERRAZ, A. S. **História oral de vida**. 2004. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 27 jul. 2004.

FRANCISCO, V. **História oral de vida**. 2004. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago . Sooretama, 20 jul. 2004.

FRANCISCO, V. **História oral de vida**. 2015. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto. Sooretama, 5 mai. 2015.

FRINHANE, G. **História oral de vida**. 2004. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto. Sooretama, 15 mai. 2004.

FRINHANE, M. J. F. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto, Sooretama, 21 jan. 2016.

FURLAN, E. Educação na década de 1970. Formação sem informação. In: JORNADA DO HISTEDBR, 11, 2013, Cascavel. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jomada/jomada11/artigos/4/artigo_simposio_4_739_furlan.elisangela@gmail.com.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2017.

GOLDEMBERG, J. O repensar da Educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, maio/ago. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 3 jan.2017.

GOMES, P. **História oral de vida**. 2015. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto, Sooretama, 5 mai. 2015.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

HORN, G. B. **O Ensino de História e seu currículo**: teoria e método. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

LINHARES (Município). **Lei nº 3.585, de 12 de novembro de 1983**. Cria o distrito de Córrego D'Água, no Município de Linhares, e atualiza limite. Linhares, 1983. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120815_ij00703_catalogodelegislacaomunicipal.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2017.

LOUREIRO, E. N. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto, Sooretama, 1º fev. 2016.

LOUREIRO, K. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. **Revista Ágora**, Vitória, n. 3, p. 1-32, 2006.

MARQUES, D. T. **Educação de jovens e adultos**: uma perspectiva de alfabetização com idosos. 2009.153 f. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

MATOS, S J.; SENNA, K A. História Oral: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n.1, p. 95-108, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MENDONÇA, R. R. **História oral de vida**. 2015. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto, Sooretama, 20 jul. 2015

MONTENEGRO, A. T. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.55-65, set. 92/ago. 93.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, G. M. S. História Regional e Local: contributos para o estudo das identidades locais. **Caderno de Museologia**, 1996. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/282>>. Acesso em: 10 maio 2016.

OLIVEIRA, A. M. C. S. **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, E. B. de. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 16 nov. 2016.

OLIVEIRA, J. M. **História oral de vida**. 2015. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto, Sooretama, 25 abr. 2015.

OLIVEIRA, M. B. **História oral de vida**. 2004. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 25 maio. 2004.

_____, M. B. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 22 mar. 2016.

OLIVEIRA, S. R. et al. **A reflexão e a prática no ensino**. São Paulo: Blucher, 2012.

OLIVEIRA, V. B. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 16 maio. 2016.

OLIVEIRA, V. M. **História oral de vida**. 2015. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto. Sooretama, 5 mai. 2015.

OLIVEIRA, Z. B. de. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 16 nov. 2016.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987. Resenha de: ARAÚJO, I. O. B. Educação popular e educação de adultos. **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n. 20, p. 167-179, dez. 2005.

PASINATO, D. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Semina: Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**. Passo Fundo, v. 12, n.1,.2013.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNEA**. 2011. 133f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEREIRA, J. A. História da Emancipação III. **O Jornal Sooretama**, Sooretama, mar.1997. p. 6.

_____, J. A. História da Emancipação IV. **O Jornal Sooretama**, Sooretama, abr. 1997. p. 4.

_____, J. A. História da Emancipação V. **O Jornal Sooretama**. Sooretama, abr. 1997. p. 4.

_____, J. A. História da Emancipação. **O Jornal Sooretama**, Sooretama, fev. 1997. p. 6.

_____, J. A. **História oral de vida**. 2004. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago, Sooretama, 5 set. 2004.

PIONEIRO do comércio. **O Jornal Sooretama**, Sooretama, mar. 1997. Ed. Especial, p. 5.

PLÁCIDO, G. D. Educação civismo e religiosidade durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO/SUL, 10., Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1559-0.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PLEBISCITO de Córrego D'água pode ser em agosto. **Jornal O Popular**. Linhares, p.2, 1989.

POPULAÇÃO de Córrego D'Água articula-se para a emancipação. **A Gazeta**, Vitória, 19 fev. 1989. Caderno 1, p. 3.

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 20 de abril de 1987, Córrego D'Água. **Ata...** Livro 1, p. 18.

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 20 de setembro de 1987, Córrego D'Água. **Ata...** Livro 1, p. 23.

RIBEIRO, M. S. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto. Sooretama, 27 out. 2016.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, 1993. Disponível em: <<http://www.Scielo.Br/Pdf/Paideia/N4/03.Pdf/>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

RIZZINI, C. T. **Tratado de fitogeografia do Brasil**: aspectos ecológicos. Hucitec/Edusp: São Paulo, 1979. v. 2.

SAMUEL, R. História Local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-242, set. 1989 / fev. 1990.

SANTANA, T. S. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto, Sooretama, 19 jan. 2016.

SANTIAGO, L. N. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto, Sooretama, 19 out. 2016.

SANTIAGO, V. S. **Fatos e memórias**: uma construção histórica de Sooretama/ES. 2004. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Ciências Aplicadas “Sagrado Coração”, UNILINHARES, Linhares, 2004.

SANTOS, D. F.; CUNHA, E. P. S. **Maria Baldi**: uma mulher de luta. 2006. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Ciências Aplicadas “Sagrado Coração”, UNILINHARES, Linhares, 2006.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____, D. O Legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

SENADO aprova reforma do ensino médio, que segue para sanção. 8 fev. 2017. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/08/senado-aprova-reforma-do-ensino-medio-que-segue-para-sancao/tablet>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SILVA, F. R. História local: objectivos, métodos e fontes. Ilha de Faial, maio 1998. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

SILVA, M. A. (Org.). **República em migalhas**: História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SILVA, M. C. A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, jan./jun. 2011.

SILVA, P. C. História da Emancipação IV. **Jornal Sooretama**, Sooretama, p. 4, abr. 1997. Entrevista concedida.

SONEGHETE, A. **História oral de vida**. 2016. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto. Sooretama, 11 jan. 2016.

SOORETAMA (Município). **Lei nº 463, de 16 de novembro de 2006**. Institui o Sistema de Ensino do Município de Sooretama. Sooretama, 2006.

_____. (Município). **Proposta Curricular do Ensino Fundamental**. Sooretama, 2009

SOUZA, J. V. **História oral de vida**. 2004. Entrevista cedida a Verônica dos Santos Santiago Augusto. Sooretama, 19 jun. 2004.

STAUFER, A. M. Imigração e colonização no Espírito Santo: o caso da colônia de Santa Leopoldina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405709050_ARQUIVO_IMIGRACAOECOLONIZACAONOESPIRITOSANTO-CBG.pdf> Acesso em: 24 out. 2016.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZUNTI, M. L. G. **Linhares**: ponte Presidente Vargas completa 60 anos. Texto disponibilizado em 23 jun. 2014. In: Portal Linhares. Disponível em: <<http://www.linharesemdia.com.br/destaque-do-dia/16038-linhares-ponte-presidente-vargas-completa-60-anos.html>>. <Acesso em: 9 nov. 2016.

ZUNTI, M. L. G. **Panorama histórico de Linhares**. Linhares: Pousada das Letras, 2000.

ANEXO A

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

19ARR 1242 S. 000833

19ARR 1242 S. 000833

PROCOLO

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE
CÓRREGO D'AGUA - Município de Linhares - E.S., Pessoa Jurídica de Direito Privado, C.G.C. Nº27563832/0001-72, com a Sede localizada na Rua Principal, S/Nº, Distrito de Córrego D'Agua, Linhares - E.S., representada legalmente pelos Srs. RENATO PERUCH FILHO e RAIMUNDO BATISTA DE FARIAS, - brasileiros, casados, industriários, residentes e domiciliados no Distrito de Córrego D'Agua, Linhares - E.S., respectivamente Presidente e Vice-Presidente; e, ESMAEL NUNES LOUREIRO; JOVINO VIANA DE SOUZA; JOÃO DE ALMEIDA PEREIRA; ALECIO DE ANGELI; ERNESTO DOMINGOS BOBBIO e PAULO CORRÊA DA SILVA, todos brasileiros, casados, do comércio e indústria, residentes e domiciliados na localidade de Córrego D'Agua, Município de Linhares - E.S., eleitores credenciados como fiscais através da Portaria Nº035/90, de 12-03-90, figurando na condição de litisconsortes ativos e assistentes, vêm respeitosamente, perante V. Exa., apresentar pedido de ANULAÇÃO DE PLEBISCITO, para o que, expõem e requerem pelo procurador e advogado infra-firmado, devidamente qualificado nos Instrumentos Procuratórios inclusos, em que indica o respectivo endereço para receber intimações, cujo pedido explicitado mediante os fundamentos jurídicos - que adiante seguem:

Escritório de Advocacia
— "VERGILIO LOBATO" —

Natanuel Baptista Cruz
Advogado - OAB 3312
Av. João Felipe Calmon, 768
1º Andar - CEP 29900 - Linhares - ES

CONTINUAÇÃO..... - 2 -

No dia 15 do mês de Abril do Ano em curso, foi realizada a SEGUNDA CONSULTA PLEBISCITÁRIA nos Distritos de Córrego D'Água e São Jorge de Barra Seca, 25ª Zona Eleitoral, Município e Comarca de Linhares - E.S., a fim de propiciar a criação do Município de Sooretama, cujo resultado consta da ATA GERAL, Doc. incluso.

É de se ressaltar, que, não obstante ter sido o resultado favorável à emancipação, em que mais de 87% (oitenta e sete por cento) dos eleitores votantes, isto é, dos 5.158 - votos apurados, 4.526 optaram pelo "SIM", o que equivale dizer que houve maioria em número esmagador proporcionalmente - favorável à emancipação. Porém, com a ausência de grande número de eleitores, ficou prejudicado o resultado em razão do "quorum" exigido em tal situação.

De outro ângulo, percebeu-se que as ausências dos eleitores ao plebiscito foram oriundas de procedimento de simulação em notícias maldosas trazidas a público pela emissora de rádio local, "RADIO CULTURA DE LINHARES", instigando os eleitores ao não comparecimento, em mensagens de natureza coativa, ameaçando a população das localidades emancipandas, de fechar as agências dos Correios e Telest, além de não realizar mais qualquer obra na região, se o povo decidisse pela emancipação. Para consumir tal intenção, há poucas horas que antecederam ao plebiscito, a minoria lançou artifícios factiosos à última hora, sem amparo legal, para o fim de prejudicar o espírito do plebiscito, conforme notícia o jornal "A GAZETA" de segunda-feira, dia 16-04-90. (Doc. anexo).

A notícia maldosa, resultou erro evitado de vício que maculou o plebiscito, trazendo por consequência, sérios prejuízos aos interesses de toda a comunidade, principalmente das localidades de Córrego D'Água e São Jorge de Barra Seca.

Escritório de Advocacia
— "VERGILIO LOBATO" —

Natanael Baptista Cruz
Advogado - OAB 3316
Av. João Felipe Calmon, 768
1º Andar - CEP 29900 - Linhares - ES

CONTINUAÇÃO..... - 3 -

Por seu turno, a Lei Eleitoral que rege a espécie, estabelece limite em determinado interregno de tempo anterior à eleição, para cessar a propaganda eleitoral. Entretanto, a supra mencionada emissora de radio local, "RADIO CULTURA DE LINHARES", em verdadeira afronta às normas legais e em desobediência acintosa à Justiça Eleitoral, provocou dúvida na mente dos eleitores daquelas localidades que interessam à emancipação.

Em tal situação vertente, em razão de não ter havido tempo suficiente e razoável para a propositura de medida judicial no sentido de impedir e/ ou impugnar a realização do plebiscito, justamente por ter sido tais notícias instigadoras aos eleitores ocorridas no sábado à tarde, portanto, há poucas horas do início do plebiscito, o que configura simulação dolosa e de má-fé dirigida com "Animus decipiendi" no sentido de prejudicar o resultado e os interesses das comunidades emancipandas. Isto porque, quando a corrente minoritária, contrária à emancipação, inclusive o Sr. Prefeito Luiz Cândido Durão, usando do alcance imediato do veículo de comunicação, juntamente com o Sr. Diretor da emissora local, a "RADIO CULTURA DE LINHARES", estes, ao sentirem que o povo daquelas localidades estava com os interesses voltados para a emancipação, procuraram imediatamente um meio artificioso de ludibriar a boa-fé da população interessada, para, inopinadamente, de surpresa, desvirtuar o sentido da obrigatoriedade eleitoral, subvertendo a ordem jurídica para desaguar no mundo afrontoso ao instituto do direito público pertinente ao princípio de ordem pública, norteador absoluto do regramento de obediência ao processo legal.

"In casu", o princípio de ordem pública afrontado, tendo em vista estar sob julgamento o destino e os interesses maiores atinentes ao bem comum da coletividade daquelas localidades emancipandas, cujo princípio obstado para atender interesses não coletivos, resulta em vício maculador ao plebiscito, cuja causa dada oriunda de noticiário pela aludida emissora de radio local, o que viabiliza ao ANULAMENTO DO PLEBISCITO.

Também, é fácil de se perceber que o objetivo - dirigido da notícia propalada através da citada emissora de radio, para tal, justamente escolhendo-se o momento mais próximo da contagem regressiva ao horário que dever-se-ia iniciar o julgamento popular, cujo momento escolhido para dar tal notícia duvidosa e facciosa, teve como escopo pegar desprevenida uma parte da população da região emancipanda, a fim de inculcar na mente de cada eleitor a influência da notícia, no sentido de proporcionar repercussão de natureza duvidosa para produzir o resultado esperado.

Em razão de tal notícia influir diretamente e contribuir para o não comparecimento no plebiscito, cuja notícia maldosa à última hora, sem proporcionar o contraditório, de vez que, em tal situação jurídica operou a fraude ao princípio de ordem pública.

Dáí, não observado e não obedecido tal instituto de ordem pública que traz insito no seu cerne o interesse maior da coletividade, que é justamente a responsável pela contribuição inerente às obrigações do erário público, isto é, a coletividade é a única que é atingida pelo ônus da sucumbência.

Por conseguinte, atingidos os interesses de natureza coletiva, em virtude da aludida notícia propalada - pela emissora de radio local ter influído diretamente para o não comparecimento dos eleitores ao plebiscito, isto, à última hora; donde que, em se tratando de ser o processo eleitoral

Eleitoral - Advocacia
"VERO DO LOBATO" -
Náunael Baptista Cruz
Advogado - OAB 3316
Av. João Felipe Calmon, 768
1º Andar - CEP 29900 - Linhares - ES

CONTINUAÇÃO..... - 5 -

em se tratando de ser o processo eleitoral pertinente ao obedi-
cimento de norma legal que constitui princípio de ordem pú-
blica, cujo princípio afrontado, caracterizado está o vício, -
que eivado de nulidade dá ensejamento à anulação do plebisci-
to para que outro seja realizado com a advertência prévia e
venha atender aos interesses maiores da população daquelas lo-
calidades que se encontram em situação humilhante e constrian-
gidas pelas arrogantes ameaças, e não aos interesses subjetivos
individualizados por uma minoria egoística que não são
moradores das localidades emancipandas.

É de se ver que é público e notório em Linhares,
onde, quando da apreensão das peças e/ ou material usado pe-
los locutores da já exaustivamente mencionada "RADIO CULTURA
DE LINHARES", em que o próprio Magistrado, O MM. Juíz Eleito-
ral da 25ª Zona e Presidente da Junta Eleitoral, ele próprio
em diligência fiscalizadora fizera a dita apreensão de tais
peças, na tarde do sábado, portanto, à última hora em que se
daria início na manhã seguinte à realização do plebiscito.

Tanto assim que, na segunda-feira 16-04-90, no
dia seguinte à realização do plebiscito, aaludida emissora de
radio local, através do Diretor, Sr. Paulo Sérgio Gava, em no-
ticiário dos vários locutores, manifestavam seguidamente men-
sagens de "REPÚDIO" ao MM. Juíz Eleitoral, Doutor Nelson Dar-
by de Assis, usando inclusive em tal noticiário linguagem com-
teor odioso e inadequado à espécie. Daí porque, tais notícias
maldosas vêm demonstrar a sacedade em aniquilar o plebiscito,
o que caracteriza a afronta legal eleitoral, configurando-se,
destarte, em vício resultante de erro doloso e má-fé com o
propósito dirigido para influir diretamente e contribuir para
o não comparecimento dos eleitores ao plebiscito, causando -
assim, forte influência no resultado.

CONTINUAÇÃO..... - 6 -

No que concerne ao aspecto inerente ao instituto de ordem pública, assinala o renomado Mestre MIGUEL REALE, comentando ensinamentos de CLOVIS BEVILAQUA, de que:

"A nulidade de direito funda-se em interesse geral, é de ordem pública." (In REVOGAÇÃO E ANULAMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO, pág.62, 1980, - 2ª Edição, FORENSE).

Ainda, sob o mesmo prisma de entender, o Mestre administrativista preleciona:

"Em tal caso, o poder de decretar a invalidade do ato não resulta de discricão, mas se funda, ao contrário, nesta diretriz fundamental: " em princípio, é de interesse público que a ordem legal seja quanto antes restabelecida."
(Grifamos) (mesma Obra cit. pág.32).

Diante ao exposto, os Requerentes acima qualificados, esperam desse Colegiado de Eruditos Julgadores, que no alto saber jurídico norteador das decisões, dêem acolhimento ao pedido de ANULAÇÃO DO PLEBISCITO, julgando procedente o pedido pelos fundamentos explicitados de ordem pública, e, por via de consequência, restabelecida a ordem legal, declarando-se anulado o plebiscito realizado em 15-04-90, para que outro seja realizado sob advertência prévia, em data designada por esse Colendo Tribunal Regional Eleitoral, para os fins de que seja proclamada a salutar JUSTIÇA.

Requer, sejam ouvidos a título de informação o MM. Juíz Eleitoral da 25ª Zona, Doutor Nelson Darby de Assís, bem como, o Douto Representante do Órgão do Ministério Público, Doutor Manoel Antonio de Barros, para os fins legais pertinentes.

ADVOCACIA
— "VERGÍLIO LOBATO" —
Natanuel Baptista Cruz
Advogado - OAB 3315
Av. João Felipe Calmon, 768
1º Andar - CEP 28900 - Linhares - ES

CONTINUAÇÃO..... - 7 -

Requer, outrossim, sejam requisitadas todas as peças inerentes aos noticiários mencionados acerca do plebiscito, que foram objeto de apreensão pelo MM. Juiz Eleitoral - da 25ª Zona, em diligência fiscalizadora na tarde do sábado e véspera da realização do plebiscito, em cujas peças se encontram demonstradas as notícias facciosas.

Finalmente, caso haja necessidade de se baixar - em diligência a fim de esclarecer a situação ventilada para - atender os princípios de justiça, requer sejam ouvidas as tes temunhas abaixo arroladas:

1 - ARMANDO BATISTA VIÓLA, brasileiro, casado, - deputado estadual e advogado, residente e domiciliado nesta cidade de Linhares - E.S., podendo ser encontrado na Assemblé ia Legislativa do Estado do Espírito Santo;

2 - ROBERTO RICARDO MENDONÇA, brasileiro, casado, vereador na câmara municipal de Linhares - E.S., residente e domiciliado na localidade de Córrego D'Água, neste município de Linhares - E.S.;

3 - DANILLO SALVADEU, brasileiro, casado, jorna-- lista, residente e domiciliado nesta cidade de Linhares - E.S.;

P. Deferimento.

Linhares - E.S., 19 de Abril de 1.990.

P.P. Natanuel Baptista Cruz
NATANAEL BAPTISTA CRUZ - O.A.B. - E.S., Nº3315
ADVOGADO

ANEXO B



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 178/89

*Publicar-se
Em 11/10/89*

Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESIRITO SANTO

D E C R E T A:

Art. 1º - A criação de municípios depende de Lei Estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo Único - O processo de criação de município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º - Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada superior a 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes ou não inferior a 3 (três) milésimos da existente no Estado;

II- O eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - Centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

Publicar-se



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

de 2,5 (dois e meio) milésimos da receita do exercício anterior.

§ 1º. - Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta lei.

§ 2º. - Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o de nº II pelo Tribunal Regional Eleitoral e o de nº IV pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 3º. - A Assembléia Legislativa requisitará, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições de que tratam os incisos I a IV e o § 3º. deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 3º - Atendidas as exigências do artigo anterior, a Assembléia Legislativa determinará a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de município.

Parágrafo Único - O Tribunal Regional Eleitoral expedirá resolução regulamentando a forma da consulta plebiscitária, respeitando os seguintes princípios:

a) residência do votante há mais de 1(um) ano na área a ser desmembrada;

b) cédula oficial, que conterà as palavras "SIM" e "NÃO", indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação do município.

Art. 4º. - Para a criação de município que resulte da fusão da área territorial integral de dois ou mais municípios com a extinção destes, é dispensada a verificação dos requisitos do Art. 2º.

Parágrafo Único - No caso deste artigo, o plebiscito consistirá na consulta às populações interessadas sobre sua concordância com a fusão e a sede do novo município.

Art. 5º. - Somente será admitida elaboração de lei que crie município, se o resultado do plebiscito for favorável pelo voto da maioria dos eleitores inscritos naquela região eleitoral.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

§ 1º. - Caso não seja obtida a maioria absoluta de que trata o presente artigo, será convocada uma segunda consulta plebiscitária dentro de 30 (trinta) dias, contados da realização da anterior.

§ 2º - Persistindo, na segunda consulta, a inexistência de maioria absoluta, será considerado o resultado pela rejeição da criação do novo município.

Art. 6º. - A criação de qualquer município somente poderá ser feita no prazo de até 06 (seis) meses anteriores à data prevista para as eleições gerais.

Art. 7º. - Os municípios serão instalados com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição se dará por ocasião das próximas eleições gerais, quer sejam Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 8º. - A lei que criar o novo município definirá seus limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, na definição dos limites dos distritos.

Art. 9º. - O topônimo do município a ser criado obedecerá o disposto no parágrafo 2º do art. 2º e não poderá haver a mesma denominação na unidade administrativa da União, sendo a sede no perímetro do distrito ou distritos emancipados.

Parágrafo Único - A sede municipal deverá dispor de condições apropriadas para a instalação da Prefeitura, da Câmara Municipal e dos órgãos indispensáveis ao bem-estar da Comunidade.

Art. 10º. - A criação de novo município não poderá interromper a continuidade territorial do município de origem.

Art. 11º. - Os documentos, obras e locais de valor histórico ou artístico, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos merecerão proteção especial do poder público e não poderão ser prejudicados com a criação de novo município.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

J U S T I F I C A T I V A

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 05 de outubro de 1988, passou para o Estado a competência de fixar as normas para a criação de novos municípios, através de Lei Complementar Estadual (Art. 18, § 4º.)

A presente proposição tem o objetivo de oferecer ao nosso Estado as condições de cumprir o disposto na Carta Magna Federal, preenchendo uma lacuna criada desde o advento da nova Constituição.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'Rui', written in a cursive style.

